

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ



GOIÂNIA
2015

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

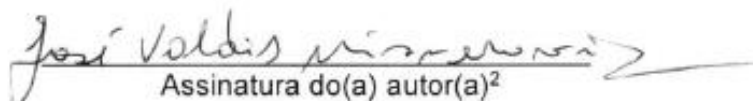
Nome completo do autor: José Valdir Misnerovicz

Título do trabalho: A Territorialização do Capital e os Novos Sujeitos da Questão Agrária Brasileira na Contemporaneidade.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 27/07/2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS NOVOS SUJEITOS DA
QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça

GOIÂNIA
2015

FICHA CATALOGRÁFICA – Elaborada pelo Autor

M678. MISNEROVICZ, José Valdir.

A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade/ MISNEROVICZ, José Valdir. Goiânia, 2015.

166 f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás)

1. Capitalismo. 2. Questão Agrária. 3. Luta pela terra. 4. Reforma Agrária Popular. I. Título

UFG/IESA

CDU-911.3:316



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
José Valdir Misnerovicz

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016), a partir das 14h e 30 minutos, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de José Valdir Misnerovicz, intitulada: "A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E NOVOS ELEMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E GOIANA NA CONTEMPORANEIDADE." A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 001/2016 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: Prof. Dr. **Manoel Calaça** (Presidente), Prof. Dr. **Eguimar Felício Chaveiro** (membro titular interno) e Profa. Dra. **Alexandrina Luz Conceição** (membro titular externo). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 18:10 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Manoel Calaça (Presidente) – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Resultado final: Aprovado (X) Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim (X) Não ()

Em caso afirmativo, especifique o novo título: A territorialização do capital e os novos sujeitos da questão agrária brasileira na contemporaneidade

Outras observações: Errata: Na primeira linha onde se lê territorialização lê-se territorialização

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

Geórgio Me. Ivohildo Pereira Duarte
CPF: 115.115.115-11

JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E OS NOVOS SUJEITOS DA
QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Avaliada e aprovada no dia 22 de janeiro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel Calaça - IESA/UFG
Orientador

Prof^a. Dra. Alexandrina Conceição Luz - UFS/SE
Membro Externo

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro - IESA/UFG
Membro interno

Prof. Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Souza - UEG
Suplente Externo

Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges - IESA/UFG
Suplente Interno

GOIANIA
2015

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres e homens que contribuíram e continuam contribuindo para democratização da terra. Às pessoas que participaram e continuam a participar das ocupações de latifúndio e hasteando e tremulando as bandeiras da luta pela reforma agrária e, assim, contribuem para construção de uma sociedade com justiça social

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a realização do trabalho, que foi construído por muitas mãos (impossível nominar todos), mas fica meu carinho. Eternamente grato.

Em especial agradeço ao amigo e Camarada Manoel Calaça, que orientou, acompanhou e incentivou.

Ao amigo e Camarada Eguimar Felicio Chaveiro, que apoiou, incentivou e pela contribuição nas disciplinas e nas conversas. Sempre presente...

Ao amigo Silvio Simione da Silva que ajudou acompanhou e foi fundamental na reta final do trabalho, nosso reconhecimento pela sua importante contribuição...

Ao amigo e Camarada Luiz Estevam, que contribuiu no início do trabalho e na banca de qualificação.

Ao Camarada e amigo Luiz Henrique Zaref, pelo apoio; incentivou com sua presença em toda caminhada. Valeu Camarada!

Aos amigos Antônio Carlos Rodrigues Viana e Gilson Jardim, pela contribuição fundamental em todo trabalho. Muito obrigado!

Agradeço ao Programa de Pós Graduação, aos trabalhadores/servidores, aos professores, em especial aos que ministraram aulas.

Aos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que compreenderam e assumiram parte das tarefas, permitindo que eu dedicasse tempo para estudar.

Aos filhos Pedro e Inaia que compreenderam, mesmo reclamando, a ausência física e compreenderam que, quando em casa, tive que priorizar os estudos. Amo vocês!!!

Resumo

A presente Dissertação de Mestrado analisa o processo histórico de disputa do projeto de campo no Brasil e em Goiás. Nessa direção foram desenvolvidos estudos críticos analíticos sobre a expansão do capitalismo no campo, com ênfase à fase do neoliberalismo. Entendemos que a agricultura está relacionada ao modo de produção capitalista, sob a lógica estruturada de classes antagônicas em disputa, e o latifúndio é resultado do processo social e histórico de opção e imposição pela classe dominante, permanecendo até a atualidade como uma chaga de nossa sociedade, que somente poderá ser curada com a democratização da terra, dando-lhe uma função social e ecológica, em contraposição ao modelo hegemônico da agricultura atual, do agronegócio, que consideramos um modelo esgotado, carregado de contradições e responsável pelos problemas socioambientais e socioeconômicos que afetam a maioria da sociedade. Afirmamos a necessidade de superação da dicotomia campo-cidade como caminho para a construção de um projeto de sociedade com justiça social e ecológico. Identificamos o Estado como principal agente indutor e protetor do modelo hegemônico e do latifúndio social e economicamente improdutivo. A ofensiva do capital no campo brasileiro exige novos desafios à luta pela democratização do acesso à terra e pela reforma agrária, um novo enfrentamento, com a saída do confronto direto com o latifúndio economicamente improdutivo, para um enfrentamento de modelos articulados em torno do agronegócio e seus arranjos econômicos, políticos e ideológicos. A luta pela terra adquire um caráter de classe, de disputa de projeto, terra e território como unidade dialética inseparável. Concluímos que os novos elementos da questão agrária e da reforma agrária contemporânea são um desafio a ser enfrentado tanto no campo teórico/conceitual, como na ação prática dos sujeitos diretamente envolvidos com essa causa. A solução para a questão agrária passa por uma reforma agrária e um conjunto de medidas, programas e políticas estruturantes no campo e para o campo. A reforma agrária contemporânea não é uma necessidade apenas dos camponeses sem terra, nem os mesmos têm força suficiente para realizá-la. A *reforma agrária popular* é transitória, é uma estratégia de acúmulo de forças para uma reforma agrária do tipo socialista. Considera-se, do ponto de vista geoestratégico, que essa *reforma agrária popular* precisa sinalizar para uma aliança popular entre a classe trabalhadora do campo e a da cidade. Os acampamentos cumprem um papel fundamental para organizar, potencializar e criar as bases para a formação de um novo tipo de camponeses, com uma visão de mundo e sociedade que repense as práticas do uso e do cuidado com a terra e com a ecologia. Defendemos que na perspectiva da disputa de projetos, a luta pela terra, os sujeitos diretamente envolvidos e a intencionalidade política da organização contribuem para saltos qualitativos na construção do projeto anti-hegemônico. O projeto da *reforma agrária popular* é uma construção contra-hegemônica ao modelo neoliberal, e aponta para outra lógica social de enfrentamento no contexto da questão agrária, nesse início de século XXI.

Palavras-chave: Capitalismo. Questão Agrária. Luta pela terra. Reforma Agrária Popular.

Abstract

This work from master's degree analyzes the historical process of the field project dispute in Brazil and Goiás. In this direction were developed analytical critical studies on the expansion of capitalism in the field, with emphasis on the neoliberal phase, we understand that agriculture is related the capitalist mode of production, under the structured logic of antagonistic classes in disputes, and landlordism is the result of social and historical process, option and enforcement of the dominant class, remaining until today as a scourge of our society that can only be cured with the democratization of land, giving it a social and ecological function, as opposed to the hegemonic model of the current agriculture, agribusiness, which we consider an exhausted model, full of contradictions and responsible for the environmental and socioeconomic problems affecting the majority of society . We affirm the need to overcome the rural-urban dichotomy as a way of building a society project with social and ecological justice. We identify the State as the main inducing agent and protector of the hegemonic model and the socially and economically unproductive latifundia. The capital offensive in the Brazilian field requires new challenges to the struggle for democratization of access to land and agrarian reform, a new confrontation with the output of direct confrontation with economically unproductive latifundia, for a coping articulated around agribusiness models and their economic, political and ideological arrangements. The struggle for land acquired a class character, design contest, land and territory as inseparable dialectical unity. We conclude that the new elements of the agrarian question and contemporary agrarian reform is a challenge to be faced in the theoretical / conceptual level, as the practice of the subject action directly involved with this cause. The solution to the agrarian question goes through an agrarian reform and a set of measures, programs and structural policies in / and the field. Contemporary agrarian reform is not only a necessity of landless peasants, neither they have enough strength to do it. The "popular land reform" is transient, is an accumulation strategy forces for agrarian reform of the socialist type. It is considered that, from a geostrategic point of view that this "popular agrarian reform" must signal to a popular alliance with the working class of the country and the city. The camps play a key role to organize, enhance and create the basis for the formation of a new type of peasants with a world view and society to rethink the use and care practices with the land and the ecology. We argue that in the project dispute view, the struggle for land, directly involved subjects and the organization of political intentionality contribute to qualitative leaps in the construction of anti-hegemonic project. The project of "popular agrarian reform" is a construction against hegemonic to the neoliberal model, and points to another social logic of coping in the context of the agrarian question in this beginning XXI century.

Keywords: Capitalism. Agrarian Issues. Struggle for Land. Popular Land Reform.

LISTA DE TABELAS

1	Estado de Goiás – Evolução de área plantada com produtos agrícolas – 1995-2013.....	54
2	Estado de Goiás – Incentivos concedidos pelo FOMENTAR/PRODUZIR por setor de atividades – 2001-2002.	59
3	Estado de Goiás – Valores contratados pelo FCO, segundo a finalidade – 2000-2013.....	63
4	Estado de Goiás – Financiamento concedidos pelo BNDES por ano e por setor de atividade – 2008-2013	67
5	Estado de Goiás – Aquisição de produtos agrícolas pelo PAA – 2005-2015	72
6	Estado de Goiás – Número de área dos imóveis rurais, por classe de imóveis – 2003/2010/2014.....	81
7	Origem profissional dos assentados em Itaberaí	129
7	Origem profissional dos acampados em Corumbá – 2014	130

LISTA DE GRÁFICOS

1	Estado de Goiás: incentivos concedidos, em reais, pelo FOMENTAR/PRODUZIR para investimentos e créditos, por micro Região – 2001-2012	59
2	Estado de Goiás: Variação percentual dos valores financiados pelo Banco do Brasil para o setor rural – 2002-2014	61
3	Estado de Goiás: Evolução dos valores em reais dos financiamentos realizados pelo Banco do Brasil para o setor rural – 2002-2014.....	62
4	Estado de Goiás – Financiamentos concedidos pelo BNDES por setor de atividade – 2008-2013.	68
5	Estado de Goiás: Infraestrutura e modalidades de transportes usados no transporte de cargas – 1995-2012	69
6	Produção Agrícola. consumo de agrotóxicos e fertilizantes no Brasil – 2002-2011.....	72
7	Estado de Goiás: Principais classes de agrotóxicos cadastrados para comercialização - número de princípios ativos registrados – 2014	72
8	Estado de Goiás – Número de agrotóxicos utilizados, segundo os fabricantes – 2014 (em mil ton)	73
9	Brasil – Estimativa da evolução no consumo de agrotóxicos, nos principais estados – 2010-2013 (ton).....	73
10	Estado de Goiás – Investimentos privados em pesquisas realizadas pela Embrapa Unidade Arroz e Feijão – 2000a 2014.....	75
11	Estado de Goiás – Número de imóveis por classe de áreas – a 2003/2010/2014.....	80
12	Estado de Goiás: Área ocupada pelos imóveis por classes de áreas 2003/2010/2014.....	81
13	Estado de Goiás: número de assentamentos nos governos Sarney, Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma – 1984-2014	147
14	Estado de Goiás – Número de famílias assentadas nos governos Sarney, Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma – 1984-2014.....	147
15	Estado de Goiás: área (ha) ocupada pelos assentamentos rurais nos governos Sarney, Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma - 1984 – 2014.	148

LISTA DE FOTOGRAFIAS

1	Estado de Goiás – Ocupação da Fazenda Santa Mônica, município de Corumbá; abrindo cercas, fazendo justiça social – 2014	86
2	Estado de Goiás: ocupação da fazenda Santa Mônica, município de Corumbá; abrindo porteira retirando cercas, fazendo justiça social – 2014.....	87
3	Acampamento produtivo, novas estratégias dos acampados e a construção da identidade dos novos sujeitos sociais na luta pela terra – 2015.....	122
4	Acampamento produtivo, novas estratégias dos acampados e a construção da identidade dos novos sujeitos sociais na luta pela terra - 2016	122
5	Reunião realizada pelo Movimento Nacional Campesino e Indígena argentino, assessorado pelo MST – 2014	125
6	Reunião realizada pelo Movimento Nacional Campesino e Indígena argentino, assessorado pelo MST – 2014.....	125
7	Reunião de trabalho de base realizada em Goiânia, em preparação para 1ª ocupação da Fazenda Santa Mônica – Corumbá de Goiás, pelo MST – 2014	126
8	Reunião realizada com sujeitos sociais mobilizados pelo Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Trindade-GO, Brasil – 2014.....	126
9	Estado de Goiás: manifestação realizada pelos Acampados do Acampamento produtivo Padre Josimo, em Santa Helena de Goiás – 2015	135
10	Estado de Goiás: reunião dos acampados do Acampamento Produtivo Padre Josimo em Santa Helena, no sudoeste goiano - 2015	135
11	Estado de Goiás – Reunião dos Acampados do Acampamento Produtivo Padre Josimo em Santa Helena, no sudoeste goiano - 2015	139
12 -17	Acampamento Padre Josimo, lugar de produção e construção de vínculos entre os sujeitos sociais acampados. lugar de resistência viva – 2016.....	144

LISTA DE CARTOGRAMAS

1	Estado de Goiás e divisa dos municípios – 2015	18
2	Estado de Goiás – Microrregiões – 2015.....	55
3	Estado de Goiás – Investimentos, em reais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste (FCO), desenvolvimento rural e PRONAF, POR microrregião – 2000.....	68
4	Estado de Goiás – Investimentos, em reais, do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), por microrregião – 2005.....	68
5	Estado de Goiás: Investimentos, em reais, do Fundo Constitucional Financiamento do Centro Oeste (FCO), por microrregião – 2013.....	69

LISTA DE SIGLAS

AGRODEFESA – Agência Goiana de Defesa Agropecuária
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSA - Commodity System Approach
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMGOPA - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FAEG – Federação da Agricultura do Estado de Goiás
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOMENTAR – Fundo de Fomento à Industrialização do Estado
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESA – Instituto de Estudo Sócio Ambiental da UFG
IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
INCRA – Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária
MCP – Movimento Camponês Popular
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento do Agronegócio

PRODUZIR – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás

PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar

UFG – Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - CAPITALISMO E A QUESTÃO AGRÁRIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	19
1.1 - A subordinação da agricultura à lógica do capital.....	19
1.1.2 Sobre o conceito e definição de capitalismo.....	20
1.1.3 A condição para a reprodução social do capital	22
1.1.4 A reprodução capitalista no campo.....	25
1.2 O processo das transformações capitalistas no campo	29
1.2.1 O “agronegócio” e a modernização conservadora/dolorosa.....	30
1.2.2 Impactos da modernização sobre as terras de produção de alimentos e a reforma agrária.....	34
1.2.3 O neoliberalismo no espaço rural.....	37
1.2.4 Sobre a modernização do campo: conservadora e dolorosa.....	48
CAPÍTULO II - A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E AS ESPECIFICIDADES DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL EM GOIÁS.....	51
2.1 O tratamento da estrutura fundiária e política de governo.....	53
2.2 O discurso articulado do governo e do agronegócio de Goiás.....	76
2.3 As mudanças recentes da territorialização do capital e a ação do Estado.....	79
2.3.1 Concentração fundiária.....	80
2.3.2 Questão agrária, reforma agrária e os novos sujeitos do campo.....	83
2.3.3 Uso e dependência de agrotóxicos e as diversas consequências.....	89
2.3.4 A perda e contaminação de solos e a ameaça à biodiversidade.....	93
2.3.5 Perda e contaminação de águas.....	98
CAPÍTULO III - CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO: NOVOS ELEMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E GOIANA.....	102
3.1 Limites e contradições socioambientais do agronegócio.....	104
3.2 As terras de Reforma Agrária: um debate teórico sobre as experiências em construção pelo MST.....	109
3.3 Novos elementos da Reforma Agrária contemporânea.....	119
3.4 Acampamentos, lutas, assentamentos: novos elementos da questão agrária.....	133
3.5 Os assentamentos como espaço de luta e territorialização das conquistas.....	138
3.6 Os conflitos atuais como elementos da questão agrária contemporânea.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS.....	159
INTRODUÇÃO	

A questão agrária no Brasil, em especial em Goiás, é uma situação latente que assola constantemente a realidade social, ainda neste início de século XXI. Nesse sentido, após 500 anos de ocupação desse espaço e formação territorial do Brasil, os problemas sociais agrários relacionados ao uso da terra e à distribuição fundiária, ainda tendem a aumentar. O estado de Goiás, por sua localização central no País (Cartograma. 1), sua posição no contexto da expansão das fronteiras do agronegócio e suas formas de ocupação humana tradicionais, historicamente consumadas no cerrado, é o fiel retrato dessas situações. Contraditoriamente é o espaço de expansão de uma “modernização conservadora” de ponta, montada sobre certas *commodities versus* a expropriação da produção camponesa, responsável por grande maioria dos alimentos que consumimos, cujos produtores ainda lutam pela terra. Por isso, a realidade aqui vista demonstra as faces “dolorosas” de um processo de transformação no campo que, às vezes, é vendido pelas forças hegemônicas como *expressão das modernidades e prosperidades* (que chegam para poucos).

Foi, então, transitando por dentro dessa realidade, que surgiu a pretensão de encarar este estudo, que aqui apresentamos como contribuição para a luta dos camponeses na construção de outros rumos para a realidade agrária neste início do século XXI. Dessa forma, a escolha deste tema de pesquisa deve-se a um conjunto de motivos: entre eles, o fato de que, em nosso entendimento, há uma lacuna na análise do desenvolvimento do capitalismo no campo em Goiás. Vemos isto, dado que a realidade estadual, nos mostra que, com o advento do neoliberalismo como projeto de classe, introduziu-se uma nova dinâmica, de maior captura do território goiano com aumento da dependência. Portanto, isso tornava a agricultura e a economia goianas mais dependentes, gerando um conjunto de contradições que precisam ser compreendidas e superadas numa perspectiva antissistêmica.

Partindo dessa concepção analítica e crítica, pretendemos dar nossa contribuição acadêmica, via Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG, à compreensão da realidade agrária, numa perspectiva de apreender os novos elementos postos possibilidades de e superação de dimensões estruturais segregadoras em que se vive hoje no campo brasileiro e goiano. O fato de estarmos envolvidos com a militância social no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na luta pela Reforma

Cartograma 1 – Estado de Goiás e divisa dos municípios – 2015



Agrária¹, faz que esta pesquisa cumpra um papel fundamental para o fortalecimento dos movimentos e, assim, contribuir na perspectiva de um projeto de campo e de sociedade com justiça social.

Por isso, neste trabalho objetivamos fornecer ao leitor uma visão mais detalhada do processo de “*modernização*” no campo em Goiás, com ênfase nas últimas décadas, justamente para preencher essas lacunas de análise crítica e propositiva. Com isso, teremos condições de entender a dinâmica e a estratégia das forças do capital e modelo hegemônico, além de compreender as resistências ativas das forças do campo que lutam e constroem um conjunto de iniciativas de um projeto social para o campo numa perspectiva anti-hegemônica. Para tanto, torna-se necessário, antes de tudo, fazermos um retrospecto teórico dos processos que antecederem a expansão do agronegócio no Brasil, em especial em Goiás, pós 1960.

A expansão do processo modernizante no Brasil teve como base territorial a região Sul e, a partir de lá, foi-se expandindo pelo sudeste e pelo centro-oeste. Já por volta de 1970, as terras goianas começaram a ser incorporadas como parte de uma nova fronteira para a “*modernização*” e expansão do controle dos solos para a produção agrícola mecanizada. Então, no sentido de captar tais mudanças, estabelecemos como

¹ Aqui, considerando nossa trajetória no movimento e tendo por base a construção teórica de Fernandes (2001), estamos partindo de uma concepção de pesquisador militante.

objetivo geral desta pesquisa fazer uma análise crítica propositiva através de leituras amplas e olhares sobre o processo histórico socialmente construído.

Para operacionalizar tal objetivo, buscou-se fazer uma análise da formação e expansão territorial da “modernização” no Brasil e em Goiás. Para tanto, buscamos informações em órgãos governamentais e junto aos movimentos dos trabalhadores sem terras, em constante confronto com nossa experiência na militância com o movimento. Feito isso, pôde-se, então, partir para uma análise da realidade da implantação do processo modernizante e suas consequências no estado de Goiás, com ênfase no sentido do uso do espaço do cerrado para fins da consolidação dessa fronteira do agronegócio. Nota-se que nessa base operacional da pesquisa, nossa intromissão na realidade pesquisada se fez por uma concepção da dialética do processo. Nesse processo, colocamo-nos como participante de distância, mas numa distância que não significa neutralidade e, sim, que nos ofereça condições que nos permitam entender e propor ações para complementar o sentido da luta e propor novas bases à compreensão dos novos elementos da questão agrária na atualidade.

Sabe-se que a expansão desse processo se fez pela apropriação de territórios das populações tradicionais do cerrado, que por longos tempos o povoavam. Então, procuramos focar estes problemas visando a compreender como essa “modernização” teve papel expropriador, situando-se na raiz das questões agrárias atuais do cerrado goiano, através das lutas pela terra.

Nesse sentido, considerado o exposto, a presente dissertação foi estruturada em cinco partes, sendo: uma Introdução, uma Conclusão e três capítulos, em que expomos as reflexões teóricas e o resultado da pesquisa, assim especificados:

- No primeiro capítulo, apresentamos uma contextualização da questão da “modernização” da agricultura no Brasil e suas consequências.
- No segundo capítulo, tratamos do processo modernizante em Goiás sob a lógica da expansão da fronteira do agronegócio, analisando o potencial do Cerrado como atrativo no mercado da terra, e da expansão vinda do sul em busca de novas áreas para a reprodução ampliada no campo.
- No terceiro capítulo, focamos nos problemas tocantes à expansão do agronegócio em Goiás e à conflitualidade gerada pela usurpação territorial de populações tradicionais do cerrado, que perderam terras para a expansão da “modernização” agropecuária, mostrando que aí se encontram as raízes das questões agrárias e da luta pelas terras em Goiás até a atualidade.

CAPÍTULO 1 - CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O modelo do agronegócio é apenas uma forma de se apropriar do lucro dos bens agrícolas, mas ele não resolve os problemas do povo. Tanto é que aumentamos muito a produção, poderíamos inclusive abastecer 12 bilhões de pessoas [quase o dobro da população mundial], mas, no entanto, temos 1 bilhão de pessoas que passam fome todos os dias, sendo 500 milhões delas camponesas que vivem no meio rural e que tiveram seu sistema de produção de alimentos destruído pelo agronegócio (SHIVA, 2013, p. 1).

1.1 A subordinação da agricultura à lógica do capital

É fundamental compreender o capitalismo como modo de produção resultado de construção social e histórica. Por isto, o modo de produção capitalista não é a expressão de uma pretensa ordem natural e, menos ainda, o fim da história, como, às vezes se fala e querem nos levar a crer. É apenas uma modalidade temporal, transitória e substituível de organização da produção e distribuição das riquezas sociais. É inegável que, historicamente, seu dinamismo para a produção de riquezas materiais teve papel civilizatório; ao desenvolver-se e consolidar-se, porém, o modo de produção capitalista, revelou suas contradições, impossíveis de serem superadas no interior de sua própria ordem sistêmica. As crises conjunturais e estruturais, bem como suas contradições fundamentais e secundárias, as lutas de classes, que, ora são mais explícitas e acirradas, ora mais brandas e menos visíveis, cumprem um papel fundamental para a superação sistêmica como resultado de um processo de construção de classe.

Assim, a questão agrária não pode ser entendida fora desse contexto, pois é parte desse processo de disputa, de embates e debates. Vemos assim, uma vez que o uso, a posse e a propriedade da terra são, na produção das condições materiais para se viver, a base de toda sociedade. Será com a finalidade de se entenderem essas questões que, neste capítulo objetivamos compreender a questão agrária em voga, no contexto das contradições promovidas na própria reprodução ampliada e contraditória do capital.

Por isso, neste capítulo inicial, será feita uma revisão dos fundamentos do sistema capitalista e de sua dinâmica com relação ao uso e posse da terra. Para isso, trataremos da subordinação da agricultura à lógica do capital buscando aí a raízes das desigualdades entre a grande e a pequena produção. Partindo dessas bases, então, será

abordado o arcabouço do neoliberalismo - estratégias das novas forças do capital - bem como o crescimento desigual do sistema na regionalização brasileira. Por fim, em termos teóricos, será analisada a cunhagem do “agronegócio” e a “modernização” conservadora e dolorosa do processo capitalista no campo.

1.1.2. Sobre o conceito e definição de capitalismo

Para tratar das questões das transformações no campo brasileiro, vemos como fundamental a definição e compreensão de capitalismo, sua lógica de funcionamento, suas contradições e seus limites. Apenas assim se pode pensar sua superação como projeto de sociedade, no contexto das lutas sociais. O ponto de partida é a compreensão do capitalismo enquanto forma de organização da produção e da sociedade, inclusive, mesmo que o desafio seja a compreensão de sua dinâmica atual.

Há em Gorender (2002, p.16) uma definição de capitalismo que pode ser coerente com a realidade:

Defino o capitalismo como um modo de produção em que operários assalariados, despossuídos de meios de produção e juridicamente livres, produzem mais-valia; em que a força de trabalho converte em mercadorias, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva; em que os bens de produção assumem a forma de capital, isso é, não de mero patrimônio, mas de capital, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso, mas valor de mercado.

Vê-se, então, que o modo de produção capitalista é resultado de uma construção social e histórica, não sendo, portanto, factual ou fenomênico. Sendo construção social e histórica, encontra-se em processo permanente de mudança, sendo sempre campo de possibilidades: de renovação e de superação. Por isso, os problemas sociais advindos da reprodução do capitalismo não são destino ou condenação da humanidade, mas resultado histórico e geográfico das condições e da correlação de forças que seguem uma dinâmica social da própria disputa de classes. Assim, com o capital, as relações sociais estão sempre em processo permanente de mudanças. Netto e Braz (2007) corroboram esta perspectiva quando nos apresentam dois aspectos fundamentais no capitalismo: um, relacionado à definição de capital e outro à dinâmica de sua evolução. Em relação à definição de capital, explicam que:

O capital é uma *relação social* e as relações sociais são, antes de mais, relações de essência histórica: são mutáveis, transformáveis. Resultado da

ação dos homens, exerce sobre eles pressões e constrangimentos, acarretam efeitos e consequências que independem da sua vontade; mas, igualmente, são alternáveis e alteradas pela vontade coletiva e organizada das classes sociais. (NETTO; BRAZ 2007, p. 169).

Sendo o capital uma relação social mutável, em constante transformação resultado da ação coletiva das classes sociais, cabe analisá-lo, olhando para o movimento das classes sociais e seu processo histórico de construção e lutas socioespaciais. Assim, em relação à evolução do modo de produção capitalista, afirmam que:

Ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele: *mobilidade e transformação constituem o capitalismo*, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é sua maca. A expansão sociopolítica das suas contradições, que surge nas *lutas de classes*, permeia e penetra todos os passos da sua dinâmica. A história do capitalismo – a sua evolução – portanto, é produto da interação, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento das forças produtivas, de alteração nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica. (NETTO; BRAZ 2007, p. 169-170).

Por isso, pode-se afirmar que o capitalismo não nasceu pronto com suas características e forma já definidas, mas está em permanentes crises: ajustes, avanços e retrocessos. Assim, precisa ser compreendido em seu funcionamento no tempo e no espaço. Por isso, Gorender (2002) afirma que “O capitalismo tem uma origem, uma formação, na acepção dinâmica da palavra *formação*; ou seja, ele nunca surge pronto e acabado, perfeito em suas características típicas específicas”. Isso significa que se trata de uma origem processual, das transformações sociais, dado à acumulação em certos setores sociais, políticos e econômicos do modo de produção feudal. Sendo filho e negação do feudalismo, dialeticamente absorve e transforma em mercadorias bens herdados, para promover sua reprodução ampliada constante no tempo e no espaço.

Então, o capitalismo, tem sua origem na Europa, especialmente na Inglaterra, nascido nas cidades, a partir dos acúmulos dos burgueses. Ganha forma ampliada a partir do surgimento das fábricas/indústrias, mas tem sua origem no comércio e mantém relação com a agricultura, com o campo de modo geral e com o próprio comércio, sempre ganhando escala. Por isso, o controle do espaço urbano e externo à urbe é base para essa reprodução, uma vez que o capitalismo, como modo de produção, está

presente em todos os lugares, mesmo que se apresente de forma diferente, pré-capitalista ou em estágio de maturação.

Marx, ao escrever “o Capital”, aponta com precisão essa fase e seu desenvolvimento, ao afirmar que

O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas, ao mesmo tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição. (MARX, 2006. p. 570).

Assim, a relação dialética e contraditória entre indústria e agricultura, conforme definição de Marx, continua presente na atualidade, com suas mudanças, sendo resultado do processo permanente de reprodução e de evolução. Portanto, não podemos separar do modo de produção capitalista a compreensão da agricultura, uma vez que a esta faz parte do todo e é funcional ao sistema.

1.1.3 - A condição para a reprodução social do capital

O modo de produção capitalista cria concomitantemente e contraditoriamente, de um lado, as classes, trabalhadora, operária e, de outro, a burguesia, classes antagônicas desde sua origem. Portanto, nasce com uma contradição fundamental. A classe trabalhadora foi uma construção, um fazer-se. Conforme Thompson (2002), a prática da classe operaria é uma fazer tanto histórico, político e cultural quanto econômico. Portanto, uma combinação de fatores sociais e históricos em permanente construção, numa dinâmica complexa. A relação campo-cidade, indústria e formação da classe proletária estão inter-relacionadas.

Conforme Marx (2006, p. 570):

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista de um lado concentra a força motriz histórica da sociedade, e a volta à terra dos elementos do solo consumido pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo.

Os elementos da concentração demográfica nos grandes centros urbanos e a questão da fertilidade do solo apresentados como constatação e preocupação por Marx na fase do surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista, bem como a dicotomia entre campo e cidade, vai ser o fio condutor da análise. Pois, uma vez que se alteram as bases da sociedade, o camponês quando tem sua migração forçada para cidade, deixa de ser um produtor de alimentos e consumidor e passa a ser apenas

consumidor. Para atender à demanda de alimentos que compõem a cesta básica do camponês, que foi transformado em operário, a produção de alimentos, nessa fase do desenvolvimento do capitalismo, passa a ser mais uma mercadoria produzida na lógica capitalista. Cria-se, assim, um desequilíbrio entre o tempo do capital e o tempo da natureza, gerando uma das maiores contradições do sistema, o que o leva a uma crise sistêmica.

Por isso, todo o processo de desenvolvimento do capitalismo segue a dinâmica social, histórica e cultural no tempo e no espaço. Seu desenvolvimento é desigual e combinado. Em relação a isso, Santos (2000) contribui para a análise do estágio atual do desenvolvimento do capitalismo ao refletir como funciona a interligação do capital em escala mundial, em que o tempo tem duplo sentido, formando uma unidade dialética entre tempo e espaço:

A unidade do tempo não é apenas o resultado de que, nos mais diversos lugares, a hora do relógio é a mesma. Não é somente isso. Se a hora é a mesma, convergem, também, os movimentos vividos. Há uma confluência dos momentos como resposta àquilo que, do ponto de vista da física, chama-se de tempo real e, do ponto de vista histórico, seria chamado de interdependência e solidariedade do acontecer. Tomada como fenômeno físico, a percepção do tempo real não só quer dizer que a hora dos relógios é a mesma, mas que podemos usar esses relógios múltiplos de maneira uniforme. Resultado do progresso científico e técnico, cuja busca se acelerou com a Segunda Guerra, a operação plantaria das grandes empresas globais vai revolucionar o mundo das finanças, permitindo ao respectivo mercado que funcione em diversos lugares durante o dia inteiro. O tempo real também autoriza usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares; e todos os lugares a partir de um só deles. E, em ambos os casos, de forma concatenada e eficaz. (SANTOS, 2000, p. 27/28).

As mudanças na reprodução do capital em escala mundial, que ganharam nova dinâmica no pós-segunda Guerra Mundial, têm implicação sobre os locais agora conectados pelas redes. Impõe-se uma subordinação do local ao global, pois quem controla os meios técnicos e científicos impõe sua vontade e sua dinâmica ao processo. Isso gera um conjunto de contradições, pois, como se sabe, as contradições são intrínsecas ao sistema e fazem parte desse modo de produção desde sua origem e, uma vez consolidadas, aumentam, ficando explicitadas suas contradições secundárias e fundamentais. Isso mostra a lógica da realização do lucro e da apropriação da mais valia absoluta e relativa, que se dá em cada fase do desenvolvimento, no tempo e no espaço. No estágio atual, em que o modo de produção capitalista já está consolidado, prevalece, de acordo com Gorender (2002, p.17), a lógica da mais valia relativa:

Agora, é o capitalismo já constituído o único que é capaz de produzir mais-valia relativa. E, enfim, o modo de produção capitalista é aquele em que a contradição fundamental do modo de produção é a contradição entre o caráter

social da produção e a forma privada de apropriação e em que a contradição fundamental de classe se verifica entre operários assalariados e capitalistas.

É o capitalismo, portanto, que organiza o processo de produção e de distribuição para garantir sua reprodução e o controle sobre a mão de obra até a circulação de bens no mercado. Assim, alimenta o metabolismo desse processo em que tudo se transforma em mercadorias com valor de troca e em cada fase encontra formas diferentes sem comprometer sua lógica de acumulação.

Analisando o capitalismo contemporâneo, Netto (1996) apresenta um elemento fundamental da transição do capitalismo concorrencial para o de monopólio: “A construção da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primeiro; o *acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*” (p. 16). Nessa fase, o controle do mercado passa a ser um dos principais mecanismos de acumulação. De acordo com a análise do autor, a fase do capitalismo monopolista apresenta um conjunto de elementos que ajudam a entender as mudanças estruturais na forma de se organizar o sistema econômico de produção e o papel que o sistema financeiro:

Essa organização - na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico- financeiro substantivamente redimensionado - comporta níveis e formas diferenciadas que vão desde o “acordo de cavalheiro” à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e o truste, na prossecução da sua finalidade central; a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos que devem ser sumariados. a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidos pelos monopólios tendem a crescer progressivamente. b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados, c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa *média* de lucro e a tendência ao subconsumo, d) o investimento se concentra no setor de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil, (logo a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz) e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo” com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado - o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando pois tendência ao subconsumo (NETTO, 1996, p.16-17).

Percebe-se que o conjunto de elementos apresentados pelo referidos autores reforça a análise de estarmos diante de um estágio do desenvolvimento de capitalismo. Neste, o processo de concentração e centralização acelerada de grande massa de capital, em tese, não contém contradições; pelo contrário, faz parte da lógica de funcionamento do modo de produção. Interessa-nos compreender as contradições que vão sendo geradas, uma vez que as estas surgem na dinâmica e velocidade do tempo

contemporâneo, pois são partes constituintes do processo. É nesse sentido, que se torna importante analisar a agricultura sob essa perspectiva, uma vez que ela constitui uma unidade dialética formada pela relação agricultura e desenvolvimento do capitalismo, ou do capitalismo no campo. Daí, ser fundamental em toda análise que vise ao entendimento da atualidade, o exercício de compreensão de como se deu o processo histórico.

1.1.4 – A reprodução capitalista no campo

Para sua localização no tempo e no espaço, é importante saber que a agricultura, surge antes do capitalismo como modo de produção. Mazoyer e Roudart (2010) afirmam que a existência da agricultura data de aproximadamente dez mil anos uma vez que a esta surge, no processo evolutivo da humanidade, quando os grupos sociais deixam a vida nômade e passam a viver em bases sedentárias, o que, provavelmente, tenha ocorrido no neolítico. Nem é o objetivo deste trabalho entrar nesse debate, informação que damos apenas para ilustração, pois tudo na sociedade e natureza se relaciona e está em constante evolução e transformação; na agricultura, não é diferente.

Assim, os autores acima citados, ao analisarem a presença da espécie humana no planeta e sua relação com a agricultura, afirmam que

Foi apenas no neolítico - há menos de 10.000 anos - que ele [o homem] começou a cultivar as plantas e criar animais, que, ele mesmo, domesticou e introduziu e multiplicou em todos os tipos de ambientes, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em *ecossistemas cultivados*, artificializados e explorados por seus cuidados. Desde então a agricultura humana conquistou o mundo; tornou-se o principal fator de transformação da ecossfera, e seus ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais que não produzem elas próprias sua alimentação (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 52).

O processo de surgimento e desenvolvimento da agricultura não foi homogêneo. Existe uma relação dialética entre o tempo e o espaço influenciada por um conjunto de elementos físicos, relacionada às condições edafoclimáticas e de ordem social e histórica das formas de organização das sociedades. Ainda conforme os autores,

Na verdade, toda forma de agricultura praticada em um tempo e lugar aparece em principio como um objeto ecológico e econômico complicado, composto por várias categorias de estabelecimentos que exploram diferentes tipos de solos e diversas espécies de plantas e animais. Além do mais, as formas de agricultura observáveis variam conforme o lugar, a tal ponto que de uma

região do mundo a outra, podemos classificá-las em gêneros muito diferentes (*Idem*, p. 44).

Essa diversidade de agriculturas que a humanidade foi desenvolvendo e praticando no tempo e no espaço, ao longo de sua trajetória, está, atualmente, sendo ameaçada pelo modelo hegemônico do agronegócio. Nessa perspectiva, é necessária a compreensão do papel da agricultura em cada fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois a agricultura é parte constituinte do processo e da lógica desse desenvolvimento. Como já se viu, é funcional ao sistema. A propósito, Gorender (2002, p. 17) defende a tese de que a agricultura é um ramo da indústria e, portanto, parte que compõe o todo do modo de produção capitalista.

No modo de produção capitalista constituído, a agricultura não é simplesmente agricultura, ela é também um ramo da indústria como a siderurgia, a tecelagem, o ramo mecânico, como o ramo químico ou qualquer outro. Mas, se isso acontece, há uma peculiaridade que na agricultura é impossível de eliminar, que é o problema da terra, uma vez que esta constitui um recurso limitado e insubstituível.

A questão do esgotamento da fertilidade natural da terra, apresentada por Gorender (2002), reforça a tese já levantada por Marx (2006) da ruptura e união, ou seja, uma nova síntese do capitalismo. Pode-se acrescentar outro elemento fundamental ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura que é a forma de apropriação da terra. Isso porque no capitalismo ela adquire as características de propriedade privada, com todo um arcabouço jurídico em que o Estado cumpre a função de legislador e protetor de ordem jurídica imposta a partir dos interesses das forças do capital pelos que têm o controle jurídico da terra, na forma de propriedade privada. No caso brasileiro, esse processo se iniciou com a primeira Lei de Terras em 1850, sendo redefinido por outras leis, como o estatuto da terra de 1964 e a constituição de 1988, em que a questão jurídica sofreu modificações sempre sob controle dos detentores da propriedade da terra.

Do ponto de vista ideológico, houve uma tentativa de naturalização da propriedade privada da terra. O fato de a terra ser recurso limitado e finito, sendo disputada e destruída pela forma de uso, segundo a lógica do modelo de produção, comparece mais uma vez na forma de alerta, segundo Mooney (2002): “estamos destruindo os solos pelo menos 13 vezes mais rapidamente do que o tempo necessário para recuperá-los” (p. 28). Isso significa que os solos agricultáveis se tornaram o bem natural mais disputado no planeta, disputa da qual participam as grandes corporações,

fundos de investimentos e empresas que veem no controle das terras a possibilidade de controlar todos os recursos. Em o *Capital*, Marx (2006, p. 571) já alertara para esta questão ao afirmar que;

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

Esse conjunto de questões, já apontadas por Marx, relacionadas à forma de uso intensivo da terra na dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista gera contradições. Como se pode ver, há uma simbiose entre o modo de produção capitalista, o desenvolvimento capitalista, o controle jurídico da terra na forma de propriedade privada e o uso intensivo desse bem natural. A lógica do capital é a de sua reprodução pelo controle e uso da terra, uma vez que controlar a terra na forma de propriedade privada é o principal mecanismo para apropriar-se dos recursos naturais do subsolo e da superfície. Um exemplo ilustrativo desta dinâmica é a lógica contemporânea como está no seguinte artigo, publicado pelo jornal Globo:

Pense no Vaticano, menor país do mundo que concentrou olhares durante o conclave que elegeu o novo papa argentino. Agora imagine a micronação multiplicada por 100 mil. O resultado se aproximará da área total do território brasileiro que, longe dos holofotes, já está hoje documentada em nome de outros governos ou corporações estrangeiras: 4,5 milhões de hectares, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na maioria dos casos, são áreas ricas em água e que garantem alta produtividade. Em outras palavras, importantes reservas para um futuro onde o recurso se torna cada vez mais escasso (NOBREGA, 2013, p.1).

Corroborando essa análise está a constatação da corrida da apropriação da terra e nos investimentos por parte dos grandes capitalistas que atuam nas mais variadas formas, desde individual até fundos de investimentos com volumes significativos de recursos tanto na produção, indústria e especulação dos alimentos. Jim Rogers (MOORE, 2013) um dos mais influentes analistas econômicos, ao conceder uma entrevista ao *Financial Times*, surpreendeu ao afirmar: “esqueça os bancos e o ouro, o futuro virá das terras.” Para defender sua tese de orientação aos capitalistas investidores

apresenta um conjunto de informações interessantes sobre a agricultura e a questão dos alimentos em escala mundial:

Penso que dá para ganhar mais dinheiro com a agricultura. Não acho que chegamos ao fundo do poço no ouro, mas estamos perto dele no açúcar. O açúcar registra uma queda de 75% em relação ao pico histórico - não há muita coisa mais no mundo que tenha caído 75%. Acho que a agricultura será uma das profissões mais interessantes nos próximos 20 anos. A idade média de um agricultor nos Estados Unidos é de 58 anos, na Coreia do Sul é de 65. É uma profissão velha e as pessoas que estão nela estão morrendo ou se aposentando. Nos EUA mais pessoas estudam relações públicas do que agricultura. O mundo está enfrentando um grave problema demográfico e de produção. Se nada mudar, não teremos alimentos a qualquer preço. Os preços terão de subir muito para atrair mão de obra e a Organização para Alimentação e Agricultura [FAO, em inglês] está tentando fazer as pessoas enxergarem essa crise. Eles veem o que eu estou vendo. O que mais você precisa saber? As pessoas colocam a culpa nos especuladores, mas isso não é sobre eles - é sobre o fato de que os estoques estão no momento nos níveis mais baixos de que se tem registro na história e, embora tenhamos tido boas safras na última década, a produção não consegue acompanhar a demanda. No passado, se tínhamos problemas com o clima, tínhamos estoques enormes. Mas agora não temos estoques e não temos agricultores (*Idem*, p. 1)

Esse fator econômico, de orientação de investimento capitalista sobre o controle da terra e atuação na agricultura na lógica de “ganhar dinheiro”, pode trazer consequências gravíssimas, uma vez que a lógica capitalista é ganhar mais dinheiro em quantidade maior em tempo menor. Ao se analisar o discurso apresentado, fica claro que toda orientação para o investimento é para ganhar dinheiro, que o alimento é uma mercadoria e como tal precisa estar sob controle da lógica capitalista. Em decorrência, em muitas sociedades os camponeses estão ameaçados de desaparecer não de forma natural, mas em consequência do modelo e lógica sistêmica, o que se torna uma oportunidade para os capitalistas ganharem mais dinheiro. Neste momento alerta-se para a necessidade de repensar o modelo de agricultura para fortalecer o campesinato, uma vez que, segundo o MDA, 70 % dos alimentos dos brasileiros e da população mundial são produzidos pela agricultura camponesa (BRASIL, 2015). Rogers (2010), ao prever o fim do campesinato, não aponta para as causas, passando a ideia de que se trata de algo natural e tampouco reflete sobre as consequências que o fim do campesinato acarreta para a humanidade. Ademais, ignora a reação e resistência ativa do campesinato em escala mundial como sujeito coletivo em defesa de sua existência como classe social e como modo de vida. A atuação e a apropriação do capital sobre os bens naturais, com objetivo da realização do lucro extraordinário e como reserva de valor gera um conjunto de contradições e problemas para a sociedade brasileira. Isso se dá

por esse fato ser processo de desnacionalização e concentração, o que vai dificultando a democratização do acesso à terra via realização de uma reforma agrária, trazendo consequências econômicas, sociais e ambientais. Para Oliveira (1989, p. 46),

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isso significa dizer que para que seu desenvolvimento seja possível, ele tem que desenvolver aquele aspecto aparentemente contraditório. Por isso vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se carteliza pela implantação das relações de trabalho assalariado, não-capitalista, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc.

Nota-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro é marcado por um conjunto de características fundamentais. É importante compreendermos sua natureza, pois faz parte das particularidades do tempo e do espaço. O capitalismo vem desenvolvendo-se no campo brasileiro desde os primórdios da chegada dos portugueses com a imposição de um modelo de exploração e espoliação do território brasileiro a partir do *plantation*.

O sistema de *plantation* se caracteriza pelas grandes extensões de área cultivada, em monocultivo - ou seja, de forma especializada em um só produto (cana, algodão, cacau, café, pecuária, etc.) - com a utilização de modernas técnicas de produção (para época), pela prioridade de venda para o mercado externo europeu e pela mão de obra escrava. (STÉDILE, 2011, p. 14)

A agricultura brasileira nasce e se desenvolve a partir da lógica capitalista; no século XX, porém, a partir da década de 1945 até meados da década de 1980, sobretudo após 1964, com o regime militar, esse processo se acelerou e se completou, na forma de imposição, feita tanto pelo Estado brasileiro como pelas forças do grande capital nacional e internacional. As características fundamentais que marcam esse desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira são de ordem econômica, política e social.

1.2 – O processo das transformações capitalistas no campo

Como aprofundamento, agora já se pode analisar o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, especialmente no Cerrado. Para esta parte, então, estabelecemos como recorte temporal a década de 1970, com a imposição do pacote da revolução verde e a fase seguinte, com o neoliberalismo e o agronegócio como matriz de produção. Teve-se assim, uma fase de consolidação de um modelo

hegemônico econômica e ideologicamente, sob a base da integração de capitais, a subordinação da agricultura a indústria e a proletarização do campo.

A “*modernização*” do campo é entendida como desenvolvimento das forças produtivas por meio da imposição de um padrão de ciência, técnica e tecnologia para atender à lógica sistêmica. Tudo isso vem com o Estado como principal agente garantidor desse modelo através das políticas e programas implementados para atender e dar garantia a sua viabilidade. Ao inserirmos o conceito *Dolorosa*, tese defendida por Silva (1982), entendemos que esse modelo afetou o conjunto da sociedade, mais diretamente o campesinato brasileiro, obrigado a migrar do campo para cidade, ou para as fronteiras agrícolas. Tamanha foi a consequências de tudo isso que, até os dias atuais, esses sujeitos não se encontraram como camponeses e milhões deles continuam sendo obrigados a se proletarizar no campo e nas cidades. Nesse caráter de “modernização” dolorosa, outra consequência analisada por Silva (1982) é a concentração da propriedade da terra, que não foi mexida estruturalmente; podemos, pois, dizer que esta situação segue pouco alterada até os dias atuais.

Enfim, nesta parte do trabalho, há um conjunto de elementos apresentados e analisados no sentido de desmistificar e questionar o modelo hegemônico apresentado como “desenvolvimento” e “sustentável”. Na verdade, vê-se que é carregado de contradições socioeconômicas e socioecológicas, que precisam ser questionadas para se pensar, ou repensar, a agricultura e o campo numa perspectiva de outro paradigma de projeto, como faremos neste trabalho, especialmente em seu terceiro capítulo.

1.2.1 - O “agronegócio” e a “modernização” conservadora/dolorosa.

A agricultura brasileira está completamente subordinada à lógica do capital. A busca do lucro como objetivo principal da produção agropecuária trouxe um processo permanente de concentração da propriedade da terra, dos meios de produção (máquinas, armazéns, agroindústrias, comércio, insumos industriais) e da produção e comercialização agrícola. Para Mendonça (2006, p.53),

O processo de “modernização” da agricultura - isto é, a construção da empresa agropecuária -, para além de seu caráter conservador, produtivista e concentracionista, contraria, em sua própria tessitura, com esse novo protagonista, igualmente em construção no decorrer das décadas de 1960 e 1970: o moderno empresário rural .

A forma de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira se deu com ampla integração entre os diferentes tipos de capital: industrial, financeiro, comercial e agrário, constituindo, assim, uma total subordinação da agricultura à indústria. Nas últimas décadas, as classes dominantes e seus governos aplicaram uma política econômica para a agricultura na busca permanente de um conjunto de objetivos básicos, ou seja, a função que a agricultura cumpriu para a economia. Entre elas, pode-se destacar: produzir para exportar; produzir para o mercado interno, a preços baixos, com a finalidade de manter baixo o custo da reprodução da força de trabalho e, com isso, pagar baixos salários aos operários urbanos, garantindo elevada taxa de lucro; liberar mão-de-obra do campo para a cidade como pressão para baixar os salários; produzir matérias primas baratas para a indústria e incorporar insumos industriais. João Pedro Stédile, ao analisar o processo de “*modernização*” da agricultura no período da ditadura militar, afirma que

Os vinte anos de regime militar no Brasil representam um amordaçamento da questão agrária. Do ponto de vista das teses de desenvolvimento do meio rural, o modelo adotado pelos governos desse período foi muito claro: estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se aos interesses do capital estrangeiro, vinculado a um processo acelerado de industrialização da cidade, também baseado nos investimentos de empresas multinacionais. Para os pobres do campo, camponeses que antes sonhavam com a reforma agrária e um pedaço de terra, os governos militares apresentaram apenas uma saída social: a migração - para as cidades, para servir de mão de obra barata às indústrias, e ou para regiões mais longínquas do norte do país, induzidos a isso pela falsa propaganda e pela construção de grandes estradas que cortaram a selva amazônica, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho (STÉDILE, 2011, p. 24).

O processo de “*modernização*” na agricultura brasileira se deu de forma totalmente subordinada a lógica da indústria, conforme afirma Estevam (2004, p.149).

Não foi propriamente a agricultura que se industrializou, mas a indústria que industrializou a agricultura. Isso quer dizer que a industrialização passa da fase dirigida e, mais do que isso, que a direção do processo, nessa outra fase, vem da indústria ou, melhor dizendo, da grande indústria).

Este processo teve o Estado como principal agente. Isto, na dinâmica do desenvolvimento capitalista na agricultura na busca dos objetivos da política econômica, nas mudanças induzidas no padrão tecnológico e na alteração das relações sociais no campo. O mesmo ocorre na ocupação do cerrado brasileiro e da região amazônica. Existiu uma relação direta entre o regime militar e a imposição do modelo

de agricultura e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Daí, conforme explicou Ianni (1979), ao analisar a agricultura durante a ditadura militar, nota-se que

O Golpe de Estado e a ditadura são apresentados pelos ideólogos, ou funcionários, do capital monopolista como importante movimento político e período de grandes transformações nos quadros da política econômico-financeira. Mais do que nunca - inclusive mais do que durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1950-60) - o grande capital monopolista capturou amplamente o aparelho estatal do país. Este foi o contexto em que se deu mais uma ampla penetração do imperialismo no Brasil em geral, e na Amazônia em particular (p. 100).

Nessa mesma linha de análise do contexto desse período do capitalismo mundial, da economia e da agricultura, Stédile (2011, p.24) acrescenta que

O modelo adotado pelos governos deste período foi muito claro: estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro, vinculando a um processo acelerado de industrialização na cidade, também baseado nos investimentos de empresas multinacionais.

Calaça e Inocêncio (2011) reafirmam o quanto o Estado teve papel fundamental para impor esse modelo, ao analisarem esse processo no Cerrado brasileiro e asseveram que mudam o tempo e o espaço, embora a lógica continue a mesma.

O Estado brasileiro, por meio das políticas públicas, sempre foi um organizador de territórios, tanto urbanos quanto rurais. No campo, pertencem ao Estado as principais políticas que direcionaram a ocupação de novas áreas no interior do país. As políticas públicas redundaram na expansão da fronteira agrícola em direção ao Brasil Central e viabilizaram a inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista, a partir de um conjunto de técnicas, denominadas modernização agrícola. Esse processo desencadeou mudanças estruturais na organização da produção tendo como consequência a substituição de cultivos tradicionais por outros distantes da cultura do povo cerrado. O propósito do trabalho é analisar com base no Programa Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do Cerrado, PRODECER, o papel do Estado, através das políticas públicas, na (re) organização produtiva do Cerrado. Para tal utilizou-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

Diante disso, considera-se que o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira foi e é muito complexo, trazendo consigo vários elementos fundamentais: um desenvolvimento desigual em relação aos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões. Existem muitos e distintos tipos e estágios de desenvolvimento da agricultura espalhados pelas regiões do país. Ressalte-se a concentração e a desproporcionalidade que houve no desenvolvimento da produção agropecuária nas regiões sul e sudeste, um processo excludente em que apenas uma

minoria foi beneficiada e em que as amplas camadas da população do campo foram marginalizadas do processo e de seus resultados. Um grande contingente teve que migrar para regiões de fronteira agrícola, para as cidades-polo regionais ou grandes centros urbanos e até para outros países, em busca de trabalho ou terra, principalmente para o Paraguai, gerando conflitos envolvendo a questão da terra.

Esse processo convive com formas de organização da produção e de relações sociais consideradas pré-capitalistas (parceiros, posseiros) e plenamente capitalistas (assalariamento puro, capital industrial chegando à agricultura) e as reproduz. Por outro lado, o desenvolvimento da agricultura brasileira está, também, vinculado aos interesses do capital internacional, seja através da presença de grupos econômicos transnacionais, seja pela integração da produção à divisão internacional do mercado.

A estrutura da propriedade da terra se desenvolveu em dois sentidos: De um lado, cresceram as grandes propriedades, os latifúndios, tanto em número como em extensão da área. De outro, cresceu também o número de pequenos estabelecimentos do tipo familiar sem, no entanto, aumentar a área total controlada por eles. A “modernização” da agricultura se deu com a permanente concentração da propriedade da terra, dos bens naturais e da renda do campo e teve seguintes características:

- aumento da mecanização agrícola em todos os níveis, como parte do processo de automatização do campo;
- utilização de insumos de origem industrial, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, venenos com graves consequências;
- uso do crédito rural para custeio, investimento e comercialização, especialmente para as grandes propriedades, agroindústrias e para os produtos que interessavam à política do governo.

De resto, houve expansão da lavoura de produtos destinados à exportação, com base na monocultura, em grandes propriedades. Por outro lado, a produção para o mercado interno, feita por médios proprietários e, principalmente, por camponeses, passou a ser cada vez mais integrada à agroindústria. A produção de sementes híbridas, de mudas e de matrizes animais bem como o desenvolvimento da genética animal e vegetal foram controlados por poucas empresas multinacionais. Por fim, assistiu-se à introdução de plantações homogêneas (eucalipto, pinus-eliotis, acácia, etc) por parte de grandes empresas industriais com objetivo de produzir para exportação.

Aumentou a utilização predatória dos recursos naturais, prejudicando a conservação do solo e o equilíbrio do meio ambiente e dos recursos naturais

disponíveis. Ao lado disso, o desenvolvimento do cooperativismo capitalista empresarial cumpriu o papel de articulador do modelo e a expansão da pecuária extensiva ocupou grandes extensões de terra do país. Houve a depredação dos recursos naturais, especialmente através das madeireiras, das empresas de pesca nos rios e lagos e das mineradoras. Acelerou-se o processo de urbanização da população brasileira, resultante da migração forçada do campo provocada por esse tipo de desenvolvimento agrícola.

1.2.2 – Impactos da “modernização” sobre a produção as terras de produção de alimentos e a reforma agrária.

A imposição do modelo hegemônico trouxe consequências de ordem cultural como perda irreparável de saberes, tradições e da memória coletiva, ao desarticular as comunidades camponesas tradicionais, forçar a migração campo-cidade, destruir as condições ecológicas de existência de todas as formas de vida, que vão desde as festas à alimentação e saúde popular. Esse conhecimento popular transformou-se em folclore, em mercadoria da indústria cultural, de representações. Para Estevam (2004, p. 179), esse processo de perdas é consequências d expansão capitalista no campo.

No processo de expansão capitalista, também os valores e a mentalidade foram se alterando profundamente no mundo rural. O tradicional convívio deu lugar a relações impessoais, contratuais e monetárias; as tradições culturais foram sendo abandonadas transformando-se em manifestações folclóricas; o trabalhador rural vai ‘morrendo’ conforme depoimento poético de um deles, ‘como uma planta que se ranca do chão’. As pessoas descaracterizam-se como pessoa do campo e o lugar descaracteriza-se como antigo tradicional espaço sertanejo.

Todas as formas de uso coletivo, a exemplo dos babaçuais, fundos de pasto, tabuleiros, manguezais, e exploração predatória de áreas antes pertencentes a comunidades tradicionais e indígenas foram objeto de privatização, causando interferência cultural. Por outro lado, cresce a exploração da força de trabalho, através das mais diferentes formas de trabalho precário, sem direitos sociais, com baixa remuneração e até trabalho escravo.

O processo de desenvolvimento capitalista e de “modernização” na agricultura brasileira baseou-se, fundamentalmente, no aumento da exploração dos trabalhadores, que aumentaram a produção da riqueza, de bens e de produtos no campo;

contraditoriamente, aumentou a concentração da renda e da riqueza. Isso levou ao desaparecimento de milhares de unidades produtivas camponesas e à ampliação do trabalho assalariado no campo. Muitos dos camponeses que se mantiveram na terra passaram a ter parte da renda obtida com o trabalho assalariado fora da propriedade. O trabalho acessório, conforme Santos (1978) ao analisar a região da Serra no Rio Grande do Sul, é entendido como parte de uma estratégia de complementação de renda das unidades de produção camponesa e fazem parte da trajetória do campesinato. Ele alerta, porém, para o fato de que o trabalho acessório é, na verdade, antecipação de um processo de disciplinar o futuro proletário. Em relação a isso, argumenta Santos (1978, p. 39):

O trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhe escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória, funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário, característica particularmente valiosa para os filhos, que desde há algum tempo, migram para as cidades.

O trabalho acessório realizado pelo camponês pode servir de transição para o assalariamento e para a perda da condição camponesa. Como também, as relações capitalistas no campo reeditaram formas de alto grau de exploração do trabalho, através do trabalho escravo, que vem crescendo. Conforme demonstrava matéria publicada no Jornal O Popular,

Chegou a 2.454 o número de pessoas flagradas vivendo em condições análogas à escravidão em Goiás nos últimos cinco anos. Essa quantidade de trabalhadores foi atingida com o resgate de 64 oleiros que fabricavam tijolos no município de Gouvelândia, na semana passada. Eles viviam de forma sub-humana, inclusive as crianças. Ao todo, foram inspecionadas e interditadas 32 olarias. A soma das verbas trabalhistas rescisórias pagas pelos donos dos estabelecimentos ultrapassou R\$ 223,5 mil. Essa estatística ajuda a manter Goiás no primeiro lugar entre os Estados onde mais são registrados casos de escravidão. Nos últimos três anos, o topo dessa lista pertence aos goianos. A maioria dos casos ocorre em carvoarias, olarias, fazendas, plantações de eucalipto e na produção sucroalcooleira. No entanto, encabeçar esse ranking não significa que a situação em Goiás seja a pior do Brasil, sustenta o coordenador da operação realizada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Roberto Mendes (MERGULHÃO, 2011)

O trabalhador rural, sem o acesso terra e as condições de trabalha-la, torna-se presa fácil para ser impelido à condição de trabalho análogo ao trabalho escravo. Em diversos estados, o local de moradia de grande número de trabalhadores rurais se transferiu para as pequenas cidades e periferias de cidades maiores. Percebe-se um aumento dos chamados aglomerados de camponeses em pequenas cidades ou povoados, onde a população depende do trabalho na agricultura. Essa é uma estratégia que o

capital encontrou para aglutinar a mão de obra e facilitar sua exploração. Existem prefeituras que organizaram terminais de trabalhadores onde é servido café da manhã, reunindo-se os trabalhadores para as empresas se abastecerem dessa mão de obra, na forma de diaristas, para as atividades agrícolas. É o Estado organizando a mão de obra para o capital.

Mesmo com o fenômeno da urbanização, existe também grande número de pequenas cidades do interior que dependem exclusivamente da atividade agropecuária, como base de sua economia e do trabalho de sua população. No ano 2000, dos 5.507 municípios existentes no Brasil, 4.642 apresentavam população inferior a 20 mil habitantes. Por outro lado, o serviço de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural patrocinado pelo Estado, através do sistema EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), foi utilizado nas últimas três décadas unicamente como forma de implementar os produtos e as tecnologias que interessavam ao processo capitalista de exploração da agricultura. Dessa forma, tanto os camponeses, como produtores de mercadorias destinadas ao mercado interno para consumo popular ou como mão de obra para o agronegócio, sempre estiveram à margem das prioridades da pesquisa agropecuária e da assistência técnica, mantidas pelo Estado (MST, 2010).

Por fim, essa fase em que o capitalismo na agricultura ganhou forma própria tornou-se hegemônica, a partir de meados do século XX, com características, dinâmica e contradições com consequências sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas. Essa fase do desenvolvimento do capitalismo no campo inviabilizou a realização de uma reforma agrária “clássica”, Isto, porque esta, segundo o Programa Agrário do MST (2013, p. 21), resultado de uma construção coletiva, define o conceito de reforma agrária que surge concomitante ao surgimento do capitalismo, das indústrias nas cidades.

Somente a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial no século 18, a expressão “reforma agrária” começou a ser utilizada. Neste período, a Reforma Agrária passou a ser uma política de governo e de Estado para mudar a estrutura de propriedade e de produção agrícola de um país e, consequentemente, atender às demandas das nascentes sociedades urbano-industriais.

No processo histórico a humanidade já experimentou um conjunto de tipos de reformas agrárias, cada uma no seu tempo e espaço, como resultado da correlação de forças dos interesses em disputa. É fundamental identificar e caracterizar algumas consideradas fundamentais, conforme MST (2013). A primeira tipologia de reforma agrária clássica, resultado de uma aliança de classes que a burguesia industrial utilizou

como forma de desenvolvimento do capitalismo, para resolver problemas de tensionamentos que envolvem a luta pela terra. Essa tipologia foi implementada em países da Europa e influenciou outras regiões do planeta, num período que foi um dos mais importantes na perspectiva da realização de uma reforma agrária clássica burguesa no Brasil e na América Latina.

Dessa matriz de reforma agrária clássica burguesa, surgiram inúmeras outras propostas em países periféricos adequadas à suas realidades, aos desafios que se propunham superar e, sobretudo, à correlação das forças políticas do período histórico em que foram implantadas. Aqui na América Latina, o governo John Kennedy chegou a promover uma reunião continental em Punta del Este (1961) para estimular que os governos fizessem reforma agrárias burguesas, como forma de desenvolver o mercado interno e impedir que os camponeses se radicalizassem como havia acontecido na revolução cubana. E os economistas da CEPAL (organismo das Nações Unidas para América Latina) difundiram essa tese como forma de enfrentar o subdesenvolvimento durante toda década de 60 (MST (2013, p. 22).

A reforma agrária clássica foi uma bandeira e programa assumido e implementado pela burguesia, já que os camponeses pobres lutavam por terra e justiça; com objetivos econômicos, para auxiliar no desenvolvimento do capitalismo, tornando os camponeses consumidores de mercadorias da indústria; de ordem política, com objetivo de derrotar as forças feudais remanescentes, no caso da Europa, e, na América Latina, de desenvolver o capitalismo e frear as lutas camponesas em curso no continente.

1.2.3 O neoliberalismo no espaço rural

Embora nosso objetivo seja analisar a fase neoliberal no Brasil e suas implicações no campo brasileiro, especialmente em Goiás a partir da década de 1990, torna-se necessário compreender a fase que a antecedeu e criou as condições para que o neoliberalismo fosse implementado. Existe um conjunto de teses e análises que ajudam a compreensão do processo de transição. O neoliberalismo foi concebido por uma fração da classe dominante como alternativa para a crise do capitalismo e, conforme explica Anderson (1995, p. 9),

Como um fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

O neoliberalismo, como resposta econômica e política, veio acompanhado de todo um arcabouço jurídico e ideológico em um período histórico de grande crise econômica do capitalismo. Teve como objetivo ou estratégia ser apresentado como única saída para a crise do pós Guerra Mundial dos países centrais, cujo desenvolvimento das forças produtivas estava mais avançado. Assim, prossegue (ibidem p. 10),

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós- guerra, em 1973, quando todo mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

O conjunto de elementos trazidos nesta análise nos ajuda na compreensão da estratégia das forças do capital que, para além da elaboração de sua doutrina de implementar um novo modelo econômico para sair da grave crise de acumulação capitalista, teve necessidade de destruir e desarticular as forças opositoras ao seu projeto. O neoliberalismo é mais que uma forma ou um modelo econômico. Trata-se de um projeto em escala mundial. Harvey (2011, p. 16) afirma que o neoliberalismo é um projeto de classe.

Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surge na crise dos anos 1970. Marcado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder, observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto.

Esta definição e a análise de Harvey são importantes, pois indica que o neoliberalismo é um projeto da classe capitalista. Portanto, não se trata apenas dos aspectos da economia, mas do conjunto dos aspectos que envolvem um projeto de poder da classe dominante em escala mundial. Nessa mesma perspectiva, Ianni (1979, p. 114) já apontava que

É indispensável reconhecer que a globalização é um processo político-econômico sociocultural e geo-histórico, que adquire excepcional dinamismo durante a Guerra Fria e intensificou-se ainda mais com a queda do Muro de Berlim, a fragmentação do bloco Soviético e transformação das

nações do ex-mundo socialista em fronteira de expansão do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório.

A tese aponta que essa fase do desenvolvimento do capitalismo, em que a globalização da economia como projeto de classe, cria as condições para atuar em escala mundial, trouxe implicação para todas as sociedades nos aspectos econômicos, políticos e sociais. Então, Santos (2000 p. 19-20), ao analisar esse processo, faz um alerta das consequências desse projeto:

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente cartelizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

A análise crítica de Santos (*Idem*) sobre o processo de globalização do capital, que gera um conjunto de malefícios, principalmente à parcela dos mais despossuídos da sociedade, tem o caráter de denúncia que precisa ser compreendida na perspectiva de ser combatida no aspecto teórico e prático. Salienta o autor que a globalização do capital tem duas faces do mesmo processo. Uma, de ordem econômica, em que o processo de concentração e centralização ganha uma nova dinâmica. Nessa fase, em que as fronteiras são abertas para o capital circular livremente na velocidade do tempo contemporâneo, aumentam as contradições, uma vez que esse modelo, segundo ele, é altamente excludente. A outra face do processo está no campo ideológico. Os valores sofrem uma inversão em que a corrupção vira prática comum. A coletividade perde espaço para a individualidade, para competição individual e o fracasso do indivíduo passa a ser um problema dele, e não do sistema.

O economista Gerard Duménil, em entrevista a Vanessa do Jurginfeld (2014, p.1) do Jornal Econômico do dia 16 de abril de 2014, ao analisar a crise atual corrobora essa análise, afirmando que “você pode definir o neoliberalismo em dois aspectos. Um, é a economia que funciona em prol dos interesses de uma classe privilegiada. Outro, você pode defini-lo pelos métodos, com quais políticas eles obtêm isso”. Ou seja, existe

um projeto de classe com objetivos, forma e conteúdo. Um projeto em escala mundial. Seu método e mecanismos de aplicação vão depender, porém, de um conjunto de elementos na escala local, onde esse projeto de classe se materializa.

A respeito destes projetos explicou Anderson (1995 p. 12) que,

O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controle sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação ante-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente - esta foi uma medida surpreendentemente tardia - se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústria básica como o aço, a eletricidade, petróleo, o gás e a água. Este pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países capitalistas avançados.

O conjunto de medidas implementadas na Inglaterra servia como base, ponto de partida, para imposição desse modelo político econômico aos demais países na forma de receituário. O fato de o neoliberalismo ter sido implementado no centro dinâmico do capitalismo mundial ganhou força na sua implantação nos demais países. Então, para Stédile, em entrevista a Carta Maior (REIS, 2014, p. 2),

Desde a implantação da hegemonia do neoliberalismo, foram impondo condicionamentos jurídicos, em todos os países do mundo, sob orientação dos Estados Unidos e dos organismos internacionais a seu serviço, como FMI, OMC, Banco Mundial, para garantir a propriedade privada de bens da natureza. Então, pela lei de patentes (aprovada em 1995), eles agora podem ser donos das sementes. Para isso fazem mudanças genéticas e dizem que é um novo ser vivo, transgênico, produzido em laboratório. Privatizaram as águas. Seja nos lençóis freáticos, seja nas fontes naturais. Privatizaram o acesso aos minérios.

Na análise acima, o autor concorda com as demais e indica como esse projeto vai criando as condições para atuação no campo e na agricultura. As mudanças que estão ocorrendo na agricultura acarretam implicações na forma na qual o capitalismo atua no campo, impactando a economia camponesa, acelerando o processo de destruição do modo de vida tradicional. Portanto, é necessário entender a partir dessa perspectiva o local, a inserção de Goiás nesse contexto, para compreender os novos elementos do desenvolvimento do capitalismo no campo e seus rearranjos nessa nova fase.

As mudanças no modelo econômico e a ofensiva ideológica do neoliberalismo no final do século XX intensificaram a produção e alteraram o processo produtivo,

tornando-o mais flexível, havendo, assim, uma concentração descentralizada, ao mesmo tempo em que esteve conectado à escala local e global. Esse processo de rearranjo produtivo, intensificado no final do século XX, trouxe implicações para a vida social e política, influenciando e redefinindo as subjetividades, causando impacto no modo de vida das pessoas no campo e na cidade. Em relação às mudanças macro econômicas, destacamos a síntese de Marcos (2008, p.197) que, segundo a autora,

Trata-se, na verdade, da nova face da agricultura capitalista, que por trás desta ideia de modernidade, esconde o velho caráter rentista da agricultura capitalista, de produção para exportação, de concentração de terra e superexploração da força de trabalho assalariada como é o caso das condições de trabalho (quase) escravas dos boias-frias cortadores de cana no campo paulista.

Na fase anterior, que foi até meados da década de 1980, o capitalismo avançou no campo brasileiro e tornou-se a relação social hegemônica, orientando o processo de acumulação de capital na agricultura. Já na fase neoliberal do capitalismo, esse processo se aprofunda com a presença mais efetiva do capital financeiro e das corporações transacionais na agricultura. As questões acima citadas, em relação às mudanças na agricultura, são partes das transformações estruturais na forma de produção que marcaram a década de 1990. O entendimento dessas mudanças é fundamental, pois elas têm implicações diretas na reforma agrária brasileira e no projeto de campo defendido pelos movimentos sociais que lutam por um projeto de campo com camponeses e produção de alimentos saudáveis. As mudanças na agricultura são, porém, partes de uma nova fase do desenvolvimento no atual estágio do modo de produção capitalista ou do chamado receituário neoliberal.

Este quadro de desenvolvimento do capitalismo no campo em tempos de globalização, marcado pela liberação dos mercados (dos países em vias de desenvolvimento), é que deve estar na base da compreensão das desiguais situações de negociações entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento no mercado mundial. Ele é fruto da “receita” na qual se transformou o consenso de Washington, do final dos anos 1980, um conjunto de medidas técnicas em favor de uma economia de mercado que, em tese, deveriam promover a recuperação econômica dos países latino-americanos (idem, p. 197).

Foi a partir dessa fase que o modelo do agronegócio passa a ser o orientador e organizador da agricultura capitalista. Para Stédile (2013, p. 13), o modelo do agronegócio representa o novo projeto das forças hegemônicas.

Este modelo de dominação chamado agronegócio gerou mudanças estruturais na agricultura brasileira. As principais foram o domínio da esfera do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a produção das mercadorias agrícolas, que ao mesmo tempo controlam os preços e o mercado nacional e internacional. Este processo levou a uma grande concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, dos bens da natureza (água, floresta, minérios, etc) e das sementes. Levou a reorganizar a produção agrícola brasileira sob a égide das necessidades do mercado mundial.

Nas últimas duas décadas, assistiu-se a uma crise do modelo do capitalismo industrial e ao advento da hegemonia do capitalismo financeiro, como forma predominante do capital em sua nova fase de globalização financeira. Essa nova composição do capital financeiro, com as novas tecnologias desenvolvidas na informática, na microeletrônica, na química fina, revolucionou o mundo do trabalho, trazendo como consequências, dois processos complementares: a reprodução do capital através da aplicação do dinheiro em empréstimos para obter altas de juros, e a compra de ações de empresas lucrativas, que, assim, tiveram que dividir seus lucros com o capital financeiro.

Por outro lado, essa forma volátil de capital permitiu com que esses recursos financeiros do hemisfério norte, controlados por grandes empresas, bancos e monopólios, circulassem de forma muito rápida, quase instantânea, em todos os países do mundo. Essa presença do capital financeiro na agricultura impõe novo ritmo e tempo ao capital financeiro na sua lógica de ganhar mais em menos tempo. Junto com essa fase de desenvolvimento do capitalismo no campo, insere-se uma nova dinâmica de apropriação e dominação do território. A globalização da economia, nessa fase de desenvolvimento do capitalismo e sua ramificação no campo, é parte do projeto de dominação do grande capital, conforme analisado por José Paulo Netto (2014), em curso de formação da Escola Nacional Florestan Fernandes. Na mesma perspectiva de análise, Teubal (2008, p. 141) refere-se

À globalização como uma etapa no desenvolvimento do capitalismo mundial no qual prevalece o domínio crescente exercido por grandes empresas transnacionais no cenário mundial. Com efeito, em uma de suas acepções mais difundidas, a globalização remete à internacionalização financeira, industrial e comercial comandada por essas grandes empresas, que consideram o mundo em seu conjunto como o mercado para seus produtos, semielaborados, assim como o espaço apropriado para suas transações de capital, ou fontes e mercados para seus investimentos financeiros.

Assim, as consequências econômicas e naturais da lógica de funcionamento do capital financeiro foram e continuam sendo de grande relevância. Houve o aumento da concentração do capital em grandes empresas transnacionais, que se constituíram em

verdadeiros oligopólios, controlando, concomitantemente, grandes setores da produção, do comércio, dos serviços e das finanças. Hoje, as 500 maiores empresas transnacionais, com suas sedes nos Estados Unidos, Europa e Japão, controlam 58% de todo o PIB mundial, mas empregam apenas 1,8% da população economicamente ativa. Controlam uma riqueza superior à soma do PIB dos 133 países mais pobres. Mooney (2002, p.133) explica essa dinâmica afirmando que no começo do novo milênio “as 200 principais empresas do mundo representam 28% da atividade econômica global; as 500 maiores representam 70% do comércio mundial e as 1.000 maiores controlam mais de 80% da produção industrial”.

Então, a globalização do capital se manifesta e ganha a forma em que uma mesma empresa, seja industrial ou de serviços, atua em quase todos os países do mundo e procura realizar seus lucros, aproveitando-se das diferenças entre os países e da liberdade total para agir no comércio, nos serviços e nos investimentos.

Essa lógica das grandes empresas transnacionais, que passam a controlar diferentes setores de atividades articuladas com o capital financeiro internacional, chegou também à agricultura em todo mundo. Empresas como Monsanto, Cargill, Du Pont, Sygenta, Novartis, Nestlé, Danone, Bunge, Wal Mart, Carrefour, Makro, para citar algumas, estão presentes na maioria dos países e em todos os continentes.

Assim, a presença do “império” se dá via essas grandes corporações. “O império é personificado por uma variedade de expressões específicas; grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnológicos etc” (PLOEG 2008. p. 20). A partir daí, as empresas passaram a dominar o comércio agrícola mundial, em especial dos grãos. Passaram a controlar os mercados nacionais e a impor preços internacionais, independente dos custos de produção locais, impedindo que os Estados nacionais pratiquem políticas públicas de interesse social, na área de armazenagem e fixação de preços. O local passa a ser dominado pelo global.

Instala-se um processo acelerado de concentração e desnacionalização das empresas agroindustriais, em todos os países. O pior desse processo de concentração do controle das agroindústrias é a tentativa, agora, de padronizar os alimentos em todo o mundo. Isso para facilitar sua fabricação, ou sua internacionalização, aumentando os lucros das empresas que os controlam. Esse processo de padronização de alimentos, em todo o mundo, coloca em risco a cultura, os hábitos e, inclusive, a biodiversidade do planeta. Nossos antepassados se alimentavam com mais de 1.500 variedades de vegetais

e hoje nos alimentamos, basicamente, com apenas 30 vegetais cultivados e desses, o trigo, arroz, milho e a soja representam mais de 85% do consumo de grãos. Ao analisar esse processo Ploeg (2008, p. 127), denuncia o *império* dos alimentos de destruir as culturas locais e padronizar os produtos agrícolas e agroindustriais para atender à lógica do capital:

No mundo criado e estruturado pelos impérios alimentares, tudo perde sua identidade. Os produtos alimentícios já não são produzidos num determinado lugar, por determinadas pessoas, num determinado momento e depois levados através de circuitos mais ou menos conhecidos, ou pelo menos que podem se conhecer, até aos consumidores. Os alimentos estão se tornando numa espécie de “não-produtos”, cuja origem já não importa, nem tão pouco sua viagem ao longo do tempo.

Esta lógica de padronização e artificialização dos alimentos e a criação de um padrão alimentar, em escala mundial, tem consequências para toda a humanidade. Também tem sido a causa de graves problemas de saúde humana, como é o caso do uso de agrotóxicos, que vem sendo denunciado como causador de doenças e destruição das culturas locais, com a perda da soberania alimentar. Ao lado disso, houve a exclusão do Estado e de políticas nacionais de proteção da agricultura e dos camponeses. Na lógica de internacionalização do capital financeiro, eliminaram-se as funções do setor público agrícola, para dar lugar ao mercado. O mercado é apenas um eufemismo para esconder os interesses do capital. E, assim, em todo o mundo, percebe-se que o Estado se retirou da aplicação de políticas públicas de proteção da agricultura. Não há mais políticas públicas de preços, de armazenagem, de pesquisa, de assistência técnica, e de crédito rural para os camponeses e tampouco de reforma agrária.

De outro lado, o capital faz maciços investimentos para controle total das novas técnicas a serem aplicadas na produção agrícola. Todas as grandes empresas estão fazendo investimentos para dominar a biotecnologia e a nanotecnologia. Sobreretudo, estão aproveitando-se dessas técnicas para tentar impor novas variedades transgênicas, sobre as quais podem impor a propriedade privada, intelectual e depois cobrar *royalties*. Para tanto, precisam ter acesso à propriedade privada da biodiversidade existente no planeta. Aqui se pode fazer uma comparação com o processo em que, ao mesmo tempo em que foi sendo destruído o serviço público de pesquisa e de Assistência Técnica e Extensão Rural, as empresas/corporações do sistema agronegócio foram instalando seus campos de pesquisa e assistência técnica aos agricultores.

O capital internacional tenta, através de suas empresas, controlar também a propriedade privada da água potável, em todo planeta. Como a água potável parece

ter-se transformado num bem finito, os capitalistas sonham em obter lucros incessantes. Para que esse processo de acumulação e dominação do capital, que está sendo hegemonizado pelo capital financeiro e suas empresas transnacionais deem resultados, precisam acima de tudo de liberdade total de funcionamento.

Esse período analisado como neoliberalismo constitui-se num projeto de poder de classe e necessita ainda da construção e da implementação de aparatos ideológicos a serviço do capital. Eles precisam de uma nova liberdade: a liberdade total, para que o capital possa fazer o que quiser com as terras, com o comércio, com o serviço, com os preços, com os investimentos, sem atropelos de políticas estatais, de políticas nacionais e, muito menos, de movimentos camponeses. As comunidades camponesas indígenas, quilombolas, pescadores representam um entrave ao projeto e lógica do capital.

Na face do controle da terra agricultável, dessa lógica do capital, está o agronegócio, teoricamente uma ferramenta de análise. Na prática, a palavra agronegócio, em sentido genérico, refere-se a todas as atividades de comércio com produtos agrícolas. Então, um pequeno agricultor quando vende um produto na feira está praticando um agronegócio. Um feirante quando vende frutas e verduras está praticando agronegócio. Esse é o sentido literal da palavra: um negócio agrícola.

O conceito de agronegócio, no entanto, é relativamente novo no contexto da agropecuária mundial e traz consigo algumas particularidades. Em primeiro lugar, o agronegócio considera a agricultura e a pecuária como atividades eminentemente mercantis, ou seja, voltadas para o mercado. Leva em conta que a agropecuária pode (e deve) ser negócio lucrativo e não apenas atividade de subsistência ou mera sobrevivência do homem no campo. Em segundo lugar, o significado de agronegócio é bastante amplo e abrange diversas etapas, tanto na produção, como na transformação e no consumo de bens agropecuários, ou seja, é um conjunto de sistema articulado em todas as etapas do processo que vai desde antes da porteira até a etapa final do consumo. (ESTEVAM, 2014)

O surgimento e a consolidação do termo agronegócio obedeceram a alguns parâmetros fundamentais. Geralmente, na evolução do pensamento da humanidade, o corpo teórico surge com base em transformações empíricas que vão modificando a realidade de um setor ou de um espaço qualquer. No caso da agropecuária tradicional, onde a população convivia predominantemente em áreas rurais e o comércio era fortuito (considerado mais como exceção do que como regra), não havia concepção teórica e tampouco conceituação de agronegócio. No mundo rural, em diversos países, as

atividades produtivas do campo estiveram direcionadas, por longo tempo, unicamente para garantia da sobrevivência de seus agentes. Nesse quadro, o bem estar dos habitantes rurais independia das relações de mercado. A produção do campo estava, na sua quase totalidade, alheia ao aspecto mercantil. A fazenda tradicional procurava tornar-se independente dos demais setores econômicos - fossem industriais ou de serviços urbanos - buscando a autossuficiência. O próprio fazendeiro tradicional orgulhava-se dessa independência em termos de alimentos, de vestuário e de remédios. Mesmo o simples morador do campo ostentava sua autossuficiência e seu alheamento com relação ao mercado urbano (ESTEVAM, 2014).

Na década de 1950, os professores Ray Goldberg e John Davis, da Universidade de Harvard, defenderam que as novas atividades rurais e aquelas ligadas a elas não poderiam ser consideradas separadamente. Utilizando fundamentos de teoria econômica sobre cadeias integradas, construíram uma nova metodologia para estudo da cadeia agroalimentar e cunharam o termo *agribusiness* para sintetizar essa nova visão. Os dois pesquisadores analisaram a produção modernizada de algodão e de soja nos Estados Unidos, desde a compra de insumos para a produção (antes da porteira), passando pelo processo de acompanhamento do plantio e da colheita (dentro da porteira), até a venda dos referidos produtos no mercado interno e externo (depois da porteira). Dessa forma, o termo *agribusiness* foi ganhando força de aparato teórico suficiente para análise e entendimento das novas forças produtivas da agropecuária. Nascia ali a compreensão de cadeias produtivas, ao invés da usual separação por setores: primário, secundário e terciário. Na concepção dos dois pioneiros norte-americanos, o sistema criado por eles denominou-se CSA (*Commodity System Approach*). Ou seja, um modelo analítico para entendimento da produção e da comercialização de commodities. (ESTEVAM, 2014). No entanto, no Brasil, a expressão foi utilizada pelos fazendeiros, por intelectuais das universidades e, sobretudo, pela imprensa para designar uma característica da produção do campo. Eles denominaram agronegócio aquelas fazendas tecnificadas, que utilizam grandes extensões de terra, que se dedicam à monocultura, ou seja, que se especializam num só produto e que utilizam alta tecnologia, mecanização, às vezes irrigação, pouca mão-de-obra e, por isso, falam com orgulho que conseguem alta produtividade do trabalho, com baixos salários, com uso intensivo de agrotóxicos, com uso de sementes transgênicas e, na maior parte dos casos, produzem para a exportação, em especial, cana de açúcar,

café, algodão, soja, laranja, cacau, e fazem pecuária intensiva. Esse tipo de fazenda é chamado agronegócio.

Portanto o agro se consolidou como um projeto de classe, representando os interesses dessa classe dominante. Guilherme Delgado, em entrevista que analisou o documento da CNBB (IHU¹, 2014, p. 1)) sobre a questão agrária, afirma que

Essa dicotomia “terra de trabalho, terra de negócio”, que nos anos 1980 já era apontada como uma contradição grave da reforma agrária brasileira, e que foi juridicamente resolvida na Constituição de 88, de fato retorna à atual situação brasileira, porque há um pacto de poder entre o Estado e os grandes capitais chamado de “pacto do agronegócio”. Essa dicotomia confere um sentido de máxima divisão, ou seja, a terra de negócio vira praticamente o cerne da política agrária brasileira, mas isso está em contradição com a ordem jurídica e com a doutrina social. Portanto, alguma coisa está errada nesse processo: está errada do ponto de vista do critério ético e está errada do ponto de vista do critério constitucional, que não é respeitado, porque essa centralidade da terra como bem estritamente de negócio, de especulação, de acumulação de capital, contraria o princípio da função social e ambiental da propriedade.

Aqui no Brasil, portanto, o agronegócio é a expressão contemporânea do modelo agrícola neoliberal, que não se interessa pela produção de alimentos, que não se interessa por um campo com gente e com comunidades de camponeses, que não se interessa pela reforma agrária e, portanto, por uma proposta de desenvolvimento do campo que democratize o uso e a posse da terra. O que lhe interessa, de fato, são as grandes extensões de terra gerando monocultivos voltados para as exportações, plenamente mecanizáveis, com base em manejos técnicos agroquímicos e biotecnológicos de natureza transgênica.

O agronegócio encontrou, na estrutura fundiária do Brasil, um forte aliado: o latifúndio e o capital financeiro e industrial brasileiro. Portanto, o agronegócio é essa aliança entre as corporações transnacionais, os latifundiários tradicionais e os capitalistas amparados pelas políticas de Estado.

Por final, ainda há que se salientar que, em muitos casos, o agronegócio recorre ao trabalho escravo (MERGULHÃO, 2011). Daí, pode-se afirmar que a vantagem comparativa que os fazendeiros brasileiros têm em relação aos fazendeiros de outros locais é que, aqui, eles pagam baixos salários para seus empregados e não têm qualquer respeito - e não há controle algum por parte do governo - em relação à agressão que promovem ao meio ambiente. Já em outros países, as fazendas são grandes também, têm alta produtividade física por hectare, têm menos custo de transporte, mas se

obrigam a pagar salários melhores e precisam respeitar o meio ambiente, pois a sociedade, mais consciente, os vigia.

1.2.4 Sobre a “modernização” do campo: conservadora e dolorosa

Tendo feito tais considerações sobre a fase neoliberal do capital, agora se torna necessária a consideração de dois conceitos a serem utilizados no trabalho: “*modernização*” *conservadora* e “*modernização*” *dolorosa*. O primeiro conceito a ser analisado refere-se à “modernização” conservadora, conceito que surge da análise de processos de desenvolvimento da revolução burguesa da Alemanha e do Japão. Para Pires e Ramos (2009, p. 2),

O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior [...] para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias capitalistas e industrial. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nesses países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

No Brasil o conceito de “*modernização*” *conservadora* foi aplicado e compreendido como resultado da imposição dos princípios da Revolução Verde na agricultura a partir da década de 1960 e, entre outras consequências, aumentou a dependência brasileira da economia internacional. Conforme Pires e Ramos (2009, p. 2).

Já no caso brasileiro, este pacto político entre a burguesia nascente e os terratenentes condicionou a formação de uma burguesia dependente, que não conseguiu apresentar um projeto de poder autônomo e hegemônico para a nação, conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente da dinâmica dos países centrais: subdesenvolvida em termos estruturais e autocrática.

Essa combinação de “modernização”, desenvolvimento e dependência econômica e política resultaram do pacto da classe dominante nacional com os interesses da classe dominante das principais economias dos países centrais, principalmente dos Estados Unidos da América. A “modernização” foi realizada sem mexer na estrutura fundiária; é um exemplo clássico de como foi aplicado esse conceito no caso brasileiro, que, para Guimarães (1977, p. 3), pode ser entendido a partir da estratégia de “*modernização*”: “A ‘estratégia de “modernização” conservadora’, assim [é] chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento

da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária”.

O processo de “*modernização*” *conservadora* seguiu a dinâmica e a lógica da terretorialização do capital no tempo e no espaço. O território goiano foi receptáculo desse processo e sofreu implicações socioeconômicas que continuam em andamento, mesmo que de forma heterogênea, a partir das condições e dinâmicas regionais. Nesse sentido, Estevam (2014, p. 4) afirma que:

O Estado de Goiás sofreu consideráveis transformações na sua estrutura socioprodutiva. A técnica de produção foi alterada pelos segmentos industriais a montante (indústrias vendedoras de máquinas e insumos) e a jusante (indústrias transformadoras da matéria prima agropecuária) e a redução do tempo de trabalho necessário/período de produção modificou as relações socioeconômicas regionais eminentemente no centro-sul do Estado.

A “*modernização*” *conservadora* no território goiano está em curso. Goiás está localizado num espaço geográfico de expansão do modelo do agronegócio brasileiro. Existe um pacto de poder das forças políticas e econômicas nacionais e estaduais para garantir um conjunto de políticas e programas tanto do Governo Federal, assim com do Governo do Estado, orientados para atender o modelo hegemônico do agronegócio. Nesse sentido, o Estado é o principal agente de articulação e dinamização da “*modernização*” *conservadora*.

O segundo conceito que ajuda a compreender este processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e goiano é o conceito de “*modernização*” *dolorosa*. Trata-se de conceito desenvolvido por Silva (1982), para analisar o processo de “modernização” da agricultura nos estados de São Paulo e Paraná, mas que podem servir de referência teórica para análise desse processo em Goiás, com ressalvas de suas particularidades e da dinâmica que é parte do desenvolvimento e das contradições do capitalismo. Assim, o referido autor apresenta um conjunto de elementos tanto de análise dos limites, como das consequências desse processo:

Esta análise aponta para a relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura. Isso significa que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico. Longe disso, a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada pelos subsídios estatais (SILVA, 1982, p. 33).

Ao caracterizar a natureza do processo de “*modernização*” *dolorosa* e analisar os principais limites e contradições do processo, o autor apresenta quatro pontos fundamentais de sua análise:

a) o papel determinante que assume a propriedade da terra; b) na persistência (e mesmo recriação) da “pequena produção” (pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários); c) no auto grau de exploração a que se submete quer a mão-de-obra familiar, quer a mão-de-obra assalariada; e, finalmente, d) no fato de que, por maiores que sejam os meios e recursos envolvidos, os instrumentais de políticas agrícola não têm conseguido maiores progressos, a não ser em algumas culturas especiais e regiões privilegiadas. (*Idem*, p. 33).

Essa combinação de elementos que compõem o processo de “*modernização*” *dolorosa* ainda em curso no Brasil deixa um rastro de destruição e gera um desequilíbrio. Essas situações vão ampliando as contradições ao aumentarem a concentração de terra e a migração campo-cidade; destroem e desarticulam o modo de vida camponês; ampliam a exploração da força de trabalho e inviabilizam a cidade, principalmente aquelas com maior concentração demográfica. Nesse processo de “*modernização*” *dolorosa* o Estado se apresenta como agente principal de toda a trama. Ao se articularem as políticas, programa-se garantir segurança jurídica ao capital. Nessa perspectiva, pensar a superação requer, necessariamente, repensar o papel do Estado como agente articulador e dinamizador. Essa análise, contudo, na perspectiva da superação, será mais aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho.

Por final, pode-se dizer que o processo de imposição da “modernização” da agricultura se refere a um conjunto combinado de elementos que vão desde as técnicas utilizadas na produção de matérias primas, passando pela agroindustrialização e pelo controle do mercantil, É parte de um projeto e de uma concepção de campo e de sociedade, em que a lógica do capital prevalece, de forma que a “*modernização*” *dolorosa* é a face perversa da “*modernização*” *conservadora*, inscrita nas contradições como chagas sociais e ecológicas de um modelo que privilegia poucos em detrimento do sofrimento de muitos. Portanto, são lacunas que só poderão ser preenchidas com mudança paradigmática estrutural, num repensar do fazer agricultura, uma perspectiva socioecológica e socioeconômica em que o interesse da sociedade esteja como o elemento central.

CAPÍTULO II – A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E AS ESPECIFICIDADES DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL EM GOIÁS

A agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada pelos subsídios estatais (SILVA, 1982. p.33).

Neste capítulo, analisamos o processo de transformações da base técnica da agropecuária tendo como espacialidade o Estado de Goiás. A questão central dessa análise está focada nas peculiaridades e na reflexão sobre a essência do processo da chamada “*modernização conservadora e dolorosa*” da agropecuária. Assim, são expostos os aspectos conflitantes que enraízam a lógica da questão agrária atual e o embate da luta pela terra contra a expansão do agronegócio com seus malefícios socioambientais.

O estado de Goiás se caracteriza por uma localização central no Brasil, a leste da Região Centro-Oeste, com uma área de 340.111.780 km². É a sétima unidade federativa em extensão territorial, tendo como limites: ao norte, Tocantins; ao sul, o Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul; a leste, Bahia e Minas Gerais; e, a oeste, Mato Grosso. O território goiano está dividido em duzentos e quarenta e seis municípios e envolve quase todo o Distrito Federal, exceto seu extremo Sudeste (IMB, 2015), por onde se limita com o Estado de Minas Gerais.

Segundo o IBGE, o Estado de Goiás está dividido em cinco mesorregiões²: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste, Norte Goiano, Sul Goiano. Também com base nessa regionalização foram definidas as microrregiões geográficas em todas as unidades federativas do Brasil, tendo sido o Estado de Goiás dividido em 18 Microrregiões Geográficas³ (Mapa 2).

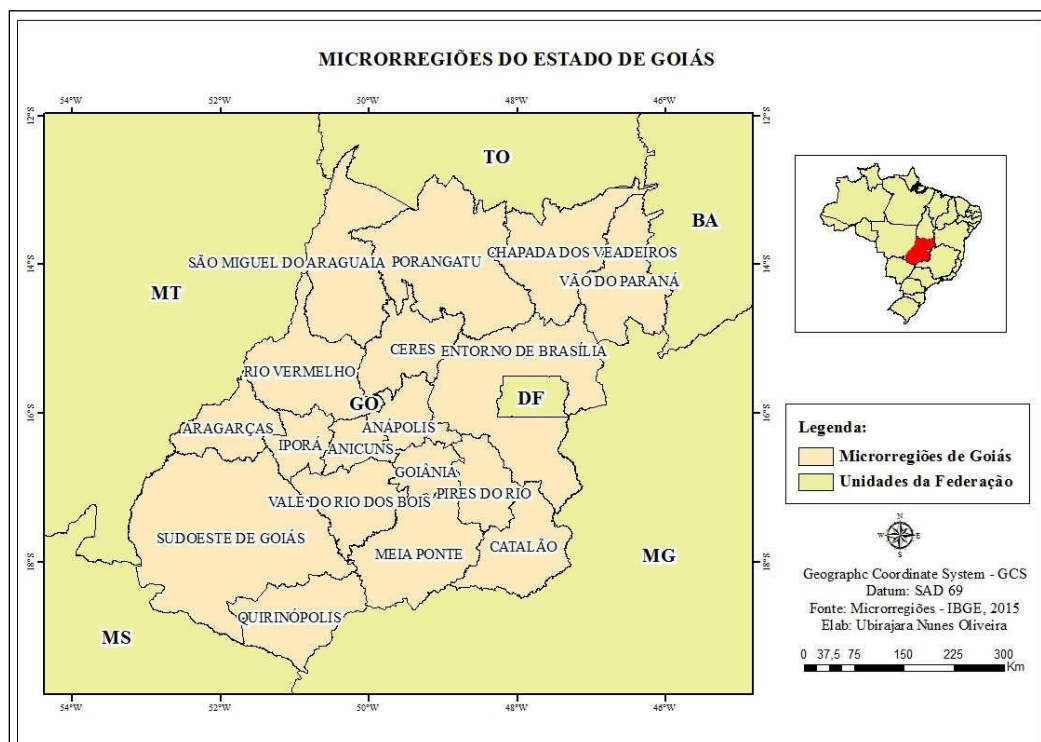
De modo geral, com exceção de pequenas faixas de Mata Atlântica, o Estado tem a maior parte do seu território no bioma Cerrado, isto somado à vasta rede

² Conforme o IMB (s.d, s. p.), para a divisão regional do Brasil, a partir de 1989 (IBGE, Resolução [PR] Nº 51 de 31/07/89), buscou-se caracterizar as mesorregiões geográficas. Para isto tomou-se como determinações mais amplas a nível conjuntural, a identificação de “áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial”.

³ Conforme o IMB (S.d., p.1) estas se definem como sendo “[...] um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração”. Sendo estas, partes das “mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço [...]”

hidrográfica que serve à formação das três principais bacias hidrográficas brasileiras; o relevo planáltico; e o predomínio de solos (dos grupos latossolo, cambissolo, argissolo, nitossolo, neossolo quartzarênico, neossolo, litólico, plintossolo, e gleissolo, sendo o latossolo o grupo predominante) de fertilidade natural variável de baixa a alta, que, relacionado condicionalmente ao tipo de relevo predominante e ao tipo de rocha geradora do solo (IMB, 2015), formam as bases dos atrativos naturais para sua formação socioeconômica. Esses aspectos, juntamente a sua localização, conferem ao estado posição estratégica no âmbito da expansão do domínio do capital sobre o espaço goiano, na sua lógica de (re) territorialização a partir do agronegócio no País.

Cartograma 2: Estado de Goiás – Microrregiões – 2015



Fonte: IBGE – 2015.

Sua base geográfica expressa as reflexões focadas na crítica propositiva e identificação das consequências socioeconômicas e socioambientais dos processos de uso e ocupação do território goiano. As contradições do processo de “modernização” são marcadas pela disputa da renda da terra e pelo controle do território - as disputas sociais (classes) - do projeto em curso e as estratégias de ação e instrumentos de cada classe. Com isso, apresentamos elementos para uma reflexão fundada em bases

materiais quantificadas dos novos elementos da questão agrária contemporânea no período analisado, que constituem os objetivos centrais do resultado desta pesquisa.

2.1 O tratamento da estrutura fundiária e políticas de governo

A análise da estrutura fundiária do estado de Goiás está fundamentada no processo histórico que explica a formação da propriedade da terra no Brasil, estudado por vasta bibliografia. Nossas reflexões estão limitadas ao entendimento da distribuição da terra na atualidade, propósito da pesquisa realizada. Os dados analisados estão limitados ao período de 2003 a 2013. Essa delimitação deve-se ao acesso às informações fornecidas pelo Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em formato que possibilita a compreensão das transformações apresentadas e a confirmação de que a estrutura permanece concentrada, havendo, no entanto, um processo de conquista resultante da ação dos Movimentos de Luta pela Terra, como demonstram os dados analisados a seguir. As informações do INCRA referentes aos assentamentos rurais criados no período 1986-2014 e dos órgãos de informação estadual complementam as informações que refletem os resultados da luta pela terra em Goiás.

Na primeira parte, analisamos os dados referentes ao uso das terras no Estado de Goiás. Estes evidenciam que os produtos alimentícios perderam espaço ao longo dos últimos anos e as mercadorias agrícolas vêm conquistando, a cada ano, mais espaço, ampliando seu domínio territorial (Tabela 1).

Observa-se, a partir dos dados, que os produtos agrícolas que mais se expandiram no período foram soja, milho, cana de açúcar, seringueiras, ao passo que mandioca e arroz, culturas predominantes na agricultura camponesa, tiveram redução gradativa da área no período. Os produtores agrícolas vinculados à cadeia do agronegócio não se interessam pela produção de alimento, mas de mercadorias agrícolas, com vistas ao lucro e ao mercado especulativo.

Segundo Calaça (2014, p. 6):

Concomitantemente à expansão da sojicultura, verifica-se a redução da produção de arroz, um produto tradicional da lógica da reprodução do campesinato goiano. A expansão das lavouras comerciais, associada a outros fatores, implicou [...] refluxo das lavouras destinadas ao abastecimento interno e ao autoconsumo, base de sustentação da unidade de produção camponesa (Cartograma 3 e 4). Esta é uma consequência da dominação e da subordinação, imposta aos camponeses pelos princípios do agronegócio.

O crescimento da área ocupada pela soja, cana-de açúcar e pela seringueira está diretamente relacionado à estratégia do capital e a lógica do agronegócio; no caso da soja está inclusive relacionada com a demanda internacional e, em especial, com o mercado chinês e europeu (HAUN, 2014; GOIÁS², 2011, GOIÁS³, 2011b). Já a cana de açúcar esta inserida num contexto de entrada de capital internacional no setor dos agrocombustíveis e de expansão das indústrias da região Sudeste do país para a região Centro-oeste. Esse processo pode ser explicado por uma série de fatores dentre os quais se destacam os incentivos financeiros, creditícios concedidos pelos governos federais e estaduais para instalação de indústrias novas e ampliação das já existentes. Os dados apresentados nesse capítulo evidenciam a opção do Estado pelo apoio ao modelo hegemônico de produção em detrimento da agricultura camponesa, apesar das conquistas de Políticas Públicas do campesinato nas últimas décadas.

Tabela 1: Estado de Goiás - evolução da área plantada com produtos agrícolas – 1995 2013

Ano	Soja	Milho	Cana-de-açúcar	Borracha	Arroz	Feijão	Algodão	Mandioca	Trigo
1995	1.126.511	880.318	115.073	81	264.382	140.598	69.533	21.421	899
2000	1.491.066	845.204	139.186	1.565	150.364	113.211	96.718	16.956	6.887
2005	2.663.646	615.259	200.048	1.991	187.002	118.242	149.114	20.121	12.014
2006	2.494.060	697.357	237.547	2.653	116.290	133.408	66.033	24.754	10.761
2007	2.169.241	831.804	278.000	2.743	118.897	124.452	82.807	27.554	10.491
2008	2.180.571	905.710	419.707	4.044	100.870	97.400	72.030	28.514	19.100
2009	2.315.888	906.370	520.675	4.428	103.045	113.928	54.870	20.841	22.438
2010	2.445.600	855.591	578.666	3.395	90.382	119.002	43.909	21.157	15.824
2011	2.565.608	960.792	697.541	3.541	72.176	134.390	110.779	18.315	9.615
2012	2.669.894	1.221.160	732.870	4.394	58.569	140.503	96.610	18.459	9.776
2013	2.947.957	1.229.994	860.482	3.950	42.602	131.173	53.270	9.995	4.062

Fonte: Instituto Mauro Borges (SEGPLAN, 2015)

Em suma, podemos afirmar que as atividades voltadas para a agricultura camponesa na produção de alimentos perderam espaço devido a um conjunto de fatores, entre os quais: a ofensiva do capital financeiro na agricultura; a consolidação do agronegócio sob a lógica de internacionalização da economia capitalista da agricultura; a expropriação e subordinação de camponeses à lógica do modelo hegemônico; ausência de políticas e programas e instrumentos de apoio por parte do Estado. Nisso, pode-se destacar instrumentos como, crédito, garantia de preços mínimos, comercialização, pesquisa e assistência técnica (como no caso da EMATER, que praticamente foi extinta, recriada, mas não estruturada para atender a agricultura camponesa), políticas públicas de compras institucionais do governo federal. Nada disso, mesmo sendo muito importante e considerada como política estruturante, se universalizou, justamente pelos poucos recursos disponibilizados, pela burocratização e pela falta de pessoas preparadas para elaborar os projetos, assim como, também, por outras questões de ordem técnica necessárias ao atendimento dos camponeses pelos órgãos públicos ou de fomento.

Outro elemento importante na análise do avanço do capital no campo em Goiás foi a consolidação de um modelo hegemônico no conjunto de programas estruturantes criados e implementados nas últimas décadas. Sem esses programas, entre os quais se destacam os Programas FOMENTAR/PRODUZIR, não seria possível viabilizar o projeto de campo a partir da lógica do capital.

Na perspectiva de alterar a base técnica da agricultura e estimular o processo de expansão de empreendimentos capitalistas no campo em Goiás, foi criado, em 19 de junho de 1984, pela lei nº 9.489 regulamentada pelo Decreto nº 2.452 de fevereiro de 1985, o programa Fundo de Fomento a Industrialização do Estado (FOMENTAR), o primeiro programa de incentivo fiscal do Estado de Goiás. com o objetivo de

Art. 1º - I - incrementar a implantação e expansão das atividades industriais, *preferencialmente as do ramo da agroindústria, (grifo meu)* que efetivamente contribuam para o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás; II - apoiar técnica e financeiramente as atividades destinadas ao desenvolvimento dos setores de micros, pequenas e médias empresas. III - apoiar o desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais considerados da maior relevância social e econômica para o Estado de Goiás.
- Acrescido pelo art. 1º da lei nº 11.660, de 27.12.91. IV – executar obras de construção civil voltadas para o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços em áreas urbanas de propriedade do Estado de Goiás. Acrescido pela Lei nº 15.236, de 11-07-2005. **Art. 2º** O programa prestará apoio técnico e financeiro aos empreendimentos industriais e públicos por ele aprovados e poderá conceder os estímulos seguintes: - Redação dada pela Lei nº 16.384, de 27-11-2008, art. 13. (GOIÁS, 1984).

No ano de 2000, esse programa foi substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) e cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (FUNPRODUZIR), ampliando as ações do governo do estado visando à instalação de novas indústrias e ampliação das já existentes, mediante uma série de benefícios, com o objetivo de atrair empresas de diversos setores a operarem no estado de Goiás. A criação desses programas se insere num contexto socioeconômico nacional e estadual de expansão capitalista, de descentralização espacial, para a centralização empresarial hegemônica do capital avançando no processo de sua territorialização.

A lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000 estabelece que:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR, novo instrumento de execução da política industrial do Estado de Goiás. Parágrafo único – O PRODUZIR congregará e compatibilizará todas as ações do Governo de Goiás voltadas para o desenvolvimento da indústria goiana, observadas as diretrizes do planejamento governamental. **SEÇÃO II** - DO OBJETO SOCIAL E DA FORMA DE ATUAÇÃO, Art. 2º - O PRODUZIR tem por objeto social contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. Art. 3º - O PRODUZIR compreende ações de interesse do desenvolvimento industrial do Estado relacionadas com: I – prestação de assistência financeira à realização de projetos industriais de iniciativa do setor privado, nas seguintes modalidades: - Redação dada pela Lei nº 13.801, de 19-1-2001, art. 7º. a) concessão de empréstimos e financiamentos; - Renumerada pela Lei nº 13.801, de 19-1-2001, art. 7º. Revogada pela Lei nº 13.801, de 19-1-2001, art. 7º. b) participação acionária; Renumerada pela Lei nº 13.801, de 19-1-2001, art. 7º. c) prestação de garantias; Renumerada pela Lei nº 13.801, de 19-1-2001, art. 7º. d) outras formas de assistência financeira a critério do Conselho Deliberativo do PRODUZIR; Redação dada pela Lei nº 18.307, de 30-12-2013. Renumerada pela Lei nº 13.801, de 19-1-2001, art. 7º. II – apoio institucional e financeiro a projetos públicos e privados, relativos a ações que visam [a] amparar e estimular o desenvolvimento industrial, nas áreas de: a) ciência e tecnologia; b) infraestrutura, compreendendo terrenos, galpões industriais e obras básicas; c) formação e treinamento de mão de obra especializada; d) promoção de investimentos; e) realização de feiras, exposições e outros eventos da espécie; f) obras e serviços de engenharia, relacionados à construção, reforma, ampliação e conservação, manutenção e restauração de bens públicos; - Redação dada pela Lei nº 16.384, de 27-11-2008, art. 16. g) divulgação e marketing; Acrescida pela Lei nº 18.307, de 30-12-2013. h) projeto referente a tese de pós-graduação, estudo e pesquisa relativa ao desenvolvimento do Estado; Acrescida pela Lei nº 18.307, de 30-12-2013. i) projeto de recuperação e preservação ambiental ou de melhoria do meio ambiente; Acrescida pela Lei nº 18.307, de 30-12-2013. III - programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento econômico, bem como custeio e manutenção da estrutura estadual responsável por esses programas, projetos e/ou atividades. Redação dada pela Lei nº 18.933, de 16-07-2015. Acrescido

pela Lei nº 16.384, de 27-11-2008, art. 16. Vide Lei nº 15.558, de 16-01- 2006, art. 5º. § 1º - Na prestação da assistência prevista no inciso I e no inciso II, quando se tratar de financiamento ao setor privado, o PRODUZIR contará com os recursos financeiros e operacionais do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Industriais - FUNPRODZIR, instituído no Capítulo II da presente lei, além da colaboração e participação de fundos e instituições financeiras, nacionais e internacionais. § 2º - Na prestação do apoio previsto no inciso II, o PRODZIR contará com recursos orçamentários e de repasses, estaduais e externos, entre outros, e terá a participação dos órgãos da administração estadual, de acordo com a área envolvida.

Nessa circunstância histórica, os governos do Estado de Goiás, independente de partidos ou forças partidárias que administraram a estrutura do Estado, tomaram a iniciativa de criar programas que foram ao encontro da estratégia do capital com discurso de “desenvolvimento” geração de emprego e dinamização da economia. Com o FOMENTAR/PRODZIR, o Estado passa a cumprir papel fundamental para viabilização do projeto hegemônico. Para além da segurança jurídica, o Governo do Estado cria um conjunto de atrativos para as empresas que buscam “oportunidade” para ampliar seus negócios. Esses incentivos envolvem a isenção fiscal, subsídio de tarifas publicas de telefone, água e energia.

A natureza e o caráter do programa podem ser caracterizados agressivos, seletivos e concentradores de renda e riqueza. Tratamos como “agressivo” pela capacidade de atração e pela quantidade e ramificações diversas de empresas (Tabela 2). Como “seletivo” e “excludente” pois para acessar o programa é necessário ter capital de grande porte, estar consolidado no mercado, ter corpo técnico e administrativo capaz de fazer articulação política junto à Diretoria Executiva do Fundo e ao Conselho Deliberativo, a quem compete a homologação dos projetos. Os valores captados pelo Microproduzir são irrisórios, considerando-se aqueles acessados pelas médias e grandes empresas. Por fim, “centralizador” por contribuir para o processo de centralização e concentração de renda e capital em setores empresariais privilegiados.

Cabe ressaltar que a indústria, além de ser determinante no processo de subordinação, direta e indireta, da agricultura ela também impõe aos produtores agrícolas capitalistas e aos camponeses, o quê produzir como produzir, quando produzir quanto produzir e para quem produzir. Esses programas contribuem para a consolidação da lógica de subordinação da agricultura à indústria. Além do mais, cumprem um papel importante na transferência da mais-valia social para as empresas beneficiárias desses programas. Assim, ampliam suas vantagens comparativas em relação aos lucros extraordinários, como resultado da compra de força de trabalho a preços mais baixos,

ampliando a capacidade de geração/apropriação de mais-valia (em outros espaços e setores que vão sendo incorporados).

Analisando os dados da tabela 2, constata-se que quatro atividades industriais auferem cifras bilionárias: destilarias (64,10%), laticínios (12,13%), óleos vegetais (9,41%) e alimentícios (5,96%), somados os benefícios referentes a crédito e investimentos. Cabe destacar ainda a importância que têm as ações do Estado no financiamento das atividades industriais evidenciados pelas cifras das destilarias em relação às demais atividades no período considerado, que coincide com a ampliação das usinas já existentes e a implantação de novas plantas industriais. Os dados demonstram, ainda, uma diferenciação setorial do incentivo concedido às atividades ligadas ao agronegócio.

De acordo com a Gráfico 1, verifica-se uma diferenciação espacial na alocação dos incentivos, em que se percebe maior aplicação de créditos e investimentos nas microrregiões Sudoeste Goiano e Quirinópolis, com as somas mais vultosas, seguidas pelas microrregiões Meia Ponte e Goiânia, situadas no Sul Goiano, e, no terceiro grupo, Ceres, no Centro Goiano, e Entorno de Brasília. O montante de capital disponibilizado varia entre um e onze bilhões de reais, concentrados na porção centro-sul do estado, onde predominam, além de atividades mineradoras, como em Catalão/Ouvidor, as atividades do agronegócio em larga escala e sustentados pelos recursos públicos em valores bilionários (Tabela 2 e gráfico 1), demonstrando o peso do agronegócio e do setor energético, articulados aos interesses do grande empresariado estadual/nacional vinculado a empreendimentos estrangeiros.

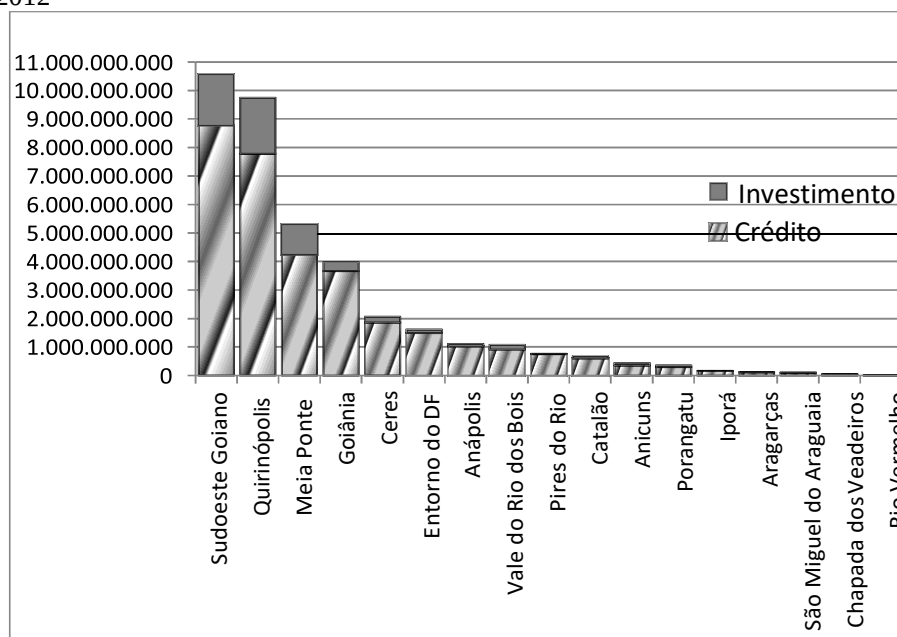
Os Programas FOMENTAR/PRODUZIR foram criados para estimular o processo de agroindustrialização e a indústria geral no estado de Goiás, atendendo aos interesses da classe dominante. Esses programas concederam até o ano 2012 um montante, em recursos para investimentos e custeio, no valor de R\$ 38.210.032.598,26, o que representa um volume significativo, considerando as características econômicas de Goiás. Os dados expressos no Gráfico 1, evidenciam a concentração geográfica das empresas do agronegócio nas regiões Sudoeste e Quirinópolis, beneficiadas com maiores investimentos dos incentivos do Governo de Goiás, no espaço geográfico onde o agronegócio está mais consolidado.

Tabela 2 – Estado de Goiás - Incentivo concedido pelo Fomentar/Produzir por setor de atividade - 2001 – 2012

Tipo de Atividade	Crédito (R\$)	Investimento (R\$)
Alimentício	2.095.422.242,78	182.916.216,27
Biodiesel	73.199.433,92	3.080.637,98
Café	6.898.320,67	2.142.816,00
Cerealista	46.564.462,42	6.350.564,14
Charque	17.677.421,01	1.174.082,50
Conservas	397.437.426,83	72.148.113,97
Curtume	343.409.257,84	4.469.912,57
Destilaria	19.799.438.392,12	4.694.190.089,41
Fertilizantes	41.486.130,11	R\$ 885.950,20
Frigorífico	825.154.554,94	166.452.999,84
Insumos agropecuários	102.147.555,72	27.603.070,19
Laticínios	4.380.028.582,16	334.211.164,19
Maquinas agrícolas	8.984.260,30	R\$ 270.134,00
Moageiro	308.599.117,00	23.801.609,74
Óleos vegetais	3.188.801.756,17	405.855.072,17
Prod.quím. Veterinários	12.697.996,56	R\$ 295.000,00
Sementes	350.012.190,38	1.193.045,14
Vitivinícola	234.238.234,87	50.794.784,15
TOTAL	R\$ 32.232.197.335,80	R\$ 5.977.835.262,46

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEGPLAN), 2015.

Gráfico 1 – Estado de Goiás – Incentivos concedidos, em reais, pelo FOMENTAR/PRODUZIR para investimentos e créditos, por microrregião – 2001-2012



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEGPLAN), 2015.

Paschoal (2001), analisando esses programas, concluiu que foram “criados para incentivar a desconcentração, dentro do Estado e sua operação atuou em favor das grandes empresas, levando a uma concentração pontual de plantas industriais nas regiões denominadas de Mato Grosso Goiano e Centro- Sul do Estado” (p. 104), ou seja, os programas contribuíram para a concentração e centralização da indústria e da economia e para aumento das desigualdades regionais.

Completando esta reflexão, analisamos os dados referentes aos créditos agrícolas, nas modalidades custeio e investimento, concedidos pelo Banco do Brasil para a agricultura empresarial (agronegócio) na linha do desenvolvimento rural e para a agricultura camponesa pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nas linhas de custeio e investimento. A compreensão referente aos créditos concedidos por fontes oficiais tem papel importante no processo de transformações e na dinamização do território goiano, como demonstrado até aqui. A “*modernização*” do território e da produção agrícola em Goiás se efetiva com recursos públicos e com o apoio do Estado em suas diversas instâncias em conformidade com os interesses da classe dominante e as conquistas do campesinato.

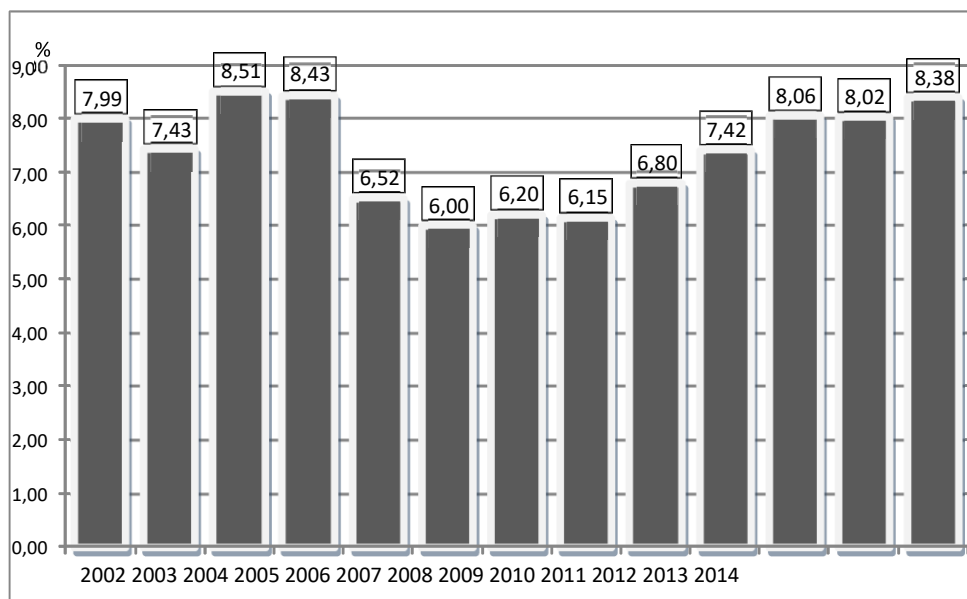
Os valores destinados ao financiamento ao setor agrícola do Estado de Goiás variaram entre 6 e 8,38 % dos recursos destinados ao setor no Brasil no período de 2002 a 2014, indicando a importância do Estado de Goiás na expansão dos empreendimentos capitalistas no campo, contribuindo para a concentração da renda e da riqueza no estado (Gráfico 2).

O volume de recursos é expressivo e garante a sustentação do modelo capitalista hegemônico em Goiás. Por isso, é importante compreender o papel do crédito concedido pelo Banco do Brasil aos dois setores antagônicos - agricultura como negócio e agricultura camponesa. A natureza do crédito é seletiva e direcionada para a agricultura capitalista para a produção de mercadorias. Assim, pode-se dizer que o crédito está inserido na lógica do capital, voltado à produção comercial e à garantia de vantagens competitivas no mercado.

Segundo Estevam (2004, p. 158),

O crédito devido à exigência de padrão operacional e tecnológico, não contemplou significativamente pequenos produtores. Os projetos de viabilidade econômica e financeira, o volume de recursos necessários, as garantias demandadas, a formação de estoques de capital e os padrões técnicos requeridos não estavam ao alcance do pequeno agricultor; deste modo, o crédito rural esteve concentrado no âmbito da grande propriedade.

Gráfico 2 – Estado de Goiás - variação percentual dos valores financiados pelo Banco do Brasil para o setor rural – 2002-2014



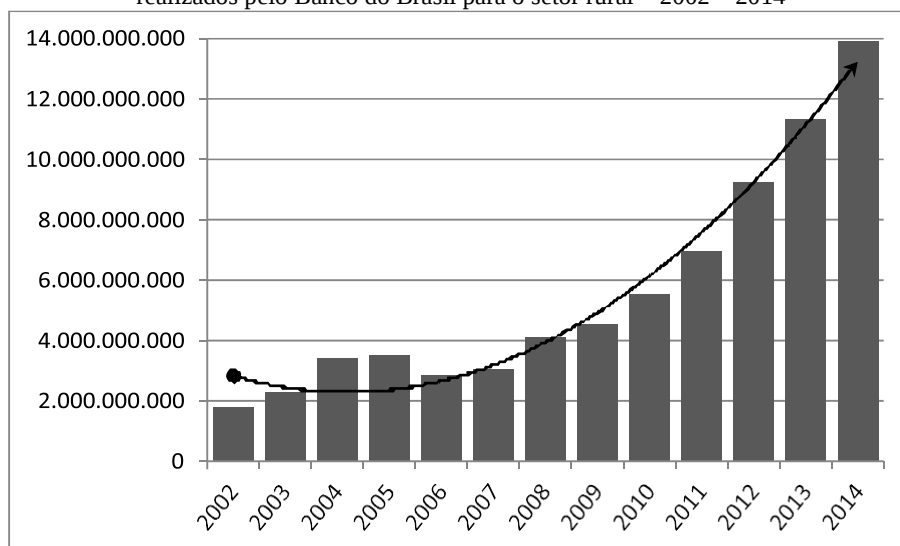
Fonte: Banco do Brasil, 2015

Observando-se a evolução dos valores referentes ao financiamento do Banco do Brasil para o setor rural em Goiás (Gráfico 3), fica evidente que a curva de tendência e os valores financiados apresentam curva ascendente a partir de 2008, ano em que entraram em operação as primeiras destilarias e usinas de açúcar nessa fase recente de expansão do setor sucroenergético no estado. Esses dados corroboram o apresentado na análise dos dados referentes às concessões do estado de Goiás mediante os programas FOMENTAR/PRODUZIR.

O papel do crédito pode ser entendido, então, como forma de viabilizar e, ou, dinamizar o modelo hegemônico, como também para transferir, ao mesmo tempo, a mais-valia social para um seguimento reduzido de pessoas do setor da agricultura capitalista. Nesse sentido, Teixeira (s.d, p. 10) afirma que

As subvenções diretas para a agricultura empresarial medidas pelo PSE saltaram de 3 bilhões de dólares em 2004, ano de início da alta dos preços agrícolas, para 10 bilhões de dólares em 2010 (OECD.Stat). Na posição atual esse valor significaria cerca de R\$ 22 bilhões de Reais em subsídios no crédito e em gastos tributários.

Gráfico 3 – Estado de Goiás: Evolução dos valores em reais dos financiamentos realizados pelo Banco do Brasil para o setor rural – 2002 – 2014



Fonte: Banco do Brasil, 2015.

Sendo assim, podemos afirmar que, historicamente, o crédito foi instrumento de transferência da mais-valia social para o setor privado. Isto se constituiu, ao mesmo tempo, no principal mecanismo de avanço do capital no campo, com subsídios que garantem empreendimentos mais seguros aos setores empresariais que aí atuam na lógica da reprodução pelo acúmulo de lucros extraordinários, garantidos pelo sistema nacional de créditos que os financiam.

Para dar continuidade à análise das políticas voltadas para atender o modelo hegemônico da agricultura em Goiás e do avanço do capital no campo nas últimas décadas, processamos e refletimos acerca dos dados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), criado pela Constituição Federal de 1988, sobre o financiamento de projetos e atividades das empresas, e produtores rurais, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O FCO constitui-se em uma linha de financiamento de natureza excludente e seletiva, voltada para os grandes empreendimentos agropecuários e industriais com juros abaixo dos praticados pelo mercado. É a sociedade que sustenta a subvenção do Estado contribuindo para o crescimento dos setores de comércio, serviços, indústria e agropecuária. Nota-se na tabela 3 que os setores de comércio e serviços, desenvolvimento industrial e desenvolvimento rural foram os mais beneficiados pelo FCO; juntos, *abocanharam* cerca de 71% do montante financiado, ao passo que as linhas do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa Nacional da Agricultura Familiar na Reforma Agrária (PRONAF RA) foram contemplados com apenas 18,2%, no

Tabela 3: Estado de Goiás - Valores contratados pelo FCO, segundo a finalidade - 2000-2013

	Linha de Financiamento	Valores (R\$ 1,00)	%
1	Comércio e Serviços	1.972.960.441,84	14,10
2	Desenvolvimento Industrial	3.005.011.693,64	21,50
3	Desenvolvimento Rural	5.014.725.096,34	35,47
4	Desenvolvimento Rural – RECOOP	18.539.452,91	0,10
5	Estocagem	76.233.939,07	0,50
6	Industrial - Capital de Giro	70.610,00	0,050
7	Integr. Lavoura-Pecuária	132.189,95	0,11
8	PAPRA	2.383.916,00	0,17
9	PRONAF RA	99.769.215,08	0,70
10	PRONATUREZA	101.098.892,04	0,80
11	Turismo Regional	271.580.861,89	1,90
12	Infraestrutura Econômica	450.228.612,43	3,20
13	Rural – Custeio	543.889.050,46	3,90
14	PRONAF	2.453.934.401,97	17,50
	TOTAL	14.010.558.373,62	100,00

Fonte: Instituto Mauro Borges (SEGPLAN). Elaboração do autor.

período de 2000 a 2013. Os valores nominais destinados a projetos na linha de desenvolvimento rural somaram R\$5.014.725.096,34 (cinco bilhões, quatorze milhões, setecentos e vinte e cinco mil e noventa e seis reais e trinta e quatro alocados para 50.598 (cinquenta mil quinhentos e noventa e oito) projetos, ou seja, uma média de 99.109,00 por projeto enquanto os do PRONAF somaram R\$ 2.453.934.401,97 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e um) reais, contemplando 210.908 projetos, uma média de R\$11.635,09 (onze mil e seiscentos e trinta e cinco reais e nove centavos) por projeto. Esses dados demonstram que as alocações de recursos públicos federais para o campo reforçam o caráter concentrador, seletivo e excludente do modelo econômico.

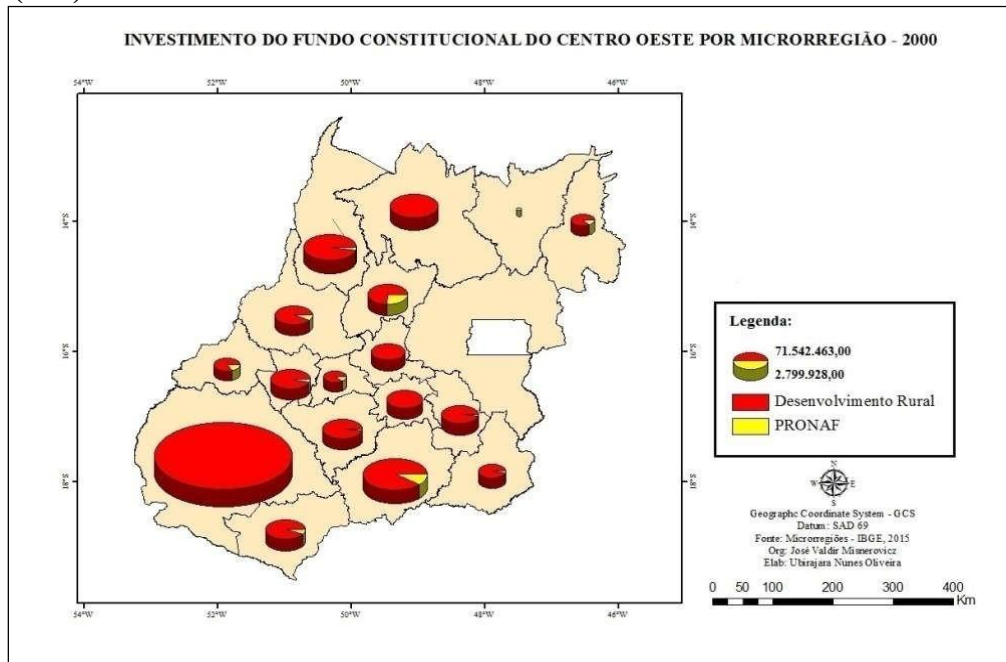
Nos cartogramas 3, 4 e 5, fica evidente a diferenciação espacial da distribuição dos recursos do FCO, considerando-se as duas variáveis selecionadas e indicativas da opção de classe e de setores beneficiados pelo estado: Desenvolvimento Rural e PRONAF. Verifica-se, ao longo do período destacado para a representação das duas variáveis, que há concentração dos recursos no sul do estado, sendo que o maior volume fora captado pela região do Sudoeste Goiano no ano de 2000. Vale observar que, no ano de 2005, que

marca a nova fase de expansão do setor sucroalcooleiro no estado, que houve expansão de recursos captados em todas as microrregiões do Estado. Em 2013, destaca-se, além da Região Sudoeste, a microrregião Entorno do Distrito Federal, com os maiores volumes de recursos do setor destinados ao Desenvolvimento Rural e redução relativa da participação do PRONAF em todo o estado.

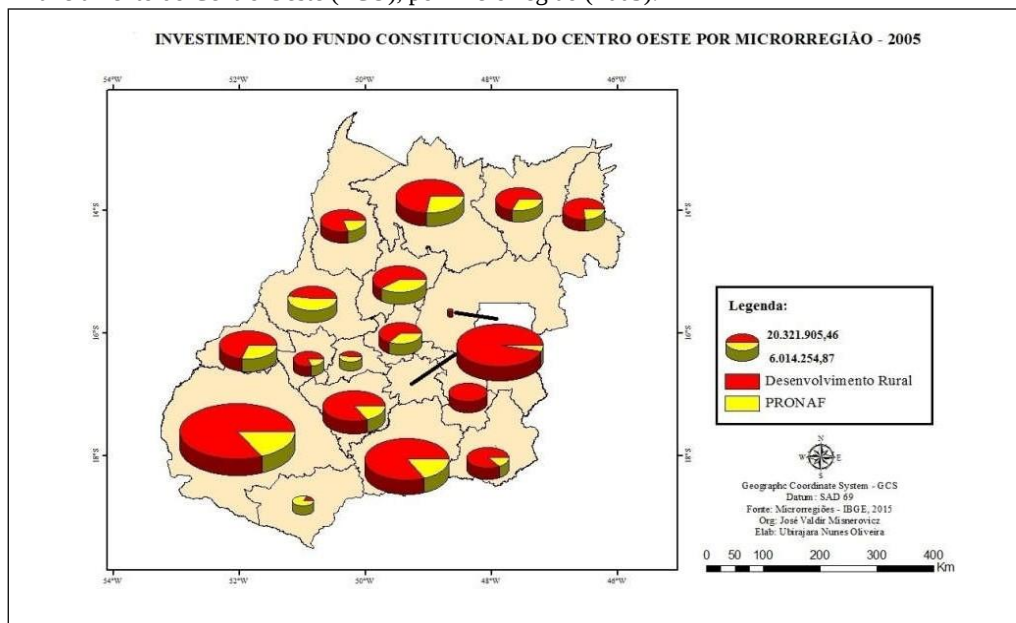
Assim, pela análise dos Cartogramas 3, 4 e 5, fica evidente a diferenciação espacial da distribuição dos recursos do FCO, considerando-se as duas variáveis selecionadas e indicativas da opção de classe e de setores beneficiados pelo estado, Desenvolvimento Rural e PRONAF. Verifica-se que, ao longo do período considerado, há concentração dos recursos no sul do estado sendo que o maior volume fora captado pela região Sudoeste Goiano. Vale observar que no ano de 2005, período de implantação de canaviais e de construção das plantas industriais nessa nova fase de expansão do setor sucroalcooleiro no estado, houve expansão de recursos captados em todas as microrregiões do Estado. Em 2013, destaca-se, além da Região Sudoeste, a microrregião Entorno do Distrito Federal, com os maiores volumes de recursos do setor destinados ao Desenvolvimento Rural e redução relativa da participação do PRONAF em todo o estado.

A distribuição dos recursos apresentados nos gráficos deixa evidente o quanto esta linha de crédito é de natureza concentradora espacial e setorialmente. Nota-se que as atividades de investimento (Desenvolvimento Rural) se concentram sempre no sul (Sudoeste Goiano, Quirinópolis, Itumbiara e Catalão), tanto em volume como em área territorial, ao passo que diminui em volume no norte do estado. Já o PRONAF se concentra na parte central do estado (Vale do Rio Vermelho, Aragarças) e Pires do Rio, o que certamente está relacionado às áreas de maior concentração de assentamentos rurais, muito embora em montantes bem inferiores. De modo geral, tiveram maior expressão os recursos captados pelo segmento empresarial, enquanto a agricultura camponesa tem participação insignificante, comprovando que as políticas públicas são indutoras do modelo concentrador do processo de expansão das relações capitalistas de produção no campo.

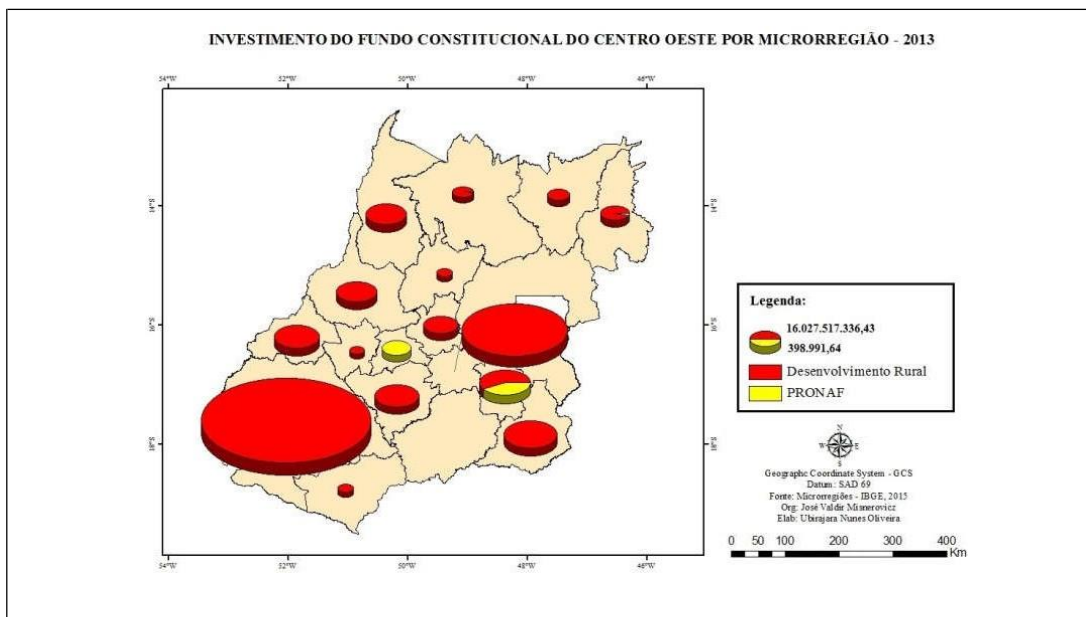
Cartograma 3 - Estado de Goiás: investimentos, em reais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste (FCO), desenvolvimento rural e PRONAF, por microrregião. (2000).



Cartograma 4 - Estado de Goiás: investimentos, em reais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), por microrregião (2005).



Cartograma 5 - Estado de Goiás: Investimentos, em reais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), por microrregião (2013).



A tabela 4, e o gráfico 4, revelam a destinação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao financiamento de projetos no Estado de Goiás. No período de 2008 a 2013 foram captados R\$ 7.614.179.036 nas atividades de geração de energias, carne, setor sucroalcooleiro, que, juntos, levaram 91% do montante financiado pelo BNDS em Goiás no período. Esse foi voltado ao financiamento da formação de lavoura de cana de açúcar e de plantas industriais. Novamente, demonstramos e reafirmamos a presença do setor financeiro estatal financiando empreendimentos dos setores agroindustriais, do agronegócio e de infraestrutura energética, demonstrando a opção do Estado brasileiro e de seus governos por determinado modelo de campo e de agricultura.

Para melhor compreender a opção dos governos e o papel do Estado pelo modelo hegemônico incluímos na tabela 4, dados referentes à principal política pública considerada estruturante da agricultura camponesa, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

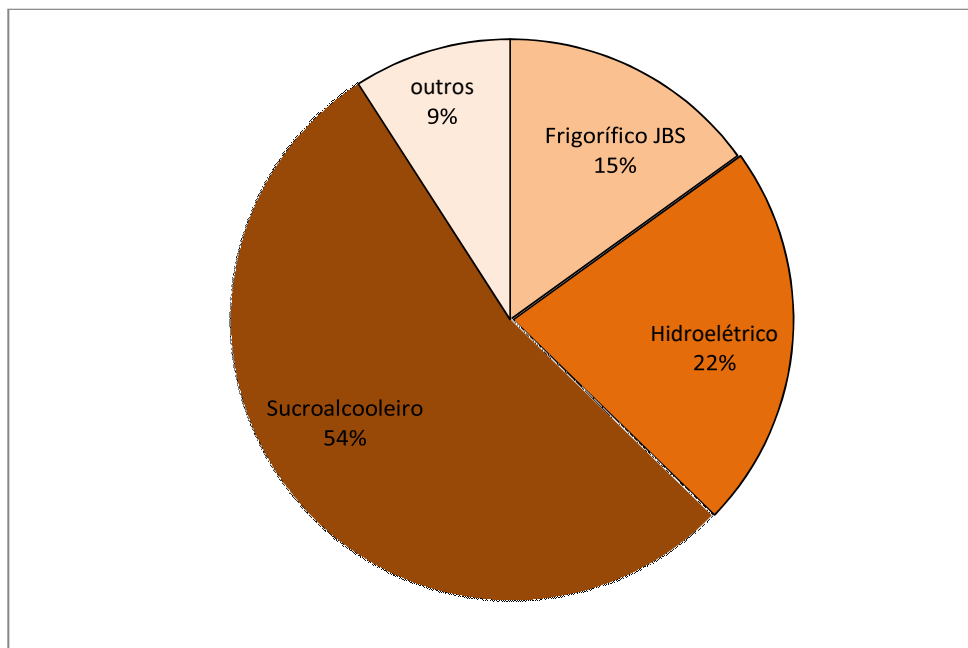
Os dados não deixam dúvidas em relação a seu limite, apesar da propaganda e do discurso realizados pelo governo. Os dados da estrutura fundiária de Goiás (Tabela 6, Cap III) ajuda a entender melhor a análise, pois, quando somadas, unidades de minifúndio e pequenas propriedades atingem um total de 163.403 unidades de produção com direito a acessar essa política.

TABELA 4 - Estado de Goiás – Financiamento concedidos pelo BNDES por ano e por setor de atividade – 2008-2013

SETOR DE ATIVIDADE	VALOR DA OPERAÇÃO R\$	ANO
Carne JBS	1.109.267.813,00	2008
Setor hidroelétrico	11.087.000,00	2008
Setor hidroelétrico	11.087.000,00	2008
Setor hidroelétrico	543.413.000,00	2008
Setor hidroelétrico	249.910.000,00	2008
Setor hidroelétrico	201.785.000,00	2008
Setor hidroelétrico	37.472.782,00	2008
Setor sucroalcooleiro	410.497.901,00	2008
Setor sucroalcooleiro	219.137.894,00	2008
Setor sucroalcooleiro	410.497.090,00	2008
Setor sucroalcooleiro	219.137.893,00	2008
Setor sucroalcooleiro	161.574.669,00	2008
Setor sucroalcooleiro	59.821.213,00	2008
Setor sucroalcooleiro	46.140.000,00	2008
Setor sucroalcooleiro	289.700.000,00	2008
Beneficiamento frutos cerrado	1.500.000,00	2009
Setor hidroelétrico	520.000.000,00	2009
Setor hidroelétrico	10.080.000,00	2009
Setor sucroalcooleiro	160.094.376,00	2009
Setor sucroalcooleiro	124.044.000,00	2009
Setor sucroalcooleiro	22.687.559,00	2009
Setor sucroalcooleiro	635.719.506,00	2009
Setor sucroalcooleiro	139.703.420,00	2009
Setor sucroalcooleiro	111.681.891,00	2009
Setor sucroalcooleiro	74.959.000,00	2009
Setor sucroalcooleiro	52.291.043,00	2009
Setor sucroalcooleiro	19.951.755,00	2009
Biodiesel	14.751.000,00	2010
Carne	17.407.370,00	2010
Setor sucroalcooleiro	287.212.040,00	2010
Setor sucroalcooleiro	15.750.000,00	2011
Calcário	336.695.085,00	2011
Biodiesel	8.027.756,00	2012
Farelo de soja	117.944.000,00	2012
Setor de energia e gás	98.000.000,00	2012
Setor hidroelétrico	49.500.000,00	2012
Setor sucroalcooleiro	77.200.000,00	2012
Setor sucroalcooleiro	20.281.000,00	2012
Setor sucroalcooleiro	356.585.000,00	2012
Setor sucroalcooleiro	43.230.000,00	2013
Setor sucroalcooleiro	20.330.000,00	2013
Setor sucroalcooleiro	51.884.967,00	2013
TOTAL	7.368.040.023,00	2008/2013

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2015).

Gráfico 4 – Estado de Goiás: financiamentos concedidos pelo BNDES por setor de atividade – 2008-2013



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – 2015

Os dados do PAA, serie histórica em Goiás, somados reúnem o equivalente a apenas 14.357 projetos aprovados e executados em 11 anos (Tabela 5), ou seja, 0,80 % ao ano, do total de agricultores, que comercializaram seus produtos pelo PAA. Fazendo uma projeção com esse ritmo médio, a universalização dessa política seria atingida daqui a 125 anos, ou seja, no mínimo três gerações. É importante destacar que uma política pública na perspectiva antissistêmica envolve várias etapas, entre elas a da conquista do resultado do enfrentamento com Estado, intenso processo de negociação com governos e, depois, toda regulamentação e início da execução e aperfeiçoamento. Superada essa fase, vem a luta para ampliação e a perspectiva da universalização. Existe, porém, uma ameaça permanente de disputa entre as forças contrárias para inviabilizá-la e até extingui-la, caso a política ameace o modelo hegemônico. Portanto nesse sistema uma política pública precisa ser conquistada, implementada. Mantê-la e ampliá-la só é possível com organização e pressão, num nível de permanente tensionamento com o Estado.

Outros aspectos a serem considerados são os investimentos em infraestrutura, em rodovias e ferrovias, no estado de Goiás, feitas pelo Governo Federal (Gráfico 5). Com isso, pode-se apreender que esses investimentos, no conjunto de infraestrutura, contribuem para a compreensão de como o Estado brasileiro, independentemente de

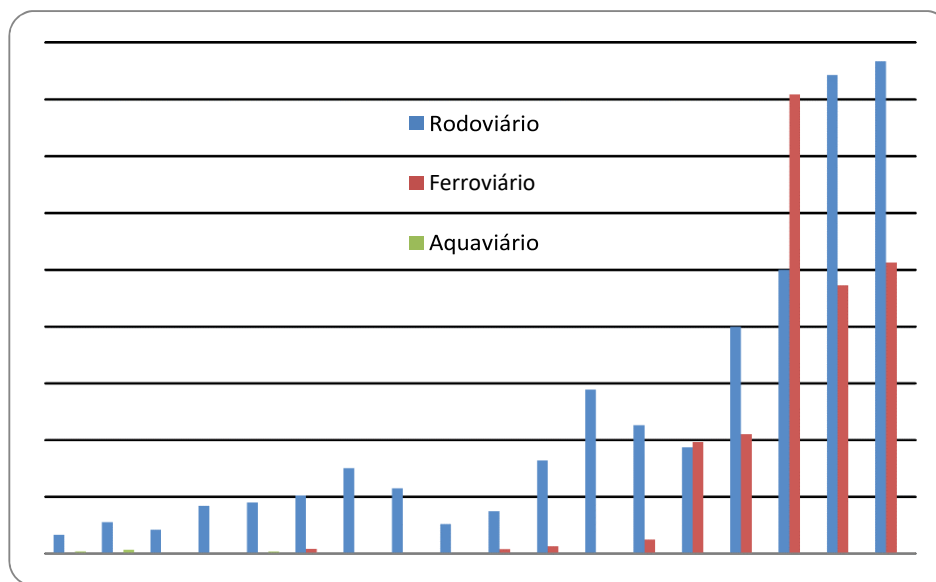
governos, atua para criar as bases de fortalecimento e dinamismo do modelo hegemônico. Os investimentos em equipamentos fundamentais de infraestrutura servem ao escoamento da produção, contribuindo para a materialização das vantagens comparativas e a velocidade do tempo do capital contemporâneo.

Tabela 5 – Estado de Goiás: aquisições de produtos agrícolas pelo PAA* – 2005-2015

Ano	Nº de produtores	Valor	Valor por produtor
2005	280	745.577,00	2.662,78
2006	933	2.415.673,21	2.589,15
2007	737	2.489.402,15	3.377,75
2008	754	2.552.052,41	3.384,68
2009	543	1.893.260,05	3.486,67
2010	988	4.034.355,32	4.083,36
2011	2.237	10.182.032,300	4.551,65
2012	1.820	8.363.551,14	4.595,36
2013	2.383	12.424.380,91	5.213,76
2014	2.104	13.976.381,82	6.642,77
2015	1.578	12.479.865,00	7.908,66
TOTAL	14.357	71.556.531,31	4.984,09

Fonte: Companhia Nacional de abastecimento - CONAB – 2015.

Gráfico 5 - Estado de Goiás – Infraestrutura e modalidades usadas no transporte de cargas – 1995-2012



Fonte: Fontes Ministério dos Transportes (2015)

Ademais, nota-se que, até 2004, os investimentos em obras infraestruturais em Goiás, pelo Governo Federal, eram tímidos, ganhando maior impulso a partir de então, quando aumentam os investimentos na modalidade de transporte ferroviário, com objetivo de baixar custos da circulação e viabilizar mais fortemente a exportação dos

produtos agrícolas e a entrada de insumos. Com esses investimentos públicos, o governo cumpre sua parte implantando a infraestrutura demandada pelos empreendimentos capitalistas, fortalecendo, assim, o modelo hegemônico. Também esse aspecto considerou básico para reforçar nossa análise da opção do Estado brasileiro pelo agronegócio.

No que se referem à série histórica do uso de agrotóxico, os dados informativos permitem analisar sua relação com os créditos e o avanço da “modernização” conservadora. O Brasil vem consolidando-se como um dos países de maior consumo de agrotóxicos do planeta; nesse sentido, percebe-se que o modelo agroquímico da agricultura se expande como padrão de produção agrícola que, junto com a dependência por outras bases da produção (como o controle genético - as sementes), tende a atingir todas as classes de produtores rurais. Esse modelo advém do padrão de produção vinculado ao agronegócio, mas tende a expandir-se também por setores da produção de alimentos, em muitos casos, espaço de reprodução camponesa. Tudo isso mostra que, num processo de enfrentamento ao modelo hegemônico, agroquímico, sob a lógica de priorização do agronegócio, esse padrão pautado no uso de defensivos químicos é algo a ser questionado. Nisso vemos a base para rupturas que devem ser feitas rumo a uma nova reforma agrária popular, sobre a base da produção agroecológica.

Sobre o efeito do uso do veneno e os malefícios causados, pode-se dizer que seu uso exacerbado está vinculado a outros aspectos da lógica imposta pelo agronegócio, que, de modo geral, tende a atingir a sociedade mais ampla. Sobre isto Silva e Moura (2015, p. 7) explicam que

Neste aumento do uso de agrotóxicos destaca-se o consumo do princípio ativo Glifosato, o que está associado à liberação dos plantios transgênicos de soja *Roundup Ready* em 2005. [...] entre 2000 e 2009, o consumo deste princípio ativo saltou de 40.000 toneladas para 91.000. Altieri (2012) afirma que entre as consequências de seu uso estão: problemas respiratórios e lesões de pele, nos seres humanos e redução da fixação de nitrogênio, aumento da vulnerabilidade do feijão a doenças e redução das micorrizas. Já a ABRASCO (2012) relata que ele possui possíveis efeitos toxicológicos diversos, o que o colocou na lista de princípios ativos a serem revistos pela ANVISA.

Ainda continuam os referidos autores:

Segundo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (2012), o glifosato corresponde a 71% do consumo de herbicidas. No que tange aos inseticidas, o Metamidofós, o Acefato e o Endosulfam são líderes em uso, com 15,1%, 11,2% e 7,3% de consumo respectivamente, sendo que a utilização dos

demais corresponde a 66,4%. Já para os fungicidas se destacam o Carbendazin, o Tiofano-metílico, o Macozebe, o Oxícloreto de cobre e o Tebuconazol com 12%, 8,9%, 8,4%, 8,4% e 7% respectivamente, ficando com os demais princípios ativos o uso de 55,3% (*Ibidem*).

Com essas informações, podemos demonstrar esses aspectos para indicar a participação de Goiás no consumo de venenos (C.f. gráficos 6, 7 e 8). Nota-se que, no tocante às classes de agrotóxicos, há predomínio dos herbicidas, fungicidas e inseticidas. Sobre essa situação Silva e Moura (2015, p. 12) explicam que

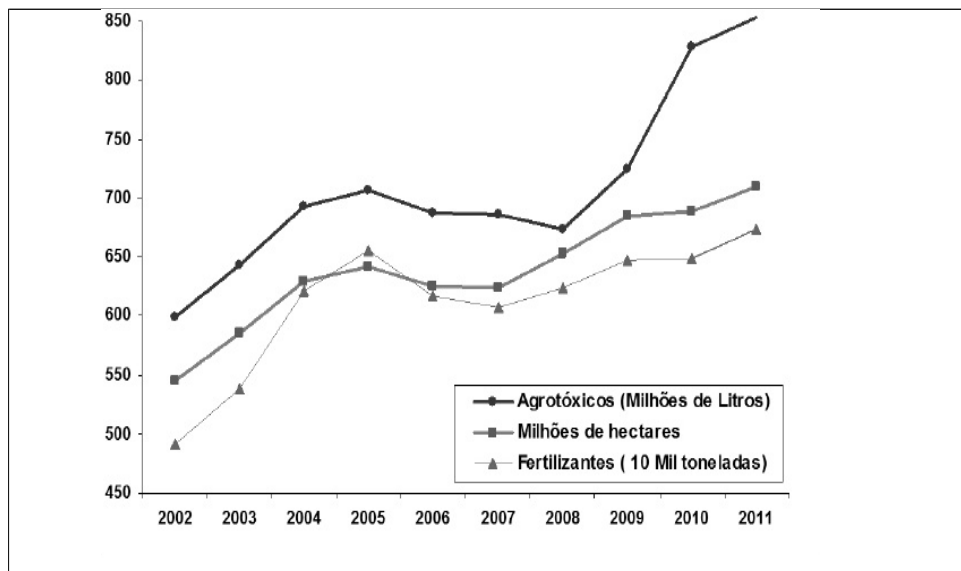
Quanto às classes de agrotóxicos destinadas ao consumo [...] percebe-se o predomínio dos herbicidas, com destaque para o uso dos princípios ativos Glifosato, Atrazina e 2,4-D, repetindo o padrão nacional anteriormente assinalado. Já para a classe dos fungicidas e inseticidas há uma disparidade menor nos dados [...], ambos têm quantitativos próximos quando se comparam os princípios ativos liberados para comercialização.

A respeito disso, situam a relação de uso desses venenos voltados ao combate de pragas de insetos e ervas, o que certamente, se traduz em ampla contaminação do solo e dos recursos hídricos locais.

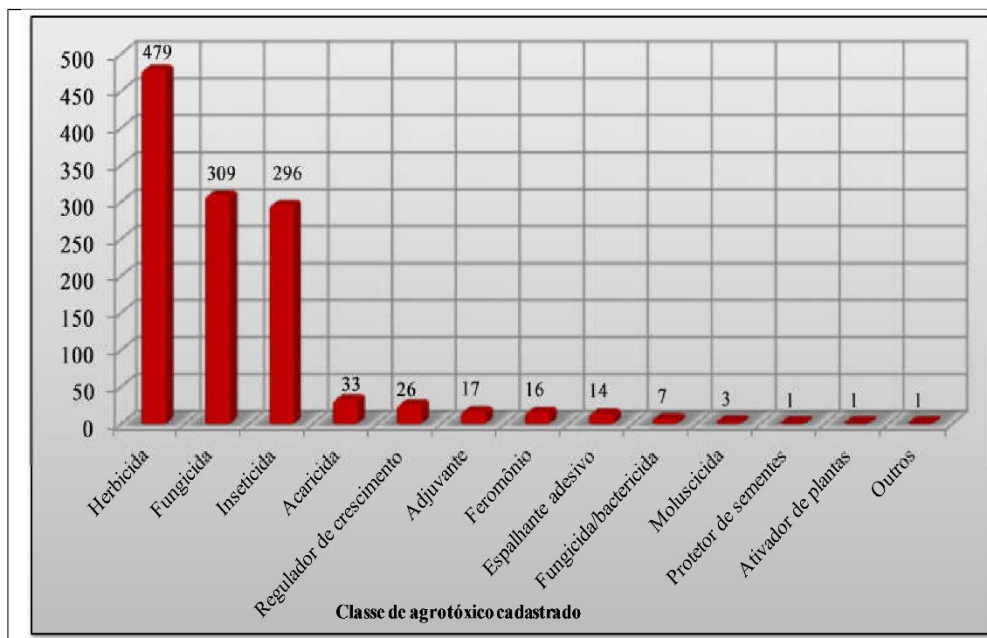
Então,

A análise da classe toxicológica desses agrotóxicos torna mais nítidos os danos ambientais tanto à natureza exterior, quanto a saúde humana, graças ao modelo de produção do agronegócio. Nesse sentido, em Goiás, de acordo com os dados da AGRODEFESA (2014), 28,33% dos agrotóxicos são extremamente tóxicos, 21,39% altamente tóxicos, 34,58% medianamente tóxicos e somente 15,70% são pouco tóxicos. Ao concluirmos que 84,30% dos princípios ativos lançados anualmente nas lavouras de Goiás são extremamente tóxicos, altamente tóxicos ou medianamente tóxicos, se reforça a tese de que o agronegócio produz um espaço doente em Goiás. A combinação entre maciças quantidades de adubo industrial e agrotóxicos produz um ciclo vicioso, uma vez que gera plantas mais susceptíveis justamente aos insetos e doenças (SILVA; MOURA, 2015, p.12).

Os gráficos 6, 7, 8 e 9 apresentam dados sobre consumo de agrotóxicos, produtos formulados e registrados no Estado de Goiás. Percebe-se o predomínio de empresas globais do ramo de produtos químicos voltados à produção do agronegócio entre as seis empresas destacadas, líderes mundiais na produção de defensivos (agrotóxicos) e de sementes transgênicas, como milho e outras. Percebe-se que o montante de produção demonstra uma quantidade considerável de agrotóxicos colocados para o uso no Estado, chegando, no ano de 2014, a um total de 458 mil toneladas. Isso revela a forma em que o modelo de produção em curso tem se sustentado, sob expansão produtiva, com amplo efeito sobre o ambiente e sociedade em geral, que sem saber, na cidade ou no campo, estão sujeitos aos efeitos desse

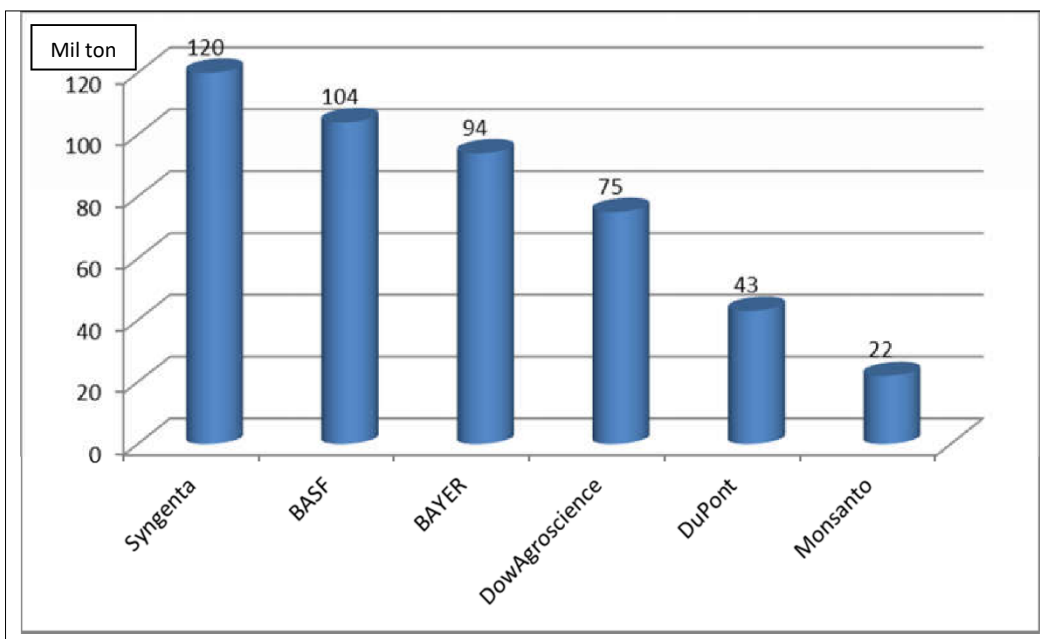
Gráfico 6 - Produção agrícola, consumo de agrotóxicos e de fertilizantes no Brasil – 2002-2011

Fonte: Prado Filho apud Silva e Moura (2015, p.6)

Gráfico 7 – Estado de Goiás: principais classes de agrotóxicos cadastrados para comercialização - número de princípios ativos registrados – 2014

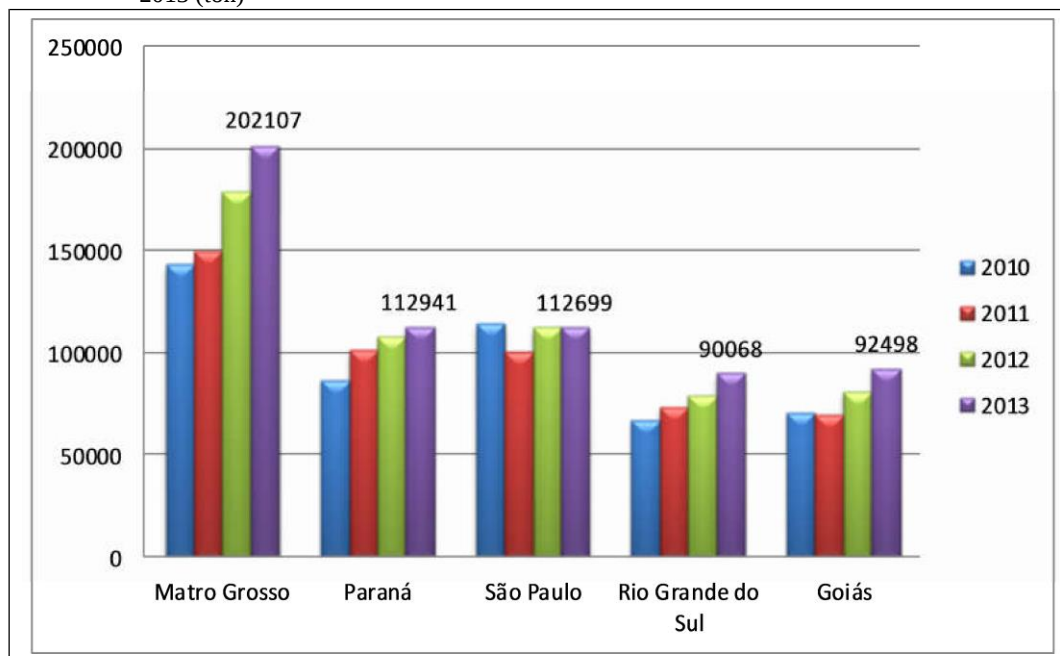
Fonte: AGRODEFESA (2014) apud Silva e Moura (2015, p. 12).

Gráfico 8 – Estado de Goiás – Número de agrotóxicos utilizados, segundo os fabricantes – 2014



Fonte: AGRODEFESA, 2014.

Gráfico 9 – Brasil – Estimativa da evolução no consumo de agrotóxicos, nos principais estados – 2010-2013 (ton)



Fonte: Sindicato das indústrias de Defensivos Agrícolas - SINDAG - 2014.

derramamento de veneno, para sustentar uma produtividade satisfatória ao domínio capitalista da produção. As cinco maiores empresas multinacionais dominam a produção dos agrotóxicos comercializados em Goiás sangrando parte do lucro dos empreendimentos e envenenando os solos, a água, o ar, os produtos agrícolas e a população.

E importante registrar que essa situação de Goiás reflete a realidade brasileira. Ela é dada pelo modelo agrícola conservador, em que os processos modernizantes, como já apontamos, estiveram montados sobre dupla face: a grande propriedade, nutrida pela produção agroquímica, na geração de ganhos excessivos. Nesta opção agroquímica do agronegócio, o Brasil ocupa o primeiro lugar no uso de agrotóxicos no mundo (Cf. CARNEIRO, 2015) e, no Brasil, Goiás ocupa o quarto lugar (Cf. Gráfico 9). Contudo, no caso de Goiás, considerando-se a extensão territorial dos estados que se encontram no primeiro, segundo e terceiro lugares, podemos afirmar que o território goiano recebe provavelmente a maior quantidade de ampliação do modelo hegemônico. Para a próxima década prevê-se a inclusão de mais cinco milhões de hectares de terra com lavouras (HAUN, 2014; GOIÁS², 2011, GOIÁS³, 2011). Essa ampliação acarretará, certamente, aumento do uso de venenos, uma vez que este sempre acompanha a evolução de área plantada, ou seja, se para cada hectare de soja se utilizam 12 litros de venenos, em média, o estado de Goiás caminha para ser um dos maiores consumidores de agrotóxico por metro quadrado do país. Nisso tudo residem as dimensões *dolorosas* desse processo, tido por muitos como modernizante.

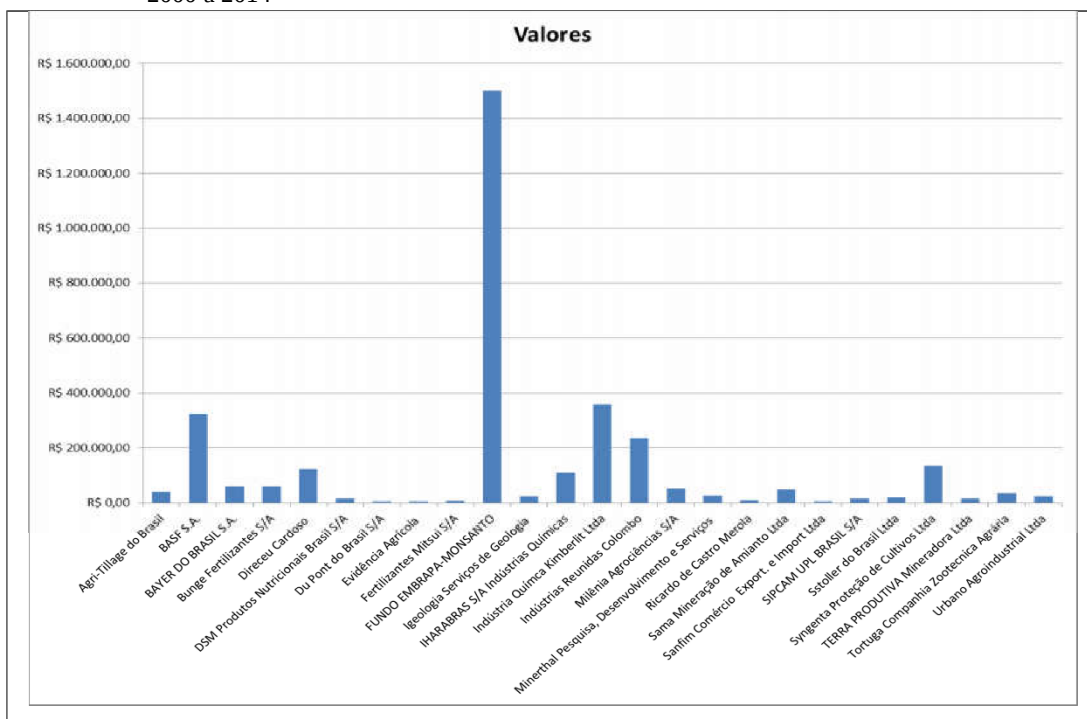
No tocante ao uso do agrotóxico, considerando-se que a produção rural alcança a sociedade com um todo, a questão que resta a discutir é quem ganha com esse modelo? Quais são suas consequências para o ambiente e para a saúde humana, seja no campo ou na cidade? A isso voltaremos mais adiante num aprofundamento das implicações desse processo.

Para finalizar este item, considerando-se a lógica depredadora da “modernização” em sua dimensão *conservadora* e *dolorosa*, cabe-nos tecer considerações sobre a questão da pesquisa. No caso do estado de Goiás devemos compreender o papel da pesquisa pública e privada, na situação relacionada com a extinção da EMATER e ENGOPA, com a instalação das empresas privadas de pesquisa, em convênios com instituições públicas. Com isso, pode-se perceber e identificar as empresas que repassam recursos às instituições públicas como a Escola de Agronomia da UFG e a EMBRAPA e, ainda, analisar as implicações desse processo

para se pensar o modelo ou o projeto de campo e de agricultura. Assim, uma vez que a ciência também é ideologia e opção por um projeto, a pesquisa aparece como fundamental ao desenvolvimento desse setor, porém com uma relativa carga de valores que nutrem as concepções e a finalidade que permeia tais investigações. Por isso, nesta dissertação vamos refletir a partir dos dados de financiamento público e privado aos órgãos de pesquisa no setor rural (Gráfico 10). Será a partir disso que se poderá ver e apreender o sentido dessa relação, a que projeto a ciência e as pesquisas estão voltadas.

A principal empresa publica de pesquisa com unidade no Estado de Goiás, a EMBRAPA Arroz e Feijão, está instalada no Município de Santo Antônio de Goiás. No gráfico 10, observa-se a relação dessa mesma empresa com as do setor privado que atuam no fornecimento de insumos e genética. Como podemos ver, existe a presença delas financiando a venda de insumos à produção e se beneficiando através do setor de venda; isso mostra a vinculação entre as pesquisas e quem as financia.

Gráfico 10 – Investimentos privados em pesquisas realizadas pela Embrapa Unidade Arroz e Feijão – 2000 a 2014



Fonte: Embrapa Arroz e Feijão – 2015

Podemos perceber que os dados são reveladores para além do volume de recursos que cada empresa privada disponibilizou. Ressaltamos, contudo, que o agravante está no fato de empresas privadas financiarem uma empresa pública cuja

missão é desenvolver pesquisa em dois dos principais alimentos consumidos pela população brasileira, o feijão e o arroz. Isso tem levado à introdução desses produtos na lógica agroquímica predominante no agronegócio. Aí vemos problemas, uma vez que uma empresa, por ser pública, deveria desenvolver pesquisa no sentido de produzir alimento saudável e não tornar-se laboratório de experimentação de insumos químicos e de venenos. Essa presença de empresas privadas na EMBRAPA revela ter sido esta capturada pelo modelo do agronegócio, passando a ser extensão daquelas, o que compromete sua possibilidade de ser instrumento de experiências investigatórias voltadas à pesquisa para agricultura camponesa e, conseqüentemente, para a produção de alimentos saudáveis para a sociedade brasileira.

Essa vinculação pode ser mais bem entendida quando se considera que a Empresa Goiana de pesquisa Agropecuária (ENGOPA) foi incorporada pelo decreto Lei nº 7.969, de 15 de outubro de 1975, combinado com os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.733, de 7 de dezembro de 1995, que unificou as empresas de Pesquisas e Extensão. Assim, a EMGOPA foi incorporada à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (Emater-GO) e, em 1990, foram ambas extintas por força do decreto lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999. O interessante foi que, em 1998, a Monsanto instalou-se em Santa Helena de Goiás, seu primeiro campo de excelência em pesquisas de sementes⁴. Parece-nos estar aí demonstrada uma relação entre a saída da pesquisa pública para a entrada das pesquisas privadas, abrindo caminho e criando as condições para o avanço do capitalismo no campo em Goiás, por meio do já referido direcionamento das pesquisas da Embrapa.

2.2 – O discurso articulado do governo e o do agronegócio de Goiás

Sabe-se que no ambiente do mercado, Goiás é apresentado aos investidores capitalistas internacionais como um potencial e uma oportunidade pra investimentos, com área disponível para ser explorada nas atividades de agricultura e pecuária. Existe um esforço e uma ação combinada das entidades classistas que aderem ao modelo hegemônico representado pela FAEG e pelos governos estaduais. Portanto, uma ação articulada entre uma classe e o Estado em defesa dos mesmos interesses e projetos.

⁴ Estas informações sobre o período relativo a esses fatos históricos foram obtidas por busca feita pela assessoria do movimento (MST) junto a setores jurídicos do município de Santa Helena de Goiás.

Quando comparados, dois relatórios/apresentação de Goiás pela extinta Secretaria de Estado da Agricultura, Pesquisa e Irrigação e da Federação de Agricultura de Goiás (FAEG) realizam uma análise e projetam um cenário internacional com a mesma base de dados, fazendo apologia ao agronegócio como modelo e alternativa econômica. O estado de Goiás é apresentado com sendo homogêneo, sem contradições, lugar seguro para se ganhar dinheiro. Tudo que os capitalistas internacionais buscam no planeta.

Contudo, o relatório da Secretaria de Agricultura apresenta os maiores problemas da humanidade como sendo, água, energia, alimentos, lixo e pobreza. A previsão de crescimento demográfico, aumento da população mundial até 2050 para 9,3 bilhões e de famintos 1,3 bilhões de seres humanos e 70% vivendo nas cidades. Aponto como necessidade maior diversidade de alimentos, aumento da produção de alimentos em 90 %, 70% a mais de carnes, aumento em 60 da produtividade agrícola, 50% a mais de cereais, incorporação de 120 milhões de hectares. (MARIOSTICA *et al.*, 2010)

O Brasil é apresentado pela FAEG como possuidor de diversidade climática; área em expansão agrícola; grande potencial hidrográfico; líder mundial em agronegócio tropical; maior reserva florestal e de ecossistemas preservados. E Goiás é apresentado ao mundo como região com vocação para o agronegócio: 340.066 km² de área total, 34,01 milhões de hectares; de área dos estabelecimentos agropecuários. 25,68 há; de área com pastagem, 15,71 milhões de hectares; de área com lavouras. 3,60 milhões de hectares; de área com mata e florestas, 5,64 milhões de hectares, e área para outros usos, 0,73 milhões de hectares. Segundo essa análise, poderão ser liberados para agricultura milhões de hectares sem prejuízo da atividade pecuária. (MARIOSTICA *et al.*, 2010).

Apresentam-se os cinco maiores PIB dos municípios na seguinte ordem; Rio Verde, com R\$ 723.351 milhões, representando 06 %; Jataí, com R\$ 592.393, 4,92%; Cristalina, com R\$ 521.630, 4,33%; Chapadão do Céu, com R\$ 360.002, 2,99 % e Mineiros, com R\$ 266.245, 2, 21%. Os dos demais municípios somam R\$ 9.584.476, representando 79,55%. A balança comercial de 2013 apresenta 7.042.673.945 em exportação e 4.840.008.568 em importação. São os principais produtos da pauta, de exportação, representando 76,05%, soja, carnes, milho, açúcar, algodão. Os dez principais municípios produtores de grãos são Jataí, com 2.183.000 t; Rio Verde, com 2.081.000 t; Cristalina, com 1.457.254 t; Montividiu, com 904.145 t; Chapadão do Céu, com 904.078 t; Mineiros, com 685.680 t, Paraúna, com 560.895 t; Ipameri, com

505.484 t; Luziânia, com 464.363 t; Catalão, com 448.872 t. (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação, s.d)

A Federação da Agricultura de Goiás utiliza a mesma fonte de dados para suas projeções e defesa do aprofundamento do modelo hegemônico como alternativo. Para tanto é apresentado um conjunto de dados e informações indicando o *potencial* de expansão da agropecuária, projeção que sugere a ocupação total do território goiano e a consolidação do modelo baseado no agronegócio. Em relação a Goiás, indicam a capacidade de incluir mais terras “fazendo -se uso intensivo das pastagem, poderão ser liberados para agricultura mais de 5 milhões de hectares, sem prejudicar a atividade pecuária” (MARIOSTICA *et al.*, 2010). Indicam-se como potencial de áreas de pastagem a ser convertida em agricultura as seguintes regiões; “Ceres, 930 mil ha; Rio Vermelho, 1.450 milhão de ha; São Miguel, 1.650 milhões de ha; Porangatu, 1.790 milhões de ha; Entorno, excluindo-se Cristalina e Luziânia, 1.560 milhões de ha, totalizando 7.380 milhões de ha” (p. 1). Apresentam como desafio do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio em Goiás (PRODEAGRON-GO) “Viabilizar um projeto de Desenvolvimento de Estado, atrativo para investidores e agropecuaristas, na região Norte e Nordeste do Estado de Goiás, em um período de até 10 anos” (MARIOSTICA *et al.*, 2010, p 6-7).

O PRODEAGRON-GO tem como objetivos

Avançar o desenvolvimento regional; implementação de projetos agropecuário e industrial; abranger uma área total de 2,5 milhões de hectares distribuídos em quatro pólos: Padre Bernardo, Uruaçu, Porangatu, e São Miguel do Araguaia; mantendo os 20% destinados à formação de reserva legal; com exploração de soja e outras culturas; integrando com outras atividades e tecnologias de produção. (MARIOSTICA *et al.*, 2010, p.4)

A expectativa com a implementação do PRODEAGRON-GO e os possíveis resultados esperados baseiam-se em

A) estimativa de produção de soja, no médio prazo [...] de 2,4 milhões de toneladas [...] e no longo prazo, cerca de sete anos, de até 6 milhões de toneladas; B) Apoio incondicional do Governo do Estado para o investimento através de regime especial e incentivo fiscal (PRODUZIR); C) Empenho total das entidades FAEG, FIEG, OCB, e GOVERNO será fundamental para viabilizar o projeto; F) Necessidade de criar um plano diretor de investimento Estatal para a região. G) Implementação de indústrias de esmagamento de soja e fábrica de ração própria para bovinos, aves e suínos; H) Geração de 10.000 empregos diretos e mais 21 mil empregos indiretos (*Ibidem*).

A opção da classe que compõe as forças hegemônicas, do Estado e dos governos por um modelo agrícola agroexportador, na forma de imposição, apresenta o seguinte perfil: estrutura fundiária concentrada, monocultura, sementes, venenos, fertilizantes químicos, máquinas e tecnologias importados; pesquisas controladas por empresas privadas; proletarização, precarização e espoliação do trabalho no campo; migração forçada; destruição do Cerrado; produção destinada à exportação; financiamento por parte do Estado. Tudo isso gera um conjunto de contradições que precisam ser criticamente compreendidas como parte do processo social e histórico, a fim de se pensar um projeto estratégico para sua superação.

2.3 As mudanças recentes da territorialização do capital e a ação do Estado

A propriedade privada, a concentração fundiária e o aumento dos preços da terra são os principais limites e obstáculos para construção de um projeto de campo, agricultura e sociedade sob uma perspectiva de desenvolvimento com equidade social e ecológica. É sobre as bases do latifúndio que se instala o modelo hegemônico do agronegócio. Ele é funcional para a lógica do capitalismo. Portanto, latifúndio e agronegócio formam uma unidade econômica, política, ideológica, num projeto de classe e de sociedade capitalista. Mexer na estrutura fundiária, democratizar o acesso à terra, dar-lhe uma função social “fere de morte” o modelo hegemônico do agronegócio e do sistema capitalista. Desde os tempos da colonização, esse tema foi de abordagem conflituosa, pois constitui-se na base da territorialização do capital no Brasil desde os primórdios do processo de apropriação do território brasileiro pelo capital: saque das comunidades indígenas e exclusão das populações negras, migrantes e trabalhadores do acesso a terra.

No entanto, esse modelo, apesar de sua força, de ser hegemônico, de existir escala mundial, de ter o Estado com principal sustentáculo é carregado de contradições e limites. Entre estes destacamos: a dependência de insumos químicos e agrotóxicos; a perda e a contaminação de solos e águas, a concentração de renda; a reestruturação do campo-cidade e centro-periferia, que enfraquecem os pequenos agricultores, fortalecem os grandes proprietários de terras, e reproduzem a concentração fundiária.

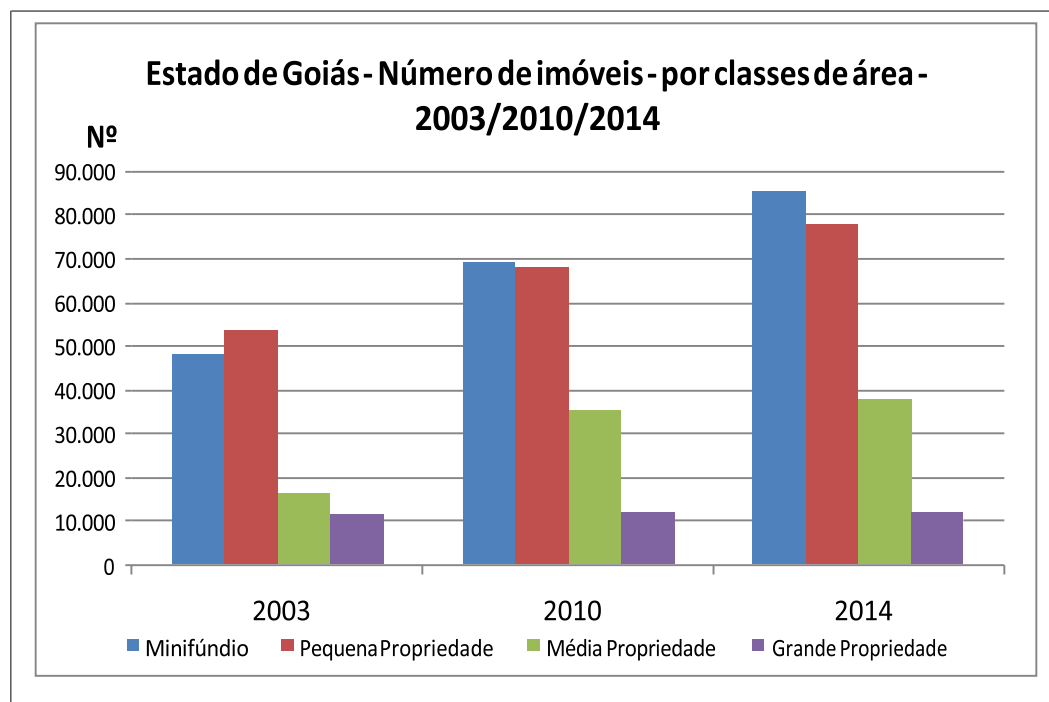
Considerando-se o que está na base de uma sociedade, pode-se dizer que no que se refere a sua estrutura fundiária, quanto mais concentrada for esta, mais injusta e mais desequilibrada será a totalidade social. Por isso, pode-se dizer que a concentração da

terra em Goiás é causa principal dos problemas econômicos, sociais, políticos, culturais, de violência e destruição ambiental. No Estado em que a agropecuária é a principal atividade econômica, ao se concentrar a terra concentra-se a riqueza e a renda, fortalecendo a desigualdade socioeconômica e gerando desequilíbrio na sociedade, ou seja, a perversidade está na natureza da estrutura fundiária latifundiária circunscrita.

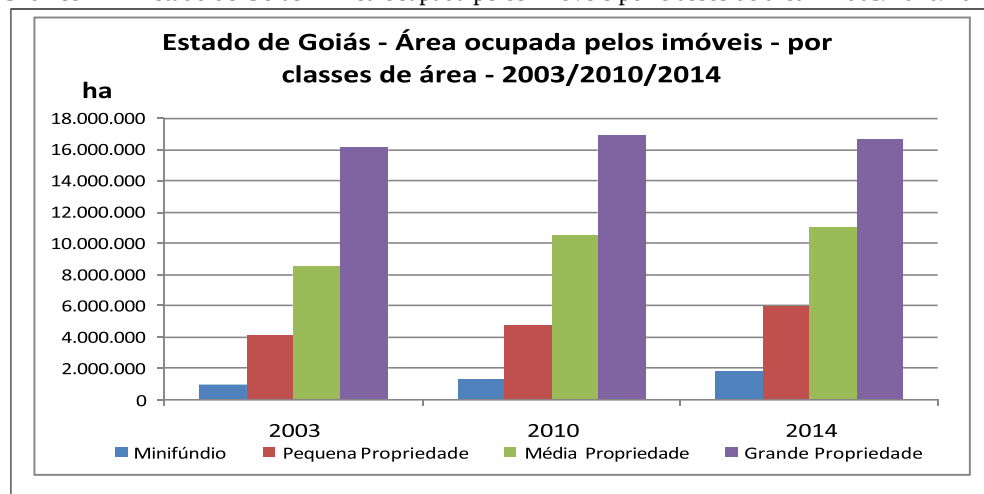
2.3.1 Concentração fundiária

Ao se analisar a estrutura fundiária a partir do recorte temporal 2003-2014, observa-se (Gráficos 11 e 12 e Tabela 6) o quanto esta se mantém concentrada em Goiás. Apesar do esforço dos movimentos na luta pela democratização do acesso à terra, a estrutura fundiária continua inabalada. Uma das principais contradições reveladas pelos gráficos está na relação entre número de propriedades e área ocupada. Em relação a esse aspecto, a constante contradição agrária se mantém com os minifúndios e pequenas propriedades somando um maior número de propriedades contrapondo-se à quantidade da área que ocupam, significativamente menor.

Gráfico 11 – Estado de Goiás – Número de imóveis por classes de áreas – 2003/2010/2014



Fonte: INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural – 2015.

Gráfico 12 – Estado de Goiás – Área ocupada pelos imóveis por classes de área – 2003/2010/2014

Fonte: INCRA – Sistema Nacional de Cadastro Rural – 2015.

Tabela 6 – Estado de Goiás - Número e área dos imóveis rurais, por classes de imóveis – 2003/2010/2014

Número de imóveis por classe de propriedade				
	Minifúndio	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade
2003	48.026	53.744	16.506	11.333
2010	68.976	68.142	35.423	12.075
2014	85.371	77.640	37.809	11.925
Área ocupada pelos imóveis por classe de propriedade				
	Minifúndio	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade
2003	924.860	4.101.181	8.480.208	16.137.350
2010	1.288.889	4.776.506	10.442.790	16.959.650
2014	1.783.763	5.918.711	11.029.868	16.583.743
Variação percentual da área (ha) por classes de propriedade no período				
Período	Minifúndio	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade
2003-2010	39	16	23	5
2010-2014	38	24	6	-2
Variação percentual do número de imóveis por classes de propriedade no período				
Período	Minifúndio	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade
2003-2010	44	27	115	7
2010-2014	24	14	7	-1

Fonte: INCRA – Sistema Nacional de Cadastro Rural – 2015

Nesse sentido, os dados expressos nos gráficos e na tabela revelam que, mesmo com o aumento do número de pequenas propriedades, não há interferência no latifúndio, o que indica haver subdivisão entre as pequenas propriedades. O minifúndio e a pequena propriedade crescem quantitativamente, em ritmos mais lentos. A média propriedade apresenta um crescimento avançando sobre as pequenas, ao passo que as grandes propriedades, no período analisado, concentraram-se ainda mais, com tendência

à manutenção da expressão quantitativa, mesmo que entre os anos 2010 a 2014 tenha havido pequena queda. Os fatores podem estar na subdivisão das propriedades e na parte incorporada por assentamentos ou, mesmo, na subdivisão desta para a reformulação fundiária como médias propriedades.

Ademais, a origem e definição de latifúndio por si só expressa e caracteriza a sociedade. Conforme Stédile (2000), “a palavra latifúndio vem do latim *latifundiu*, e era utilizada já na Roma antiga, para caracterizar o domínio de uma grande área de terra por um único proprietário. Dessa forma, pode-se afirmar que a expressão latifúndio representa acima de tudo a designação para uma grande propriedade de terra.” (p.163).

A estrutura fundiária e a formação de latifúndio em uma sociedade são os fatores principais na definição da atividade econômica, do modelo de produção e do uso de técnicas e tecnologias a serem utilizadas. Quanto mais considerado a atividade tende a ser (na forma de monocultura, arrendamento capitalista, trabalho assalariado), mais máquinas e equipamentos de grande porte são exigidos, muitas vezes incompatíveis com a estrutura dos solos.

A perversidade do latifúndio está na sua natureza.

Quando uma pessoa, em nossa sociedade, se transforma em proprietária de terra, não detém apenas um direito de propriedade privada. Não apenas se apropria de um bem da natureza que, a rigor, deveria estar a serviço do bem comum de toda sociedade, para que os frutos de sua produção gerassem mais riqueza e bem-estar para a maioria da população. Na nossa sociedade capitalista, individualista, ser proprietário de terra extrapola o exercício legal de poder explorar e produzir em determinado espaço geográfico, podendo usufruir do resultado do seu trabalho aplicado naquela natureza. A terra em nossa sociedade se transformou numa falsa mercadoria. (STÉDILE, 2000, 167).

O latifúndio é uma construção social e histórica; tem origem na formação brasileira. Assim, tem causas e consequências sobre cuja formação o Estado foi o principal sustentáculo. No documento da CNBB (2014, p 35), fica bem explícito que “a concentração fundiária no Brasil conta, de longa data, com o instituto da grilagem criminosa de terras públicas e devolutas, favorecida pelo perante descontrole do poder público na execução legítima da política lítica fundiária”.

O latifúndio bloqueia o desenvolvimento equilibrado de uma sociedade; no caso de Goiás, a estrutura fundiária concentrada dificulta e impede a construção de alternativas de desenvolvimento do campo. Os assentamentos, mesmo com todos os limites estruturais, uma vez conquistados, imprimem à economia local um impacto positivo; surge nesta, no comércio, uma nova dinâmica. Basta circular pelas feiras no

interior para se perceber de onde vêm os produtos: todos dos assentamentos e das unidades de produção camponesa familiar.

Não existe uma única feira de produtos artesanais e ou alimentos organizada pelo segmento do agronegócio pela FAEG. Não se vê um latifundiário, grande pecuaristas ou empresário rural com banca vendendo frango caipira, guaruba, rapadura, verduras, carnes de porco caipira. Geralmente, na grande fazenda/latifúndio nem o sal para o gado é comprado no comércio local. Se depender da grade propriedade em Goiás, os goianos morrem de fome. Os insumos utilizados nas lavouras ou criação de gado extensivo, maquinários e implementos tudo é comprado fora, importado. Da mesma forma, a venda também é feita fora do comércio local. Um município ou região de estrutura fundiária concentrada não tem dinamismo econômico, social e cultural. É um território sem vida local no qual o dinheiro circula em esferas espaciais, ficando, em geral, muito pouco no município.

2.3.2 Questão Agrária reforma agrária e os novos sujeitos do campo

A questão agrária e a reforma agrária contemporânea estão no debate em escala mundial feito tanto nos organismos internacionais vinculados à FAO, no Banco Mundial, quanto nos parlamentos e no poder executivo, por pesquisadores e instituições de pesquisa quanto pelas organizações e movimentos de organização camponesa. Os debates giram em torno das seguintes questões: existe uma questão agrária contemporânea? Existe a necessidade de uma reforma agrária contemporânea? Que tipo de reforma agrária é necessária para responder aos desafios do campo, da agricultura e da classe trabalhadora? Qual o papel dos movimentos sociais, ou socioterritoriais, na luta pela reforma agrária contemporânea? Qual o papel dos acampamentos e assentamentos na realização da reforma agrária? Que papel e importância têm os conflitos para a realização da reforma agrária contemporâneos? Qual o papel do Estado e dos governos?

Inicialmente, apresentamos uma definição de Questão Agrária e sua relação com as demais questões abordadas, mesmo reconhecendo que se trata de questões polêmicas, uma vez que envolvem concepções de mundo, de campo e de agricultura. O debate e embate conceitual, contudo, dá-se tanto na academia como na disputa política na sociedade. Iniciamos pela definição da *Questão Agrária*, expressão utilizada para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e

conhecer a natureza dos problemas das sociedades, em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país. (STEDILE, 2012)

Para Fernandes (2004) compreender a dinâmica da questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores envolvidos com a ciência social, uma vez que envolve uma concepção de mundo e interesses de classes. Está diretamente relacionada com os conflitos e a luta de classes. “Compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das ciências humanas. A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras, porque os cientistas que pensam este tema constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo” (FERNANDES, 2004. p.3).

A origem da questão agrária como ciência, estudo, pesquisa, preocupação de sistematizar e organizar o pensamento estão na origem do modo de produção capitalista e sua ramificação na agricultura, no arcabouço teórico de teses sobre o papel da agricultura no desenvolvimento do modo de produção capitalista, quando se estuda a relação entre capitalismo e agricultura capitalista. Em relação às experiências socialistas, a questão agrária é pensada a partir das bases e princípios do modo de produção socialista. Conforme explica Stedile (2011,(p.12).),

A expressão “questão agrária” foi introduzida pelos primeiros estudiosos de economia política, que analisaram como se desenvolvia o capitalismo na agricultura. Estes estudiosos são conhecidos também como “clássicos”, porque foram os primeiros a realizar estudos fundamentais sobre a forma de o capital se desenvolver nos diferentes modos de produção, em especial no capitalismo

Para Delgado (2013), Existe uma relação direta entre questão agrária e estrutura fundiária de uma sociedade. A ausência da reforma agrária tende ao conflito agrário quando esta não é tratada como Política de Estado para sua solução.

Segundo Delgado (2013, p. 1):

Uma “questão agrária” é sempre um mal estar provocado pela estrutura de propriedade, posse e uso da terra, que é objeto de expressão política. Mas quando o mal estiver social provocado pela estrutura agrária não é objeto de demanda política ou mesmo quando o sendo, não tem expressão política para promover uma reforma da estrutura agrária prevalecente, vivemos uma situação de conflito agrário permanente e difuso, ainda que ‘naturalizado’ pelo jogo do poder social dominante. A situação brasileira, desde a Constituição de 1988, mas principalmente desde a plena hegemonia da economia do agronegócio nos anos 2000 revela claramente um divórcio entre

a estrutura agrária real, daquela que a Constituição desenhou para regular o direito de propriedade rural.

Sampaio (2013) entende a questão agrária como obstáculo econômico, social, político e cultural; está, portanto, diretamente relacionada ao projeto de sociedade, de campo e de agricultura.

Na literatura clássica sobre a formação da agricultura capitalista, entende-se por “questão agrária” os obstáculos econômicos, sociais, políticos e culturais que uma dada estrutura agrária opõe ao desenvolvimento das relações necessárias para a constituição de uma sociedade nacional capaz de autodeterminar seu desenvolvimento. (SAMPAIO, 2013 p. 93).

Corroborando essa mesma linha de pensamento, no entendimento de que a questão agrária esta relacionada a um conjunto de questões estruturais da sociedade e que a concentração fundiária e a forma de exploração e uso dos solos são os principais obstáculos e problemas que impedem a implementação de outro projeto de campo e sociedade de equidade socioeconômica e socioambiental, segundo Stedile (2006, p. 78),

Aqui se está entendendo como “questão agrária” o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração do poder econômico, político e simbólico, criando sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento.

Para Fernandes (2004), a origem da questão agrária brasileira está imbricada na contradição do capitalismo como modo de produção e do capitalismo no campo, uma vez que este gera pobreza, exploração, miséria e todos os males causados pela concentração fundiária e a lógica funcional do sistema.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz, simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato por meio da *sujeição da renda da terra ao capital* [...] Nessa diferenciação, prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital (FERNANDES, 2004, p.4).

O conflito é parte constituinte do processo que envolve a questão agrária desde sua origem e permanece latente, acirrado e com tendência de elevação do grau de tensionamento devido a sua complexidade e à impossibilidade de conciliação dos polos e forças opostas, uma vez que envolve concepção de projetos. Fernandes (2004, p. 5) entende que “por essa razão, a questão gera continuamente *conflitualidade*. Porque é

movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato”. Esse movimento e processo dialético e continuo ganha dinâmica no processo de luta de classes (Fotografias 1 e 2). A disputa se materializa na questão do controle da terra, da produção, industrialização e comercialização, o que Oliveira (2012, p. 10) vai definir como sendo o processo de monopolização do território que subordina o campesinato.

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes.

Fotografia 1 - Estado de Goiás: ocupação da fazenda Santa Mônica, município de Corumbá; abrindo porteira retirando cercas, fazendo justiça social – 2014.



Fonte: <http://www.juliocearsilvalino.blogspot.com.br/search?updated-max=2014-08-11T10:04:00-03:00&max-results=50&reverse-paginate=true>

O conjunto de elementos e de definições sobre a Questão Agrária remete a uma compreensão e entendimento ampliado que vai além do campo ou da agricultura, uso e posse da terra em uma determinada sociedade, uma relação dialética espaço-temporal. Pensar a Questão Agrária é pensar em um projeto de sociedade, campo e cidade, um desafio que permanece latente e instigante na sociedade brasileira.

Fotografia 2 - Estado de Goiás: ocupação da fazenda Santa Mônica, município de Corumbá; abrindo porteira retirando cercas, fazendo justiça social – 2015



Fonte: <http://www.radioguaiba.com.br/noticia/mst-planeja-construir-casas-em-area-invadida-em-tapes/>

Mesmo tratando-se de conceitos e conteúdos próprios, a Questão Agrária e a reforma agrária devem ser entendidas como unidade dialética de análise, como resultado do processo de formação social e histórico, tendo a questão da terra como elemento central. Assim define Delgado (2014, p.38).

Questão agrária e reforma são conceitos interdependentes, mas autônomos. Ambos se reportam à estrutura agrária de uns pais ou região. O primeiro reflete uma determinada leitura de problematização da estrutura de propriedade, posse e uso da terra, historicamente identificada, por sujeitos sociais determinados. Mas o embate político da reforma agrária e o conteúdo socioeconômico da questão agrária seguem itinerários históricos próprios. Podem não coincidir no tempo histórico determinado a relação original da questão agrária e da reforma agrária, relativamente à natureza contemporânea dos problemas centrais da estrutura agrária.

Por envolver questões da dinâmica do processo espaço-temporal, a questão agrária precisa ser acompanhada e analisada, considerando-se essas mudanças no conjunto de novas variáveis que irão surgindo. Tudo isso junto com a dinâmica das transformações nos territórios e no próprio avanço das forças destrutivas no campo, resultado do avanço do capitalismo no campo e de suas contradições. Para a CNBB (2014, p. 101) o atual eixo da questão está relacionado ao atual estágio do agronegócio e à globalização financeira;

O eixo da atual questão agrária no Brasil gira em torno do impacto da globalização financeira sobre as decisões de políticas públicas dos últimos governos, em particular na questão da posse e uso da terra. Há uma nítida opção por privilegiar o agronegócio como fato preponderante de equilíbrio na balança comercial e reservas financeiras do país. Tudo isso é consequência da prioridade dada ao desenvolvimento econômico. Essa prioridade chega até a obscurecer os ganhos advindos da distribuição de renda dos programas sociais.

Corroborando a tese da CNBB, Sampaio Junior afirma que a Questão Agrária brasileira é estrutural, resultado de opção de classe por um modelo econômico e político historicamente imposto a partir de interesse do poder econômico e político da classe dominante sustentado pelo Estado.

O nexo entre a questão agrária e a problemática da formação do Brasil contemporâneo é definido pelos efeitos negativos do desemprego estrutural e da extrema concentração de renda e poder político e social sobre a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios do desenvolvimento capitalista. O problema deve ser visto na sua totalidade. A precariedade da situação do homem pobre no campo gera um vazio socioeconômico que associa o modo de funcionamento do padrão de acumulação e dominação capitalista dos dois condicionamentos fundamentais do capitalismo dependente: o controle do capital internacional sobre os elos estratégicos da economia e a perpetuação da segregação social como base da sociedade nacional. (SAMPAIO JUNIOR, 2013, p. 194).

Podemos estudar e analisar a questão agrária sob enfoques diversos, a partir de varias áreas da ciência e de visões de mundo: o esforço deve estar, no entanto, em ter uma visão de totalidade com o desafio de compreender o processo social histórico da formação socioeconômica, da agricultura e da luta de classe que a acompanha como parte da dinâmica da sociedade dividida em classes sociais. Da mesma forma, as particularidades regionais e locais, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo não se dá de forma homogênea e ao mesmo tempo, mas a partir das condições objetivas de cada espaço e território.

2.3.3 Uso e dependência de agrotóxicos e as diversas consequências

Anteriormente (no item 2.1), abordamos a questão da opção do uso do agrotóxico como vinculado a políticas de governo. Agora, consideradas todas as reflexões, neste item aprofundaremos o sentido (quem ganha e que perde) e como tudo isso atinge a população na totalidade de espaço produzido. A generalização do uso de

agrotóxico tem sido outra situação detectada. Sabe-se que os agrotóxicos têm origem da Guerra,

Ao final da I Guerra mundial (1914-1918), os alemães tinham grandes estoques de nitratos, usados na fabricação de explosivos. A indústria química os reciclou e introduziu na agricultura, que assim, foi a “lata do lixo” da indústria da guerra. Como fruto da guerra foram criadas para matar os homens e destruir suas plantações e não para beneficiar a humanidade (Gomez *apud* MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 92).

De acordo com a Lei federal nº 7.802 de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, os agrotóxicos são

Produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na produção das florestas nativas ou implementadas e em outros ecossistemas e também ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. São considerados também agrotóxicos, substâncias e produtos como desfolhantes e inibidores de crescimento (BRASIL, 2002, p.1).

Segundo dados da ABRASCO, citados por Facchini e Souza (2015), o Brasil é o país com maior consumo de venenos no planeta, e se faz um alerta sobre as consequências e impactos à saúde humana e ao ambiente por seu uso excessivo.

Desde 2008, o Brasil ocupa o lugar de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Os impactos na saúde pública são amplos, atingem vastos territórios e envolvem diferentes grupos populacionais, como trabalhadores em diversos ramos de atividades, moradores do entorno de fábricas, além de todos nós, que consumimos alimentos contaminados. Tais impactos estão associados ao nosso atual modelo de desenvolvimento, voltado prioritariamente para produção de bens primários para exportação (FACCHINI; SOUZA, 2015, p. 37).

O Brasil é o maior produtor de alimentos e, contraditoriamente, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Goiás está entre os quatro maiores produtores de alimentos transformados em mercadorias e na mesma posição em relação ao consumo de agrotóxicos. O debate relacionado à questão dos agrotóxicos está na pauta do dia e ganhando relevância na sociedade e no debate de um modelo para a agricultura. O debate e as questões gravitam em torno de um conjunto de questionamentos: é realmente necessário fazer uso de venenos para produzir alimentos? É possível fazer agricultura sem uso de agrotóxicos? Quem ganha com os agrotóxicos? Quais as consequências dos agrotóxicos para a saúde humana e para a ecologia? Não há dúvida de que se trata de uma das questões mais importantes e de interesse de toda sociedade,

uma vez que o uso dos agrotóxicos causa um conjunto de impactos e está diretamente relacionado ao modelo do agronegócio. Os maiores impactos são sobre a saúde humana e sobre o ambiente, do qual todas as formas de vida dependem para existir.

A questão dos agrotóxicos está relacionada com a concepção de agricultura e de campo. Para os defensores do modelo hegemônico do agronegócio, os agrotóxicos fazem parte do *avanço*, da “*modernização*” do campo, das forças produtivas e vieram para ficar. Propõem o aprofundamento do modelo, com novos tipos de venenos, mais *eficientes* em maior quantidade. Já os que defendem uma concepção de campo, de agricultura com os princípios da produção de alimentos saudáveis, da policultura de campo com camponês, condenam o uso dos agrotóxicos e defendem a agroecologia e a soberania alimentar. A opção pelo jeito de produzir não é uma escolha do agricultor, do camponês, mas é uma imposição do capital e do Estado a serviço do capital. Não foram os camponeses, agricultores que inventaram e desenvolveram os agrotóxicos. Ao contrário, são suas primeiras vítimas e, para sair dessa dependência, é necessário um conjunto de iniciativas e medidas que vamos aprofundar mais adiante.

Existe uma relação histórica entre a Segunda Guerra Mundial, o pacote agroquímico e ideológico da Revolução Verde e o uso intensivo dos agrotóxicos na agricultura. Fazem parte de um período e de uma estratégia das potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial e grandes corporações que passam a controlar as sementes, agroquímicos, máquinas e o processo produtivo na agricultura, processo explicado por Machado e Machado Filho (2014, p. 50).

Terminada a II Guerra Mundial – 9 de maio de 1945 – a economia mundial sai fragilizada, seja pela perda de milhões de seres humanos, combatentes e civis, seja pela destruição de bens materiais. Dos países “aliados” - URSS, USA, Grã-Bretanha - os Estados Unidos foram os que menos sofreu, pois entrou no “fronte” somente no final da guerra. A partir das perdas com o conflito, com a Europa destruída e o Japão arrasado, segundo dados confiáveis, havia milhões de pessoas famintas, especialmente nos países da África, Ásia e América Latina.

No contexto do pós-guerra, países destruídos, a fome, uma conjugação de fatores que permitiram a imposição de um modelo de agricultura em escala mundial surgem pesquisas e o financiamento de uma fundação que se utilizou dessa conjuntura para disseminar o pacote da chamada “Revolução Verde”. Mais que o verde da natureza está relacionada ao verde do dólar, moeda mundial. Nessa oportunidade, a Fundação Rochkefeller, norte-americana, financiou o trabalho de um grupo de “quatro jovens norte-americanos, dirigido pelo Dr. George Harrar, quem, mais tarde seria o presidente

dessa fundação para exportar a revolução agrícola dos Estados Unidos ao México” (Brown, *apud* MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p 51). Corroborando a mesma linha de raciocínio, Petersen (2015, p. 27), comentando o importante livro *Primavera silenciosa* de Raquel Carson⁵, afirma que esse

Livro representou um marco no despertar do ecologismo político ao desnudar publicamente os efeitos nocivos de uma tecnologia transplantada da indústria bélica para agricultura e que se disseminou globalmente após a Segunda Guerra Mundial, com o projeto político-ideológico da Revolução Verde. Não sem razão, Carson questionou o sentido de uma civilização que optou por travar uma guerra contra a vida. De fato, os agrotóxicos não podem ser compreendidos senão como armas de uma guerra não declarada, cujas vítimas humanas e não humanas são ocultadas por uma ciência como efeitos colaterais do emprego de uma tecnologia apresentada como indispensável.

A partir desse período, esse pacote é colocado mundialmente com um forte discurso ideológico de *desenvolvimento*, de *combate à fome* e de *progresso*, passando a ser defendido, assumido e financiado por organismos internacionais, criando-se órgãos de pesquisas em diferentes escalas espaciais com o objetivo de buscar adaptações e condições edafoclimáticas. Cada região implementa o pacote em seus diversos contextos, expandindo-se mundialmente.

O uso de agrotóxicos gera uma dependência cada vez maior, uma vez que, *pragas e ervas daninhas* criam resistência e os produtores precisam utilizar cada vez mais agrotóxicos para conseguirem o mesmo efeito. As empresas de pesquisa e produtoras de agrotóxicos (agora multinacionais e não mais nacionais) têm interesse em sustentar essa dependência e aumentar seus lucros. Esse modelo ganha força nos governos que o assumem, adotando-o e justificando-o como a única alternativa de projeto, conforme afirma Carneiro (2015, p. 37):

Existe uma escolha por parte dos últimos governos, principalmente dos federais, pela opção do agronegócio. Na medida em que prioriza que a balança comercial seja equilibrada pela exportação de commodities, o governo acaba fazendo uma opção pela reprimarização da economia. Isso aconteceu e vem crescendo desde o final do governo Fernando Henrique, governo Lula e Dilma. Esse é um processo muito perigoso, porque há uma desindustrialização e um incentivo a commodities minerais e agrícolas, que têm um valor muito menor na relação de trocas do comércio internacional. Então, o Brasil ficou dependente desse modelo, que é baseado no grande uso de insumos químicos. A própria monocultura é um sistema desequilibrado, que exige muito agrotóxico. Mas muitas pessoas estão ganhando com a implantação desse modelo. Como você pode ver a presidente da Confederação Nacional da Agricultura hoje é a Ministra da Agricultura. Isso demonstra que pessoas ligadas ao agronegócio já controlam o aparelho do Estado, financiamentos, e aí fica uma luta entre Davi e Golias.

⁵ Obra publicada pela primeira vez em 1962.

Este modelo só se viabiliza com apoio do Estado e dos governos de plantão. O uso dos agrotóxicos e insumos químicos vem aumentando significativamente na agricultura e, com isso, aumenta a dependência e acirra as contradições entre os interesses das grandes empresas transnacionais de insumos e agrotóxicos, e os produtores do próprio agronegócio em Goiás, que ficam como reféns, pois

A **Monsanto** é uma das maiores empresas do mundo e a número um em sementes transgênicas. No mundo, 90% dos cultivos modificados geneticamente contam com seus traços biotecnológicos. Um poder total e absoluto. A **Monsanto** está na liderança da comercialização de sementes e controla 26% do mercado. Mais longe, vem a **DuPont Pioneer**, com 18%, e **Syngenta**, com 9%. Somente estas três empresas dominam mais da metade do mercado, com 53% das sementes que são compradas e vendidas em escala mundial. As dez maiores controlam 75% do mercado, segundo dados do **Grupo ETC**. O que lhes proporciona um poder enorme na hora de impor o que se cultiva e, conseqüentemente, o que se come. Uma concentração empresarial que aumentou nos últimos anos e que corrói a segurança alimentar (VIVAS, 2014, p. 1).

O controle exercido pelas poucas empresas, mas que atuam em escala mundial, tem relação direta com a escala local e é a principal causa da concentração fundiária. Uma vez que a dinâmica e os processos locais passam a ser determinados por essas empresas que subordinam o território local a sua lógica e perversidade, os produtores locais, ao serem dominados pelas grandes corporações, têm os custos de produção aumentados. Esse aumento do custo de produção é um dos principais fatores que reproduzem a tendência à concentração fundiária, pois para compensar os maiores custos de produção e risco de menores lucros de venda, os produtores precisam intensificar sua produção e aumentar sua área, aumentando assim o total da produção do estado, que gera pressão baixíssima no preço final pago aos produtores pelas tradings, em maioria, também transnacionais. Dessa forma, a dependência dos agrotóxicos se torna um dos principais fatores gerando contradições internas ao agronegócio, agravando a concentração de terra com todas as contradições acima apresentadas.

Ainda mais, o uso e dependência de agrotóxicos causam graves problemas ambientais de contaminação de solos e águas discutidos abaixo e, mais imediatamente, causam também graves problemas sociais de saúde humana. Dessa forma, cria-se também uma contradição entre os interesses dos que lucram com o agronegócio e o resto da sociedade, que se beneficiaria de alimentos mais saudáveis e reduziria o custo social de saúde pública. Atualmente, o agronegócio gera grande custo para o estado, causando problemas de saúde diretamente, mas não contribuindo diretamente para

financiar o atendimento à saúde. Conforme Silva e Moura (2015) o uso do agrotóxico pelo agronegócio parece estar sempre desvinculado dos problemas que causa, visando apenas à ampliação do atendimento e à reprodução do capital, garantindo cada vez mais bases lucrativas às empresas⁶.

Os autores explicam que

Com isso, o risco de morte é parte da cotidianidade do trabalho no campo. Segundo a ABRASCO (2012), 59,9% dos casos de intoxicação no Brasil ocorrem nas atividades agrícolas. As condições a que são submetidos os trabalhadores rurais é uma das responsáveis por esse dado. Segundo o Censo Agropecuário (2006), mais de 973 mil estabelecimentos utilizaram pulverizador costal para aplicar agrotóxicos, enquanto 74,5 mil fizeram uso do pulverizador estacionário, 379,5 mil adotaram a tração mecânica e animal e 10 mil realizaram a aplicação com aeronaves. O primeiro está amplamente distribuído na agricultura nacional e promove o contato direto do aplicador com o veneno, enquanto o último amplia exponencialmente a área atingida pelas aplicações (SILVA e MOURA, 2015, p.11).

E acrescentam que,

No ano de 2012, de 1.665 amostras de alimentos analisadas pela ANVISA, 29% apresentaram índices insatisfatórios, com a presença de agrotóxicos não autorizados, ou acima dos limites máximos autorizados. Já dentre as demais 71% das amostras que não possuíam agrotóxicos não autorizados, 36% continham a presença de resíduos de agrotóxicos autorizados, enquanto somente 35% se mostraram satisfatórias e sem resíduos (SILVA; MOURA, 2015, p.12).

2.3.4 A perda e a contaminação de solos e a ameaça à biodiversidade

O segredo da vida é o Solo porque do Solo dependem as plantas, a água, o clima, e nossa vida. Tudo esta interligado. Não existe ser humano sadio se o Solo não for sadio (PRIMAVESI, 2015, p.1)

Os solos, água e a biodiversidade são elementos fundamentais para o exercício da agricultura e para manter e preservar todas as formas de vida. As técnicas, formas de usos e manejo desses elementos são determinantes para a orientação do fazer a agricultura. O fazer agricultura está relacionado com a cultura, com a relação com a terra, com água, com biodiversidade, com a maneira de lidamos e nos relacionarmos com nossa espécie e com as demais, uma vez que uma depende da outra pra existir.

⁶ Assim, referem-se Silva e Moura (2015, p. 8) que a “legitimidade delas é construída pelo discurso hegemônico, hábil em criar inimigos: “ervas-daninhas” e “pragas” são expressões que servem à construção da materialidade do capital”.

Serve de orientação e definição do chamado modelo de agricultura. A agricultura é uma construção social histórica.

Os primeiros indícios de agricultura registrados na História foram encontrados na Mesopotâmia, região do Oriente Médio, lá onde hoje está o Iraque. Começamos plantando trigo e cevada, e criando cabras e carneiros. Depois é que vieram os porcos, os bois, e assim por diante. Foi assim que nos tornamos sedentários. Aprendendo a jogar as sementes no solo, a regar as plantas a colher, e também a domesticar animais. (MITSUE, 2001, p. 8)

Sendo a agricultura uma prática milenar que acompanha a evolução da espécie humana, podemos afirmar que existem formas, tipos e jeito de fazê-la. Por isso, não há um único modelo como os ideólogos e defensores do agronegócio e modelo industrial tentam fazer-nos acreditar.

Na verdade toda forma de agricultura praticada em um tempo e lugar aparece em princípio como um objeto ecológico e econômico complicado, composto por várias categorias de estabelecimentos que explicam diferentes tipos de solos e diversas espécies de plantas e animais. Além do mais, as formas de agricultura observáveis variam conforme o lugar, a tal ponto que de uma região do mundo a outra, podemos classificá-las em gênero muito diferente. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 43-44).

O jeito de fazer agricultura é fundamental, pois esta pode ser predadora, ou pode ser equidade ecológica, seja de produção de mercadorias, ou produção de alimentos, alimentos saudáveis ou contaminados. Pode ser feita por pessoas/camponeses ou trabalhadores assalariados, uso de tecnologias apropriadas para cada condição edafoclimática, ou modelo industrial padronizado. Pode ser monocultura ou policultura; pequenas unidades de produção ou grandes extensões; concentradora de renda ou de economia popular; individualizada ou cooperada. Portanto, o jeito de fazer agricultura está relacionado à concepção de campo, de cultivo, uso da terra e da própria sociedade. No modo de produção capitalista está relacionada à luta de classes, à correlação de forças e à conjuntura de cada período histórico.

A lógica da produção do agronegócio gerou, e continua gerando, de um lado a destruição de ecossistemas complexos, pois se realiza em grandes extensões territoriais e substitui a vegetação nativa por espécies agrícolas de valor comercial como a soja, o milho, o algodão, a cana-de-açúcar etc. Essas culturas resultam de espécies produzidas como parte dos avanços das pesquisas biotecnológicas, assim constituem-se em agrobiodiversidades exógenas e simplificadas, que dependem, ao contrário da biodiversidade natural, de controle químico de pragas e doenças, pelas plantas melhoradas geneticamente ou por mecanismos da engenharia genética que produz variedades que contêm em seu *gene* a defesa contra o ataque de pragas (CALAÇA, 2010, p. 11).

Para pensar e fazer agricultura, é necessário e fundamental refletir sobre a questão da agrobiodiversidade e da biodiversidade de cada local onde se está praticando agricultura. A natureza não homogeneiza: é preciso ser considerada sua formação e dinâmica. Por definição, segundo Machado (2012) “o termo agrobiodiversidade é formado por *agro*, do latim, campo, cultura, *bio*, do grego, vida, e diversidade. Significa, portanto diversidade de vida no campo, das culturas” (p. 46). Já biodiversidade, segundo o referido autor “é a existência, numa dada região, de uma grande variedade de espécies de plantas, ou animais” (*Ibidem*). Para ele, ambas formam uma unidade dialética.

A agrobiodiversidade é um componente da biodiversidade e com ela se confunde. Não existe na natureza nenhum bioma singular: mesmo nas regiões inóspitas - geleiras, deserto, paramos - há sempre várias formas de vida. A vida sempre depende de outra vida. É a cadeia trófica. Quando se interrompe uma cadeia biológica com uma monocultura, por exemplo, todo bioma é agredido. Todos os indivíduos e espécies que estão inter-relacionados são destruídos. Nesta perspectiva, a agrobiodiversidade é um pressuposto, uma condição para a existência de vida no [campo] e, por consequência, na natureza, no mundo (MACHADO; MACHADO FILHO. 2014 p. 67).

Há uma relação direta entre o jeito de fazer agricultura, forma de uso dos solos e a biodiversidade. Uso intensivo dos solos é seu esgotamento e as consequências para produção de alimentos, (THOMAZ, 2008) afirma que “o uso da terra influencia as características biofísicas do solo como: rugosidade superficial, compactação, estabilidade de agregados, credibilidade, matéria orgânica, etc” (p. 33-34). Cada ambiente tem uma formação de solo e uma intervenção sofrida tem suas consequências. Estudos e pesquisas que estão sendo realizadas apontam um conjunto de informações e dados preocupantes para o futuro da agricultura no planeta; em algumas regiões ela já está comprometida, pois o uso incorreto dos solos pelo modelo agrícola hegemônico está destruindo a biodiversidade.

Estudo colaborativo publicado no início de abril pela **revista Nature** faz uma revisão sem precedentes do impacto das mudanças do uso do solo sobre a **biodiversidade global** desde 1500. Em 2005, a expansão da ocupação humana, sobretudo via agricultura e pecuária, já havia reduzido em 13,6% o número de espécies dos ecossistemas locais, tomando como base a biodiversidade existente **pré-Revolução Industrial**. Essa média esconde grandes variações regionais. Nos países do oeste da Europa, as perdas foram mais dramáticas, entre 20% e 30%. As áreas mais afetadas chegaram a perder uma em cada três espécies nesse período e - não é surpresa - a maior parte dessas perdas foi registrada nos últimos 100 anos (SCHARF, 2015, p. 1.).

Um dos aspectos que se destaca nessa dissertação é o processo acelerado da destruição da biodiversidade, relacionado ao avanço das forças produtivas capitalistas. Quanto mais as forças produtivas se desenvolvem, maior a destruição das condições naturais.

Hoje, usa-se ainda a agricultura irrigada porque há uma pequena reserva nos aquíferos. Mas, daqui a cinco anos, não haverá mais essa pequena reserva. Estamos colhendo os frutos da ocupação desenfreada que o agronegócio impôs ao Cerrado a partir dos anos 1970: entraram nas áreas de recarga dos aquíferos e, quando vêm as chuvas, as águas não conseguem infiltrar como antes e, como consequência, o nível desses aquíferos vai caindo a cada ano. Vai chegar um tempo, não muito distante, em que não haverá mais água para alimentar os rios. Então, esses rios vão desaparecer. (DIAS, 2014, p. 2).

A respeito destas situações, Altair Sales Barbosa faz um conjunto de observações e alertas,

O Cerrado é um tipo de ambiente em que vários elementos vivem intimamente interligados uns aos outros. A vegetação depende do solo, que é oligotrófico [com nível muito baixo de nutrientes]; o solo depende de um tipo de clima especial, que é o tropical sub-úmido com duas estações, uma seca e outra chuvosa. Vários outros fatores, incluindo o fogo, influenciaram na formação do bioma – o fogo é um elemento extremamente importante porque é ele que quebra a dormência da maioria das plantas com sementes que existem no Cerrado (*Ibidem*).

O modelo de agricultura imposto no Cerrado com o pacote da Revolução Verde a partir da década de 1960 e consolidado com o agronegócio como modelo hegemônico em todo estado de Goiás, destruiu e desarticulou todas as condições naturais da vegetação e dos solos. Assim, não se altera apenas a paisagem, mas se mudam profundamente as bases estruturais de todo o sistema com consequências irreversíveis; talvez seja essa a principal contradição e limite desse modelo em curso: um processo muito rápido de destruição dos Cerrados, conforme explica Barbosa:

Até meados dos anos 1950, tínhamos o Cerrado praticamente intacto no Centro-Oeste brasileiro. Desde então, com a implantação de infraestrutura viária básica, com a construção de grandes cidades, como Brasília, criou-se um conjunto que modificou radicalmente o ambiente. A partir de 1970, quando as grandes multinacionais da agroindústria se apossaram dos ambientes do Cerrado para grandes monoculturas, aí começa o processo de finalização desse bioma. Ou seja, o homem sendo responsável pelo fim desse ambiente que é precioso para a história do planeta Terra. (*Idem*, p.1)

O processo de destruição dos Cerrados é causado por um modelo de produção onde as forças destrutivas implementadas na agricultura em 75 anos foram suficientes para destruir um ambiente natural que levou milhões de anos para ser formado. A

necessidade de discutir as causas, apontar os responsáveis para entender as consequências a fim de que não se naturalize uma ação deliberada de uma lógica sistêmica, parte de um projeto de classe cujo objetivo é acumular riquezas não importando as consequências.

O Cerrado goiano está hoje reduzido a menos de 20% de sua cobertura original. Além da diminuição de água pela evaporação, com a retirada da vegetação, seus solos ficam expostos a toda sorte de intempéries, acrescidas das ações predatórias do homem “civilizado”. Desse intenso processo de meteorização química e mecânica das rochas, decorrem diferentes formas de erosão que produzem solos lixiviados, assoreamento de cursos d’ água, diminuição do potencial hídrico de superfície e subterrâneo, desertificação em manchas crescente, entre outras modalidades de impactos ambientais que colocam em risco a relação de independência homem-natureza e a própria sobrevivência das espécies inclusive a humana. (BARBOSA; SCHMITZ; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2014, p. 308)

Nessa citação identifica-se e se afirma um conjunto de impactos causados pelo modelo hegemônico do agronegócio, fato que vai ao encontro da constatação demonstrada, conforme Shiva (2013), de que este modelo está esgotado, pois, ao se destruírem as condições estruturais e a fertilidade natural dos solos se está condenando e comprometendo o futuro da produção de alimentos. As causas estão na opção de modelo, na retirada da vegetação e na forma de manejo e uso intensivo da monocultura, químicos e venenos, impondo uma lógica e tempo do capital sobre a natureza, o que se torna uma das maiores contradições e limites do próprio modelo hegemônico. Essa destruição causada por esse modelo beneficia um pequeno segmento da sociedade, principalmente as empresas/corporações que produzem e comercializam o sistema financeiro e agroindustrial, mas implicando consequências para toda a sociedade. Em síntese, pode-se afirmar que poucos ficam com os lucros e a grande maioria da sociedade com os prejuízos. Essa imposição de modelo de agricultura no Cerrado pelo Estado brasileiro fica explícita em Estevam (2004, p. 159):

O Estado brasileiro caracterizou-se como o principal veículo de generalização das relações capitalistas no campo. No caso dos Cerrados, a opção pela escala empresarial foi explícita e determinante; como enfatizou o Ministro Reis Velloso, “o Cerrado não gosta da agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência”. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de modernização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil. (p. 159).

Essa afirmação do Ministro Velloso sintetiza toda a análise que estamos desenvolvendo, ao confirmar que o modelo hegemônico não foi uma escolha dos

camponeses, mas sim uma imposição do capital amparado pelo Estado e pelos governos. Uma imposição com uma carga ideológica de preconceito contra o campesinato e a agricultura camponesa, que, historicamente, tem alimentado os goianos. Reafirma o papel fundamental do Estado para impor o modelo hegemônico, faz uma apologia dos agroquímicos, de um tipo e padrão tecnológico voltado à agricultura capitalista.

Foi justamente essa imposição de modelo que destruiu o Cerrado, contaminou solos, destruiu a biodiversidade e teve como consequência um conjunto de contradições socioeconômicas, socioambientais discutidas em todo o trabalho.

2.3.5 Perda e contaminação das águas

Uma das crises latentes na humanidade está relacionada ao uso e à contaminação das águas no planeta. Também há de se considerar que o uso da água para alimentar o modelo hegemônico de produção rural em Goiás é mais um dos limites e contradições desse modelo. Em entrevista, ao repórter Gabriel Diaz (2014 p.1), Vandana Shiva afirma que

A água é o próprio sangue da vida. Compõe 70% do planeta, 70% das plantas, 70% do nosso corpo é água. Sem água não há vida. A água circula através de todas as espécies e pelo ciclo hidrológico, que conecta a todos em uma comunidade. É a comunidade da água. Eu considero a questão hídrica a mais grave e mais emergencial no mundo. Sem água não há vida, ela é essencial para a sobrevivência do ser humano e de todos os seres vivos. A falta de água é morte imediata em qualquer circunstância. No Brasil não estamos livres do problema da água. Muita dessa água está sendo contaminada com despejo de efluentes, agrotóxicos, químicos e com a eminência da exploração de gás de xisto, por exemplo, onde a técnica usada para fraturar a rocha pode contaminar as **águas subterrâneas**.

Assim, por falta de cuidados, o uso exagerado com a finalidade e reprodução do lucro, é a certeza da destruição da vida na terra, pois nesse movimento, estamos também nos destruindo. Isso pode ser demonstrado pelo referido perceptual poluente que fazemos:

O aumento da poluição por inseticidas provoca uma redução da biodiversidade aquática, alertam os cientistas. De acordo com eles, os níveis de concentração autorizados atualmente implicariam já numa redução de 30% dos macroinvertebrados bentônicos, pequenos animais que vivem no fundo dos rios. A intensificação da agricultura representa um aumento de mais de 750% da produção de pesticidas entre 1955 e 2000, uma indústria que representa um mercado de US\$ 50 bilhões em todo o mundo (GI-GLOBO, 2015, p.1).

Além disso, como a água é parte básica da composição de todos os seres vivos do planeta, inclusive o ser humano, ela está presente nos alimentos vegetais e animais. O comércio de produtos no âmbito do mercado em escalas, do local ao global, faz-se também transportando água. Tal situação foi demonstrada por Thais Lobo (2012, p. 1) em reportagem, na qual afirma:

Contêineres saem diariamente de portos na costa brasileira abarrotados de carne bovina, soja, açúcar, café, entre outros produtos agrícolas exportados para o mundo. Mas dentro deles há um insumo invisível, cujo valor ultrapassa cálculos estritamente econômicos. Ao longo do ano, o Brasil envia ao Exterior cerca de 112 trilhões de litros de água doce, segundo dados da UNESCO - o equivalente a quase 45 milhões de piscinas olímpicas ou mais de 17 mil lagoas do tamanho da Rodrigo de Freitas. Tantos litros são o total dos recursos hídricos necessários para produzir essas commodities. E colocam o país como o quarto maior exportador de “água virtual”, atrás apenas de Estados Unidos (314 trilhões litros/ano), China (143 trilhões litros/ano) e Índia (125 trilhões litros/ano).

Ademais, a questão do uso e da disputa pela água no Brasil está relacionada ao modelo de agricultura, conforme dados do Caderno de Conflitos, que apontam para o aumento dos conflitos por água; conforme Malvezzi (2014, p. 99),

O ano de 2014 teve o maior número de conflitos por água, segundo os registros da CPT: 127 ocorrências envolvendo também o maior número de famílias 42.815 no total. Se multiplicarmos pelo número médio de cinco pessoas que compõe uma família brasileira, então 214.075 pessoas estiveram envolvidas nesse tipo de conflito naquele ano.

Esse aumento de conflito por água está também relacionado à disputa pela terra, uma vez que as causas são as mesmas, isto é, resultam da atual fase do capitalismo e da estratégia dos capitalistas de transformar os bens naturais em mercadorias. Se a água é um bem fundamental logo ela é base de disputa. Sobre o uso da água no Brasil e em Goiás, Moore Junior e Nicácio (2014, p. 443) explicam que

No Brasil, a vazão total consumida no ano de 2010 foi da ordem de 1.161 m³/s-1 dos quais 72% para irrigação, 11% para dessedentação animal, 9% para abastecimento humano urbano, 7% para uso industrial e 1% para abastecimento humano rural, conforme dados da Agência Nacional de Água (ANA) [...]. Em Goiás, nesse mesmo ano, a demanda total dos usos consuntivos foi de 192,02 m³/s-1, o que representa 8,09% da demanda nacional. Assim como nos cenários brasileiro e mundial, o uso consuntivo mais expressivo é para irrigação, que representa 66% da demanda goiana, seguido pelo uso industrial, com 19%, o uso urbano, com 8%; e a dessedentação animal, com 7%, ainda conforme dados da ANA.

A questão da água está no centro dos debates e envolve pensar as práticas de seu uso. Caso não se repensem essas práticas, os problemas e as consequências são imprevisíveis. Os estudiosos dessa questão têm afirmado que não se trata de uma diminuição das águas, mas sim, que o grande problema está na sua contaminação, relacionada principalmente com a retirada da vegetação natural e da quantidade de químicos e venenos jogados nos solos, que por sua vez infiltram contaminando as águas do subsolo.

Outra questão importante ao se discutir a relação da localização geográfica dos Cerrados e, por esta Goiás está situado em ponto estratégico de origem e alimentação das principais bacias hidrográficas do Brasil e subcontinentais do continente sul-americano.

No sistema Biogeográfico do Cerrado, o lençol freático se forma diferentemente nos diversos subsistemas. Nos Subsistemas de Campos, também conhecidos pelas denominações de Chapadões ou Campinas Tabulares, o lençol freático é profundo e constitui-se no grande alimentador dos aquíferos. E, dependendo da natureza do solo, a água das chuvas que é infiltrada se desloca de forma rápida em direção aos aquíferos. Nos chapadões de origem lacustre, a infiltração é mais lenta e depende exclusivamente das formas vegetacionais nativas. Nos Subsistemas de Cerrado *stricto sensu* e Cerradão, situados nos interflúvios, a água da chuva, que se infiltra no solo, forma um lençol freático rico e abundante, mas também é profundo. Grande parte das águas pluviais escorre, de acordo com a declividade dos terrenos, para o leito dos rios. (BARBOSA; SCHMITZ; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2014, p. 329)

Os elementos acima referidos sobre a questão da água são pontos fundamentais para a disputa de projeto, reafirmando o que temos demonstrado no desenvolvimento desta dissertação a respeito da necessidade de pensar a questão agrária e a Reforma Agrária relacionadas ao conjunto de outras situações e aspectos de ordem socioeconômica e socioambiental. Ou seja, ver a proposta de mudança de forma articulada, como unidade dialética, para melhor poder analisar e compreender o atual modelo hegemônico, seus limites e contradições e, nessa direção, poder sugerir e apontar caminhos de transformação do campo em Goiás. A forma fragmentada da agricultura da economia e, ou da sociedade, não nos permite apreender a totalidade atual e, assim, pensar no devir de outra sociedade.

O conjunto de questões que apresentamos neste capítulo reforça nosso entendimento e convicção de que o modelo de agricultura hegemônico é inviável e está esgotado. Portanto, reafirmamos que precisa ser superado e sua superação passa por repensar as questões do uso e posse da terra em Goiás e no Brasil. Será com essas bases

que seguiremos na defesa da democratização da posse da terra e de uma reforma agrária de novo tipo, o que discutiremos mais profundamente no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - CONTRADIÇÕES E CONFLITOS NA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO: NOVOS ELEMENTOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E GOIANA.

A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controles sociais e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras (Programa Agrário do MST, 2013, p. 261).

Nota-se que o processo de expansão do agronegócio discutido no capítulo anterior, com base nas especificidades da territorialização do capital no Brasil e em Goiás gera contradições socioambientais. Isso o leva ao esgotamento do modelo hegemônico recolocando a questão agrária como central para se analisar criticamente o modelo de *desenvolvimento* da agricultura, do campo e da sociedade. No entanto, é necessário compreender as contradições e limites desse modelo hegemônico, para que possamos situar melhor o lugar da reforma agrária nesse contexto, assim como também os novos Sujeitos da questão agrária neste início do século XXI.

Neste capítulo demonstramos como e por que a *questão fundiária* - sua concentração ou redistribuição - se mantêm como tema fundamental para entender as contradições desse processo. É a partir disso que se abrem campos de possibilidades para que, através da luta, seja possível construir um novo projeto social e uma forma de desenvolvimento baseada na proposta de uma “Reforma Agrária Popular”. A concentração da terra gera desde sua origem graves problemas de desigualdades econômicas e sociais, mas, com a expansão do agronegócio, novas contradições ambientais se desdobram em um círculo vicioso que agrava ainda mais os problemas sociais e econômicos decorrentes da concentração fundiária. Os próprios produtores rurais de Goiás se encontram cada vez mais pressionados e dependentes das empresas do agronegócio que controlam as sementes e agrotóxicos, o processamento, e a comercialização de produtos agrícolas - de um lado, seus custos de produção aumentam cada vez mais, por outro, seus lucros de venda caem. É preciso aumentar a área de produção e ou a produtividade; caso contrário, podem inviabilizar-se economicamente, sendo forçados a abandonar a terra, reforçando assim o ciclo de concentração fundiária.

Há uma lógica perversa nesse modelo hegemônico que reside na sua natureza. Esta, conforme explica Stédile (2015, 1) nos revela que

O modelo do agronegócio é apenas um modelo de se ganhar dinheiro. Seu único objetivo é ter lucro, não importa se vão destruir a natureza, se vão usar venenos, se desempregam pessoas. Nos últimos dez anos, apesar de termos um governo progressista, o agronegócio expulsou em torno de 4 milhões de trabalhadores assalariados. O trabalho humano foi substituído por máquinas e pelo **veneno**. O uso do veneno, por esse modelo, não é uma necessidade agrônômica. Para se produzir não precisa veneno, que é usado como uma forma de substituir a mão de obra que antes fazia as práticas agrícolas com tempo de trabalho, por exemplo, a capina, um plantio mais cuidadoso. Agora, é máquina e veneno. Primeiro, para substituir a mão de obra. Segundo, como são **monoculturas** em larga extensão - ou só soja, ou só laranja, ou só algodão, ou só pasto - têm de matar, na lógica deles, todas as outras formas de vida vegetal ou animal. Não praticam uma agricultura. Querem produzir uma commodity. O veneno é a forma de matarem tudo que não é soja, que não é laranja, tudo que não é algodão.

A dependência desse sistema de produção do latifúndio, dos subsídios do governo, dos agrotóxicos se transforma também em uma forma de dependência de mercados internacionais, que subordinam o território de Goiás a lógica e o metabolismo do sistema aos interesses do capital transnacional. Essa contradição interna do próprio sistema de produção do agronegócio afeta não somente os produtores rurais que se reproduzem nesse processo, mas principalmente as comunidades camponesas e de trabalhadores rurais, que são expulsos e explorados cada vez mais no campo.

Na atualidade, em Goiás, observamos a formação de novas formas de lutas por terra (a Reforma Agrária Popular), com novas técnicas, para superação do agravamento cíclico da “revolução verde” com base na agroecologia. Soma-se a essa proposição a importância da orientação para os novos Sujeitos da Reforma Agrária Popular - uma população proletarizada ou semiproletarizada, essencialmente urbana, embora, em gerações pretéritas, tendo origens no campo. Através da luta pela terra e de forma coletiva, como resultado do conflito criam-se novos sujeitos que denominamos Novo Camponês.

Para melhor compreendermos as contradições desse processo e os novos elementos a serem analisados, a primeira seção deste capítulo faz uma breve apresentação do discurso conjunto do Governo estadual de Goiás e da classe de produtores rurais, representados pela FAEG, no qual é apresentado como solução para as crises socioeconômica e socioambiental o aprofundamento do modelo de produção do agronegócio. Discurso ideológico carregado da naturalização deste. Em seguida, questionamos ponto a ponto esse discurso do Estado e do agronegócio, desconstruindo esse argumento, com base nas contradições socioambientais fundamentadas na concentração de terra, renda e riqueza. Essa seção aborda em sequência as contradições decorrentes: da concentração fundiária, uso e dependência de agrotóxicos, perda e

contaminação de solos, perda e contaminação das águas, concentração de renda e riqueza, migração do campo, problemas urbanos e, finalmente, a dependência do mercado internacional, que subjuga o território goiano às demandas do capital transnacional. Na última seção, identificamos entre os novos temas da Questão Agrária a formação da luta pela Reforma Agrária Popular, a agroecologia como matriz de produção massiva de alimentos e os novos Sujeitos da luta pela terra em Goiás.

Por final, este capítulo conecta essas novas questões da problemática Agrária em Goiás com o contínuo agravamento das contradições do agronegócio, abrindo, assim, novas perspectivas para um Projeto social e nova forma de desenvolvimento.

3.1 Os Limites e contradições socioambientais do agronegócio

As contradições geradas no processo de desenvolvimento do capitalismo são inerentes ao sistema ou partes constitutivas dele; as mudanças/avanços das forças destrutivas vão deixando rastros e marcas profundas de destruição, não só no campo, como em toda a sociedade. A respeito das contradições Benayon (2015) afirma que “na agricultura, privilegia-se a grande escala, segundo as regras dos cartéis mundiais do agronegócio e suas *tradings*, abusando-se dos agrotóxicos, transgênicos e fertilizantes químicos, para grande dano dos solos e da saúde pública”(p.1).

Identificar as contradições fundamentais desse projeto permite apontar seus limites e, ao mesmo tempo, apontar caminhos alternativos para o campo e a agricultura, numa perspectiva de atender ao conjunto da sociedade. O exercício da análise crítica propositiva identificando suas causas para entender as consequências significa ir para além da aparência, discutindo a essência. Tudo isso é fundamental para por em discussão projetos que vão além dos aspectos gerais da economia, ou de conjunturas, mas que os compreendam na sua totalidade. Parte-se, assim, de uma visão estratégica, em que o contraditório compareça e ajude a dar qualidade para além do debate acadêmico, tendo como perspectiva o pensar e o agir para a sociedade em geral.

Todos os projetos vêm com um discurso e uma carga ideológica e são apresentados sob o manto do *desenvolvimento*, do *progresso*, do *crescimento econômico*. Quem questiona é caracterizado com sendo do contra e, logo, ganha a pecha de atrasado e um conjunto de outros adjetivos desabonadores. Isso retrata bem o atual estágio do modo de produção capitalista, em que a lógica, ainda plenamente em voga, é

acumular/ganhar dinheiro a qualquer custo. Boff (2015, p. 1) define precisamente as características do capitalismo nessa atual fase:

Vejamos rapidamente algumas de suas características: finalidade da vida: acumular bens materiais; mediante um crescimento ilimitado produzido pela **exploração sem limites** de todos os bens naturais; pela mercantilização de todas as coisas e pela especulação financeira; tudo feito com o menor investimento possível, visando a obter pela eficácia o maior lucro possível dentro do tempo mais curto possível; o motor é a concorrência turbinada pela propaganda comercial; o beneficiado final é o indivíduo; a promessa é a felicidade num contexto de materialismo raso.

A lógica sistêmica do modo de produção capitalista é ganhar mais em menos tempo. Para alimentar o metabolismo, é preciso produzir e vender mercadorias. A questão que precisamos incluir como parte da análise é se realmente é este o único caminho; se não, quais seus limites? Para isso é fundamental que tenhamos compreensão do conceito de desenvolvimento. Corroboramos Pomar (2014, p. 1), que afirma:

O conceito de desenvolvimento pode ser utilizado em vários campos do conhecimento e da atividade humana. Está sempre atrelado a algum adjetivo seja, humano, econômico, sustentável, pessoal, social, ambiental, histórico, matemático, cultural, político etc. Tudo indica que tal conceito emergiu na filosofia clássica alemã para diferenciar as mudanças qualitativas (transformações ou metamorfoses) que qualquer tipo de matéria ou conhecimento sofre no decorrer de um processo de mudanças parciais, crescimento, adiantamento, progresso ou evolução quantitativa.

Partimos da concepção, da visão de forma ampliada, da leitura da totalidade das relações, nas quais as características do desenvolvimento envolvem elementos culturais, ecológicos, políticos, sociais na mesma dimensão dos aspectos econômicos. Sendo assim, podemos identificar algumas das contradições fundamentais do modelo imposto ao campo goiano, que ganha dinamismo na contemporaneidade como modelo hegemônico do agronegócio. De forma categórica, a ativista e cientista Indiana Vandana Shiva (2013, p. 1), em entrevista publicada dia 06/08/2013, no Jornal Brasil de Fato, afirma que,

O modelo do agronegócio é apenas uma forma de se apropriar do lucro dos bens agrícolas, mas ele não resolve os problemas do povo. Tanto é que aumentamos muito a produção, poderíamos inclusive abastecer 12 bilhões de pessoas [quase o dobro da população mundial], mas, no entanto, temos 1 bilhão de pessoas que passam fome todos os dias, sendo 500 milhões delas camponesas que vivem no meio rural e que tiveram seu sistema de produção de alimentos destruído pelo agronegócio. As commodities agrícolas são meras mercadorias agrícolas, não são alimentos. Cerca de 70% de todos os alimentos do mundo ainda são produzidos pelos camponeses. É preciso entender que alimentos são a síntese da energia necessária que os seres

humanos precisam para sobreviver, a partir do meio ambiente em que vivem, recolhendo essa energia da fertilidade do solo e do meio ambiente. Quanto maior a biodiversidade da natureza, maior o número de nutrientes e mais sadia será a alimentação produzida naquela região para os humanos. E o agronegócio destrói a biodiversidade e as fontes de energia verdadeiras .

Considerando-se o conjunto das afirmações de Shiva, identifica-se o agronegócio como causador de graves problemas em escala mundial. Esse modelo faz parte da ofensiva dos capitalistas no campo, transformando tudo em mercadoria, na perspectiva do acúmulo da renda e de riqueza, destruindo e desarticulando o modo de vida camponês, subordinando o território à lógica do capital, substituindo os alimentos por mercadorias, destruindo a biodiversidade.

A CNBB (2014, p. 33) afirma que,

Com esta nova especialização em “commodities”, reestrutura-se as varias cadeias produtivas ligadas às produções primarias da cana-de-açúcar (agroindústria sucroalcooleira), da soja e do milho (vinculado às rações animais), das florestas homogenias plantadas (papel e celulose) e das carnes (bovinocultura, avicultura, e suinocultura). Estas cadeias produtivas, em conjunto, expandem fortemente a produção e exportação de ‘commodities’ por meio dos monocultivos.

Ao transformar os alimentos em mercadorias, a reestruturação do processo produtivo, a especulação financeira dos fundos de investimentos para ganhar dinheiro especulando com alimentos expulsa os camponeses da terra, impõe o modelo da monocultura e acelera o processo de concentração da terra, da riqueza e de destruição ambiental, com graves impactos locais. Quanto mais capital é deslocado para a agricultura e para o comércio agrícola, mais fome, gerando contradições fundamentais entre os polos riqueza x pobreza, abundancia x fome.

Por outro lado, a crise financeira de 2008 deslocou bilhões de dólares para a especulação primaria, com sérias consequências. Toussaint (2014, p. 6), ao analisar esse movimento internacional, ressalta que

Jean Zieglessex, relator das Nações Unidas para o direito à alimentação, expressa sem eufemismos: “A crise financeira de 2007-2008 provocada pelo banditismo bancário teve duas consequências principais”. A primeira, os fundos especulativos (hedge funds) e os grandes bancos se moveram após 2008 para os mercados de bens primários, em especial para os das matérias-primas agrícolas, abandonando alguns setores dos mercados financeiros. Os preços dos três alimentos de base (o milho, o arroz e o trigo), que cobrem 75% do consumo mundial, explodiram. Em 18 meses, o preço do milho aumentou cerca de 93%, a tonelada de arroz passou de 105 para 1.100 dólares e a tonelada da farinha de trigo duplicou seu preço desde setembro de 2012, superando os 271 euros. Este aumento dos preços gera benefícios

astronômicos para os especuladores, porém mata a centenas de mulheres, crianças e homens nas regiões mais pobres. A segunda consequência é a febre dos “hedge funds” e outros especuladores de terras cultiváveis no hemisfério sul. Segundo o **Banco Mundial**, somente na África em 2011, 41 milhões de hectares de terras cultiváveis foram monopolizadas por fundos de investimentos e multinacionais. E o resultado foi a expulsão dos camponeses.

Nota-se que na relação global, economia geral e agricultura estão inter-relacionadas, uma vez que o capital atua em escala mundial e se desloca de atividade, conforme a possibilidade de aumentar seus ganhos em maior quantidade e em menos tempo. Em análise feita por Rogers (MOORE, 2013, p. 1), orientando os investidores internacionais, afirmou-se categoricamente que o lugar de se ganhar dinheiro é com a agricultura do modo capitalista:

Penso que dá para ganhar mais dinheiro com a agricultura. Não acho que chegamos ao fundo do poço no ouro, mas estamos perto dele no açúcar. O açúcar registra uma queda de 75% em relação ao pico histórico - não há muita coisa mais no mundo que tenha caído 75%. Acho que a agricultura será uma das profissões mais interessantes nos próximos 20 anos. A idade média de um agricultor nos Estados Unidos é de 58 anos, na Coreia do Sul é de 65. É uma profissão velha e as pessoas que estão nela estão morrendo ou se aposentando. Nos EUA mais pessoas estudam relações públicas do que agricultura. O mundo está enfrentando um grave problema demográfico e de produção. Se nada mudar, não teremos alimentos a qualquer preço. Os preços terão de subir muito para atrair mão de obra e a Organização para Alimentação e Agricultura [FAO, em inglês] está tentando fazer as pessoas enxergarem essa crise. Eles veem o que eu estou vendo. O que mais você precisa saber? As pessoas colocam a culpa nos especuladores, mas isso não é sobre eles - é sobre o fato de que os estoques estão no momento nos níveis mais baixos de que se tem registro na história e, embora tenhamos tido boas safras na última década, a produção não consegue acompanhar a demanda. No passado, se tínhamos problemas com o clima, tínhamos estoques enormes. Mas agora não temos estoques e não temos agricultores.

Esse discurso vai ao encontro de uma orientação internacional dos fundos de investimentos e especuladores que, ao analisar o crescimento demográfico, a concentração da população nas cidades, diminuição do campesinato ou, segundo ele, com envelhecimento e falta de sucessor cria uma oportunidade para a mercantilização dos alimentos e uma oportunidade de se ganhar dinheiro a partir da lógica capitalista. Esse rearranjo do modelo hegemônico do agronegócio, nessa conjuntura em que o desenvolvimento do capitalismo em Goiás assume nova dinâmica expansionista é, atualmente, o que está presente em praticamente todo o território goiano. Apesar de ser um modelo forte e estar dominando economicamente, politicamente e ideologicamente, está carregado de contradições e fragilidades. Nisso vemos “um gigante com pés de

barro” na lógica do agronegócio, ou seja, como bem afirmou Shiva (2013) “um modelo esgotado”.

Onde estão suas contradições em Goiás? Não há como apontar todas, mas estão inseridas no contexto contraditório do espaço produzido pelo agronegócio e aberto a sua expansão. Podemos, contudo, apontar alguns itens que se alojam nas raízes da questão, conforme Altair Sales Barbosa em entrevista ao jornalista Elder Dias (2014, p.1).

Migração campo-cidade, expulsão do campo: Há o aumento da população. Mas, além do mais, o Cerrado entrou, nos últimos anos, por um processo extremamente complicado, que chamamos de desterritorialização. O grande capital chegou às áreas do Cerrado e expulsou os posseiros que lá moravam, por meio da falsificação de documentos, da negociação com cartórios e com políticos. Com a grilagem, adquiriu milhares de hectares e tirou os moradores antigos da região. Isso desestruturou comunidades inteiras. Hoje vejo muitos profissionais, principalmente arquitetos, falando em mobilidade urbana. Falam em construir monotrilhos, linhas específicas para ônibus, corredores para bicicletas, mas ninguém toca na ferida: o problema não está ali, mas na desestruturação levada à vida do homem do campo. Quanto mais se desestrutura o campo, mais pessoas vêm para a cidade, que não consegue absorvê-las, por mais que se implantem linhas novas, estações e bicicletários. O problema da cidade está no drama do campo, não na cidade.

Outra contradição está na dependência do mercado internacional. A vinculação da produção comercial que se estabelece com a “modernização” goiana faz com que o agronegócio aqui, tenha forte dependência do mercado internacional. Essa dependência se dá na base da produção com importação de tecnologia, maquinários, insumos gerais, mas também na venda da produção que está submetida ao movimento financeiro global. Isso se consolida ao se colocar a agricultura no centro de um sistema que se movimenta por uma integração intersetorial de capitais (dos insumos básicos, passados pela produção agrícola e pecuarista até o setor de transformação), num ambiente econômico comandado pelo sistema financeiro, gerando múltiplas formas de dependência:

- Dependência de mercado para vender os produtos, e suas vulnerabilidades. Isto, por exemplo, de 2004-2005, quando o cancelamento de compras de soja na China causou um grave problema para produtores de soja em Goiás e Mato Grosso. Estes ficaram endividados, atearam fogo em tratores, ocuparam sedes de prefeituras e demandaram que o Governo os bancasse.
- Dependência de mercados para comprar produtos e suas vulnerabilidades. Grande maioria de fertilizantes e agrotóxicos é importada, grande parte do lucro das

empresas de insumos, sementes e agrotóxicos são externalizados por empresas transnacionais.

- Dependência de Geopolítica. O projeto da revolução verde no Brasil fazia parte da estratégia de evitar uma revolução comunista no país e manter o país alinhado politicamente aos EUA durante a guerra fria. Com o fortalecimento do agronegócio em Goiás, a dominação econômica de empresas dos EUA se consolidou, mas outros atores também entraram em jogo, como empresas da Argentina, Japão e empresas chinesas como principal mercado. Isso gera uma possibilidade de contradições geopolíticas, nas quais o Brasil poderia utilizar seu *peso* do agronegócio para seguir uma geopolítica mais independente dos EUA.

Mas, como isso poderia ser feito se o agronegócio goiano segue dependente principalmente das empresas transnacionais dos EUA, como acima mencionado? Isso demonstra na sua contradição que o agronegócio em Goiás não conseguiria ser uma força de empoderamento geopolítico para o país, mas estaria disposto a submeter-se como periferia de exportação de *commodities* em uma nova conjuntura geopolítica. Tal situação pode ser vista, por exemplo, quando a FAEG ofereceu às empresas chinesas o financiamento e o domínio da comercialização de 6 milhões de toneladas de soja por ano, advindas de toda a região centro-norte do estado.

Essa discussão das contradições, da concentração fundiária como fundamental conduz ao debate da formação de classe em Goiás, no contexto mundial de luta de classes, em relação ao capitalismo transnacional. A dependência do agronegócio goiano subjugou o território às demandas do capital transnacional.

Retomaremos essa questão na próxima seção, ao refletir sobre a Questão Agrária: formação da luta pela Reforma Agrária Popular, a agroecologia, e sobre os novos sujeitos da luta pela terra em Goiás.

3.2 As terras de Reforma Agrária: um debate teórico sobre as experiências em construção pelo MST

A Reforma Agrária continua na agenda nos espaços dos movimentos socioterritoriais; continua gerando o debate teórico e os conflitos sociais. Por mais que as forças contrárias às mudanças estruturais insistam em negar a necessidade de realizá-las no território brasileiro, reafirmamo-las como principal necessidade para as camadas populares da sociedade. Compreendemos que, entretanto, a Reforma Agrária

contemporânea se justifica se for de caráter popular, se fizer parte de um projeto maior de interesse da classe trabalhadora. Para isso, ela deve vir associada à questão da soberania alimentar e à agroecologia, que estimulem as mais diversas formas de cooperação e de industrialização e a busca do reequilíbrio socioambiental e socioeconômico.

A Reforma Agrária é uma política pública e, portanto, um direito constitucional, uma atribuição do Estado. Parte de um projeto e de programas de governo acompanhado de um conjunto de ações em escala nacional e tem suas particularidades locais. Por isso, é necessário considerar as condições edafoclimáticas de cada lugar e, ou bioma. Pensar um projeto de desenvolvimento com base na justiça social e no equilíbrio ecológico implica considerar um conjunto de fatores da particularidade local da formação socioeconômica e sociocultural. Barbosa, Schmitz, Neto e Gomes (2014) ao fazerem uma análise do processo histórico da ocupação do Cerrado e das suas consequências, sugerem propostas na busca do reequilíbrio socioambiental e defendem a necessidade de uma Reforma Agrária que contemple um conjunto de medidas tais como:

Preservar o pouco que ainda existe de base ecológico-ambiental- territorial do sistema Biogeográfico do Cerrado, deve-se tomar consciência da atual situação de extrema gravidade e posicionar-se contra o modelo político/econômico de desenvolvimento capitalista assumido pelo governo brasileiro, e lutar para erradicá-lo. Deve-se também pugnar pela implementação do desenvolvimento sustentável calcado nas vocações da terra e nas vocações culturais das comunidades, via implementações da agricultura familiar, da agricultura doméstica, da pequena e média empresa, do cooperativismo comunitário etc em todo País. Há de se investir em uma reforma agrária efetiva, em que a terra seja distribuída sob a condição de “usufruto” produtivo, e não como propriedade privada, particular de indivíduo ou de grupo. Uma reforma agrária assistida técnica, financeira e socioculturalmente pelo poder público, envolvendo as três instâncias institucionais - Estado nacional, Estados federados e Municípios. Caso contrário, resta aceitar esse status quo e permanecer na legião dos indiferentes, dos dependentes e submissos existenciais (BARBOSA, SCHMITZ, NETO E GOMES, 2014, p. 309).

Essa é uma Reforma Agrária contemporânea e necessária, porém com um conteúdo que vai além dos aspectos econômicos e com um conceito mais alargado que contemple todas as dimensões de um projeto de sociedade. Por tudo isso, a Reforma Agrária não se efetivará em nossa sociedade como dádiva de governos e, ou do Estado, mas será resultado da conquista dos trabalhadores sem terra diretamente beneficiados com a terra, com as condições de nela trabalhar, da sua capacidade de construir alianças

com forças políticas favoráveis a realização de uma Reforma Agrária massiva e com a sociedade em geral, beneficiada com seus resultados diretos e indiretos. A Reforma Agrária é uma questão de necessidade de toda a sociedade. Tais concepções se justificam porque, em pleno século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela terra e pela Reforma Agrária, conforme explicou Oliveira (2005, P. 6)

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializam e mundializam a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros.

No campo conceitual há muitas definições de reforma agrária, cada uma com conteúdo e características relacionados aos diferentes contextos: socioeconômico, sociopolítico e socioambiental bem como diferentes tipologias de reforma agrária. Independente da tipologia ou caráter, está relacionada com políticas e programas de Estado e governo, cujo principal objetivo é a democratização do acesso a terra. Para que esse objetivo seja atingido, o Estado precisa utilizar-se de instrumentos e de um arcabouço jurídico que normatize e crie segurança jurídica. Necessita também de decisão e vontade política para enfrentar os obstáculos e resistências das forças contrárias. A democratização do acesso à terra via Reforma Agrária pode realizar-se por vários caminhos e ou possibilidades, dependendo da correlação de forças em determinada conjuntura e do caráter de governo vigente. Segundo Stédile (2012, P. 657),

Para alcançar este objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado das grandes fazendas, os LATIFUNDIOS, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral.

Já Carvalho (2013) entende que a reforma agrária, não se resume apenas à distribuição dos grandes latifúndios e destiná-los aos que os demandam ou a eles têm direito. Ela está relacionada à concepção de campo, de agricultura e de sociedade:

Proponho que o processo de reforma agrária deva ser considerado num âmbito mais geral e como parte do complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais pela terra. Não só a terra para produzir e dela se usufruir, mas a Terra como totalidade planetária, ou, resumidamente, no âmbito das lutas pela terra (CARVALHO 2013, p. 133).

No Brasil, atualmente, a reforma agrária está associada aos movimentos sociais diretamente envolvidos com as lutas, os camponeses com pouca terra, ou que estão na condição de sem-terras. Porém, cabe explicar que a reforma agrária, nem sempre foi uma reivindicação camponesa. Na origem, a reforma agrária foi apresentada como uma bandeira da burguesia industrial emergente na Europa, como estratégia política de construir alianças para derrotar senhores feudais, o clero e as monarquias, conforme explicou Stedile, (2000, p. 182-183):

A expressão reforma agrária não uma bandeira de luta levantada pelos movimentos camponeses. Eles se alinhavam ao ideal de terra para trabalhar. A reforma agrária, como sinônimo de uma política de distribuição da propriedade da terra, por parte do Estado surgiu no final do século passado na Europa, por iniciativa das burguesias industrial.

Contudo, como afirmou o autor “os camponeses pobres de todo o mundo sempre lutaram pelo direito de ter terra para trabalhar” (*Idem*, p. 182). Cabe, então, ressaltar que, embora a expressão reforma agrária tenha surgido em contexto fora do movimento camponês, pode-se dizer que, no enfrentamento ao processo de desenvolvimento do capitalismo, tornou-se uma bandeira de luta dessa classe, na busca de condições de dignidade para viver.

Essa situação se justifica, pois uma vez consolidados o capitalismo como modo de produção e sua ramificação na agricultura, com a consolidação de uma estrutura fundiária concentradora e subordinada à lógica capitalista, contraditoriamente excluindo uma parcela significativa dos camponeses pobres, a luta pela terra, a reforma agrária passa a ser uma bandeira de luta camponesa. Com isso assume uma dimensão e caráter progressista e de luta sistêmica anticapitalista. Carvalho (2014, P. 84-85) define a reforma agrária:

É um processo de democratização popular do acesso e posse da terra. É, sem dúvida alguma, geradora social de novos camponeses. Negar a reforma agrária é negar o desenvolvimento rural pela via da sua massiva camponeização que se pretende moderna sem conduzir a um uso do espaço rural oligopolizado, hegemonizado, estandardizado e degradado pelas tecnologias agrícolas dependentes dos agrotóxicos. Pelo contrario, é a afirmação da diversidade cultural (etnodiversidade), da agrobiodiversidade e de uma ação antrópica que promova a natureza na sua totalidade.

Vê-se então a reforma agrária como sendo negação do modelo concentrador. Negá-la-á é negar a possibilidade de um projeto de campo com vida, de uma construção na luta contra o poder usurpador do espaço de produção para o uso da terra para a vida.

No atual estágio do desenvolvimento das forças destrutivas, da perversidade da lógica sistêmica, das contradições do modelo hegemônico do agronegócio, a reforma agrária se torna uma necessidade da sociedade e alternativa do campo e das cidades. Inclusive, de mudanças estruturais antissistêmicas, num processo de construção de outra sociedade, mais justa. Entretanto, toda reforma agrária é resultado de uma conjugação de fatores e de elementos conjunturais e estruturais de um determinado contexto social histórico de uma sociedade.

O MST, por ocasião da realização do seu VI Congresso Nacional recuperou, em forma de cartilha para sua base, militância, aliados, pesquisadores, intelectuais, um amplo estudo e debate resgatando as experiências de reforma agrária e apresentando uma proposta e conceito de reforma agrária contemporânea. Com isso, pode-se entender as tipologias de ações que vêm embutidas por trás do conceito, dependendo do contexto em que é utilizado.

A primeira tipologia de reforma agrária expressiva ficou conhecida como sendo clássica, que é resultado de uma aliança de classes. Nela a burguesia industrial em ascensão utilizou-a como forma de desenvolvimento do capitalismo para resolver problemas de tensionamentos que envolvem a luta pela terra e questionamentos de combate ao modo de produção capitalista que, desde sua origem, manifestava um conjunto de contradições antagônicas. Essa tipologia foi implementada em países da Europa e influenciou outras regiões do planeta. Assim,

Dessa matriz de reforma agrária clássica burguesa, surgiram inúmeras outras propostas em países periféricos adequadas à suas realidades, aos desafios que se propunham superar e, sobretudo, à correlação das forças políticas do período histórico em que foram implantadas. Aqui na América Latina, o governo John Kennedy chegou a promover uma reunião continental em Punta del Este (1961) para estimular que os governos fizessem reformas agrárias burguesas, como forma de desenvolver o mercado interno e impedir que os camponeses se radicalizassem, como havia acontecido na revolução cubana. E os economistas da CEPAL (organismo das nações unidas para América Latina) difundiram essa tese como forma de enfrentar o subdesenvolvimento durante toda a década de 60 (MST, 2013, p. 22).

Outras experiências desenvolvidas se deram em um período histórico de lutas camponesas e governos de caráter nacional e populistas. Tomaram-se iniciativas de distribuição massiva de terras aos camponeses e

Houve também as reformas agrárias dos chamados governos nacionalistas, como por exemplo, a do General Cárdenas (1934-40) no México. Do general Juan Velasco Alvarado (1968-75), no Peru e a do guatemalteco Jacob Árbenz (1951-54). E do Coronel Nasser, no Egito, que distribuiu todas as terras férteis ao longo do rio Nilo aos camponeses, na década de 60. No Brasil, a inclusão da Reforma Agrária nas Reformas de Base do governo João Goulart, pode ser vista como uma tentativa desse tipo de reforma agrária, dentro de um projeto de desenvolvimento nacional capitalista (MST, 2013, p. 22).

No caso brasileiro, o debate e a iniciativa sobre a questão da terra e reforma agrária fazem parte de um contexto e período histórico de lutas camponesas massivas, nacionais, com expressão e força política. Um conjunto de fatores de ordem econômica e política da década de 1960 contribuiu para criar as condições e forçar o governo do presidente João Goulart a incluir a reforma agrária entre as reformas de base. Uma combinação de fatores foi fundamental nesse processo, entre eles a pressão dos trabalhadores que fizeram agitação e lutas exigindo a reforma agrária e, no governo, uma equipe progressista que defendia a reforma agrária como projeto econômico. A complexidade de implementar um programa de reforma agrária era de ordem política, dado que era necessário enfrentar as forças conservadoras, os proprietários de terras e promover alteração na lei, mexer com o congresso, conforme explica Silva (1996, p. 25-26):

A Inspiração de João Goulart para tocar na questão da terra, ele que era grande estancieiro no Rio Grande do Sul, exatamente na fronteira onde abundam as grandes propriedades rurais, pode ser creditada à sua equipe de notória posição esquerdista, sobretudo seu Ministro de Agricultura, o saudoso Oswaldo Lima Filho, além do Almino Afonso, Darci Ribeiro, Plínio de Arruda Sampaio, entre outros.

Essa tipologia de reforma agrária com caráter nacionalista de desenvolvimento é resultado de interesses dos camponeses e de setores da burguesia industrial e nacionalista, cujo principal objetivo era gerar mercado interno aos produtos da indústria e fornecer matéria prima. A derrota do projeto de reforma agrária apresentada pelo governo de João Goulart, que veio com golpe militar de 1964. Este, contraditoriamente, criou a primeira lei de reforma agrária, instituindo o Estatuto da terra. Esta, considerada uma lei progressista, não foi aplicada, uma vez que os militares criaram a lei, mas desarticularam as organizações e os sujeitos que faziam luta, agitação, pressão. Dessa forma, tornando a lei letra morta nunca aplicada, a sociedade brasileira perdeu, assim, uma das maiores oportunidades de fazer uma reforma agrária clássica, que, com certeza,

ensejaria que a sociedade brasileira contemporânea tivesse outras características econômicas e sociais.

A opção das forças conservadoras do Estado Brasileiro e do Império Estadunidense foi destituir o governo e impor a ditadura militar e, junto, o pacote da *revolução verde* e a chamada “*modernização*” *conservadora e dolorosa*, sem dúvida a principal causa estrutural dos problemas socioeconômicos e socioambientais contemporâneos.

Houve outro tipo, apesar de classificada como reforma agrária pontual e com objetivo de acalmar as massas camponesas em situação de revolta popular, mesmo se tratando de medidas conjunturais e pontuais. Deste fazem parte as experiências de iniciativas de acesso à terra como medida de caráter político e de libertação nacional, tendo com objetivo principal contemplar as massas camponesas nas lutas anticolonialistas de libertação nacional.

Após a Segunda Guerra Mundial com toda a agitação vivida, recomposição das forças econômicas, política e militar, as disputas locais aguçadas, conflitos localizados acirrados, a questão da terra, das lutas por soberania nacional, criam as condições objetivas para garantir o acesso à terra a uma parcela significativa de camponeses nos continentes asiático e africano. Isso se dá a partir da expropriação de terras dos colonos europeus, passando o uso e posse para os camponeses. Foram reformas agrárias que buscavam, sobretudo, consolidar a soberania política do país, como Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Tanzânia, Zimbábue, Argélia e Líbia.

Um dos tipos de reforma agrária mais importantes experimentado pela humanidade no século XX foram as experiências de reforma agrária com conteúdo antissistêmico, de transição do capitalismo ao socialismo, realizados em governos populares. Nessas experiências a reforma agrária é componente fundamental e que quebra a espinha dorsal da propriedade privada e do capitalismo, criando, assim, as bases pra transição⁷.

Por último, há as reformas agrárias propostas pelas revoluções populares que ousaram superar as formas de organização capitalista, realizaram uma reforma agrária considerada radical. Nestas, eliminaram-se a propriedade privada da terra e a

⁷Este foi o caso de “ governos populares que, em distintos processos históricos, se propunham fazer uma transição do capitalismo para uma sociedade socialista. As Reformas Agrárias ocorridas em Cuba, com a Revolução de 1959, Vietnam, a partir da vitória sobre os Estados Unidos em 1973, e a da Nicarágua Sandinista, em 1979, são alguns desses exemplos (MST, 2013, p. 23).

subordinarão aos interesses da sociedade, constituindo-se, então, conforme (MST, 2013, p. 23),

As Reformas Agrárias socialistas. Estas nacionalizaram a propriedade da terra, como um bem de toda nação, socializaram a propriedade dos meios de produção e coletivizaram de diferentes formas, o trabalho agrícola. Foram reformas agrárias realizadas dentro de um conjunto de políticas adotadas por governos resultantes de revoluções sociais e que se propunham construir o socialismo. Portanto, estavam subordinadas às mudanças radicais no modo de produção geral da sociedade. Podemos citar como exemplos desse tipo de Reforma Agrária as que ocorreram resultantes da revolução russa (1917), da Iugoslávia (1945), chinesa (1949) e da Coreia do Norte (1956) .

Essas foram as últimas experiências de reforma agrárias experimentadas e foram importantes pelo seu caráter estrutural, pela quantidade de terras distribuídas e de camponeses beneficiados. Analisando-se o conjunto de experiências de reformas agrárias já realizadas, cada uma deu-se no seu tempo e espaço, com características específicas e conteúdo que são resultado de um conjunto de fatores e circunstâncias históricas conjunturais e particularidades socioeconômicas e sociopolíticas de cada sociedade, em condições objetivas e subjetivas específicas.

Independente do tipo e das circunstâncias históricas de cada sociedade em que foi realizada, a reforma agrária tem alguns elementos determinantes fundamentais, sem os quais não existe qualquer tipo reforma agrária. Entre os elementos fundamentais estão a terra e o camponês; sem um processo de democratização da terra, sem distribuição dos latifúndios, independente do caráter e do instrumento utilizado, da forma como é feita a distribuição para os camponeses, não há reforma agrária. Terra e camponês formam a base objetiva de todas as tipologias de reforma agrária; outros elementos como política agrícola e ou programas conjunturas e estruturais forma de uso da terra, atividade produtivas, formas de produção dependem de um conjunto de fatores históricos conjunturais e de correlação de forças. Portanto, a reforma agrária não é apenas uma vontade e/ou desejo dos camponeses sem terra e dos militantes político-sociais que defendem essa causa; é, acima de tudo, uma força real para realizar as mudanças sociais necessárias.

As reformas agrárias já realizadas não foram dádivas nem de governos, nem do Estado, mas sim conquistas dos camponeses, de suas lutas e capacidade de organizar e pressionar. Todos os processos e tipologias de reforma agrária estiveram relacionados com as formas de organização dos que demandam por terra. Sem uma força organizada e a iniciativa dos camponeses combinando formas de lutas para pressionar os governos,

Estado e as forças contrárias e que controlam a terra, não teria sido possível realizar nem um tipo de reforma agrária. O processo de organização, formas de lutas, alianças de classe dependem das circunstâncias históricas de cada sociedade.

No caso do Brasil, existe uma polêmica ainda não resolvida relacionada à questão da reforma agrária. Questões como se no Brasil já houve ou está havendo algum tipo de reforma agrária? Ou se ainda é necessária uma reforma agrária? E qual a tipologia da reforma agrária contemporânea? Uma vez que existem movimentos organizados que fazem a luta pela terra e pela reforma agrária, existe todo um arcabouço jurídico que disciplina a questão do uso da terra, programas de governos e autarquia responsável, a reforma agrária está na pauta dos governos, entidades de classe, havendo posições pró e contra na sociedade.

Considerando que todo tipo de reforma agrária tem como questão central a democratização da posse da terra e a distribuição do latifúndio, no caso brasileiro, o processo histórico caminha ao contrário. Em nenhum período histórico houve um processo massivo de distribuição de terras que pudesse ser caracterizado como algum tipo de reforma agrária. Portanto, aqui não houve reforma agrária nenhum tipo (STÉDILE, 2012).

Uma vez superada essa questão concordamos que no Brasil não houve reforma agrária, mesmo que o termo continue sendo utilizado pelo senso comum, ou pela imprensa, governos, academia e mesmo nos movimentos e organizações que fazem a luta pela terra no Brasil. No geral confunde-se assentamento, acampamento com reforma agrária ou, até mesmo, dificuldade de diferenciar acampamento de assentamento. Stédile (2012, p. 663) corrobora a reflexão dessa confusão e polêmica existentes. Segundo ele,

Há ainda diversas polêmicas na sociedade brasileira em relação ao tema Reforma Agrária: elas aparecem na imprensa, no governo, na academia e mesmo entre os movimentos sociais do campo. Primeiro, a expressão *Reforma Agrária* continua sendo utilizada no Brasil apenas como sinônimo de desapropriação de algumas fazendas e da política de assentamentos rurais. A segunda polêmica é sobre haver ou não necessidade de uma verdadeira Reforma Agrária.

Assim, no âmbito da luta pela terra, a reforma agrária adquire a condição de luta de classes e a concepção de projeto socioeconômico, de mudanças estruturais da sociedade. Estabelecem-se posições antagônicas: de um lado, os que fazem a luta pela democratização e defendem a necessidade de realização de uma reforma agrária; de outro, as forças contrárias que defendem não mais ser necessária sua realização. Os

argumentos são da ordem econômica, ideológica e política, conforme afirma Stédile (*Idem*, p. 664):

As forças conservadoras presentes no governo, na imprensa e na academia defendem a ideia de que o Brasil já resolveu seu “problema agrário”; portanto, não há necessidade de uma Reforma Agrária de tipo clássico. Do ponto de vista do capital, agora em sua fase de dominação pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais, de fato, não há necessidade de democratização da propriedade da terra como fator indutor do desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas no campo, como é o caso na fase do capitalismo industrial.

Por sua vez, existem forças progressistas no Brasil que entendem haver espaço e potencial para realização de uma reforma agrária do tipo clássica, uma vez que existem latifúndio, trabalhadores demandando terra e regiões em que as forças produtivas ainda não foram desenvolvidas no seu potencial existente⁸. A reforma agrária pode cumprir esse papel de geração de mercado interno, de trabalho e dinamizar a economia local.

O fato de existirem latifúndios improdutivos, milhões de trabalhadores demandando por terra, um modelo de agricultura hegemônico do agronegócio com suas contradições já apontadas, podemos dizer que um modelo esgotado, que não resolve os problemas socioeconômicos e socioambientais não serve e, pode, ao contrário agravar, expandir e aprofundar mais os problemas agrários existentes. Diante desse quadro, afirmamos que a saída para superação desse modelo passa por uma reforma agrária como parte de um projeto de sociedade que contemple os aspectos ecológicos, econômicos, culturais e políticos. Uma reforma agrária que contemple toda a sociedade num projeto societário diferente do que temos.

Nesse sentido, é que se pode discutir a existência de uma nova tese chamada Reforma Agrária Popular. Esta tem ganhado força nos movimentos sociais, especialmente nos que compõem a Via Campesina e nela se articulam, entre os quais participa o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Aqui se parte do entendimento de que, superado o conceito de reforma agrária clássica e uma vez que continua existindo uma questão agrária não resolvida, é necessário recolocar a reforma agrária

⁸ Conforme Stedile (2012, p. 664), para esses setores, no Brasil, há ainda a possibilidade e a necessidade de uma Reforma Agrária do tipo clássico, pois existem em torno de 120 milhões de hectares de terras considerados grandes propriedades improdutivas – e que, portanto não desempenham a sua função social. E seria possível, sem afetar as áreas dominadas pelo capital e pelo agronegócio, desapropriar estas fazendas e distribuí-las aos camponeses sem terra visando-se à geração de emprego ao desenvolvimento do mercado interno e à solução do problema social dos milhões de trabalhadores sem-terra.

contemporânea como saída para solucionar a questão agrária. Uma tipologia nova de reforma agrária nascida das experiências dos sujeitos envolvidos diretamente na luta pela terra, nos conflitos organizados e nas articulações com as forças organizadas e com a sociedade.

Assim, o conceito de Reforma Agrária Popular, em construção, é, desde a concepção teórica, resultado de um esforço coletivo. Traz como uma das novidades o fato de não ser concebida fora do espaço dos sujeitos envolvidos na luta, por ser concebida coletivamente por ser resultado de longo processo de reflexões e experimentações. E, ainda, com um conteúdo que contempla um conjunto de medidas programáticas vindas da luta. Para Stédile (2012, p. 664).), “a proposta de Reforma Agrária Popular proposta por estes movimentos defendida tem [...]características similares às que se aplicaram historicamente em outros países, mas apresenta especificidades que levam em conta a realidade brasileira.”

O fato de conceber um tipo de Reforma Agrária Popular que considere a diversidade da realidade brasileira e que contemple suas particularidades regionais em termos de formação socioeconômica e sociocultural e das condições edafoclimáticas exige mais que um modelo único. Exige, pois, pensar em como potencializar as particularidades das escalas locais e regionais como trataremos a seguir.

3.3 - Novos elementos da Reforma Agrária contemporânea

Com base no que vimos, o desafio de analisar o estado de Goiás é de incorporar os elementos da particularidade do estado articulados aos elementos nacionais. Nesse caso, os elementos nacionais e do estado se complementam. Em seguida, vamos acrescentar o que se entende por elementos novos da escala local.

Para o MST, a estratégia da Reforma Agrária Popular é a de acumular forças para superação do modelo hegemônico do agronegócio. A proposta de um programa de Reforma Agrária Popular apresentada e aprovada no VI Congresso Nacional do MST afirma que

Este programa sinaliza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõe um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo o fortalecimento da nossa organização e a qualificação de nossas lutas para promovermos, junto com toda a classe trabalhadora, as mudanças estruturais da sociedade capitalista. Este programa deve orientar o nosso Movimento, nas pautas de reivindicações, negociações e lutas e na

qualificação interna da nossa organização, e nas ações práticas (MST, 2013, p. 39).

A compreensão de que o programa de Reforma Agrária Popular tem como principal objetivo acumular forças para superar o modelo hegemônico do agronegócio. Isso significa estabelecer uma fase transitória para construção da agricultura camponesa, a partir de outras bases tecnológicas, atividades produtivas, relação produtor-consumidor, campo-cidade, tendo a ecologia como questão central.

Compreendido como um processo de médio e longo prazo, é necessário construir passos nessa perspectiva. Por isso, os movimentos populares que conceberam o conceito de Reforma Agrária Popular defendem como necessária a implementação de um conjunto de medidas entendidas como fundamentais. Entre estas, estão: desapropriação dos maiores latifúndios; estabelecer o limite máximo de propriedade da terra; combinar distribuição das terras como a instalação de agroindústrias; adoção de novas técnicas agrícolas baseadas na agroecologia e soberania alimentar com objetivo de aumentar a produção e a produtividade; estimular a diversificação e produção de alimentos saudáveis; democratizar a educação formal em todos os níveis numa perspectiva crítico-libertadora; programa de saúde preventiva e popular; programa de mecanização agrícola com máquinas e fermentas que permitam aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o esforço físico humano, sem criar impacto e destruir os solos; valorização da cultura, estimulando as manifestações culturais tanto religiosas, como alimentares, musicais, teatrais, festas do plantio e da colheita, conforme valores e tradições dos sujeitos sociais assentados.

No programa agrário do MST (2013, p. 34) essas prerrogativas ficam claras como parte do projeto estratégico:

Nosso projeto se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminam a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades. O nosso horizonte é, pois, o da superação do modo de produção capitalista. Os objetivos de criação do MST continuam valendo e são alicerces da Reforma Agrária Popular. O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores.

Para que esse programa de Reforma Agrária Popular seja implementado em Goiás e no Brasil, uma das questões fundamentais a ser considerada é o destino das

terras com melhor fertilidade natural do solo para a agricultura camponesa, via assentamento de trabalhadores que estão demandando por terra. Para isso, é necessária a superação da questão da produtividade da terra para fins de desapropriação e a adoção do princípio da função social e ecológica assim como, superar a lógica da desapropriação e criação dos assentamentos em regiões distantes dos consumidores; aproximar o produtor camponês do consumidor; estimular a economia popular através das feiras e da comercialização direta; incentivar e ou adotar como princípio a cooperação agrícola nas suas mais diversas formas. Com tais propósitos, cada unidade camponesa e/ou comunidade deve ter um programa de equilíbrio ecológico, estimular o florestamento com frutas e espécies nativas, cuidado com a água e seu uso tanto para consumo como para a agricultura, eliminado o desperdício e a contaminação. Além disso, deve-se também estimular e fortalecer as redes de pesquisas agroecológicas de produção de semente e, melhoramento genético.

Para que esse programa de Reforma Agrária Popular seja implementado, é fundamental que se crie um conjunto de programas e de políticas públicas em escala nacional, estadual e municipal. Em vista disso, os movimentos sociais diretamente envolvidos com essa causa em nível nacional têm defendido e apresentado ao Governo Federal um conjunto de medidas que estimule a produção de alimentos saudáveis, a geração de trabalho e renda para os camponeses e a garantia da soberania alimentar. Em Goiás, movimentos como MST, FETAEG, FETRAF, MCP, e Pastoral da Terra/CPT têm se engajado em lutas e arrancado do governo do estado o projeto 716/15 que cria a lei de agricultura familiar camponesa, que destina 0,5 % de toda arrecadação do estado ao estímulo da produção de alimentos saudáveis e a impulsionar a economia popular. Atualmente, este projeto encontra-se em análise na Assembleia Legislativa para ser submetido à apreciação dos deputados.

Essa transição da agricultura capitalista convencional agroquímica para a agricultura agroecológica de produção de alimentos saudáveis necessita de ações do Estado com políticas e programas que estimulem, direcionem e subsidiem esse processo. Essa transição é um processo de longo prazo que depende da mudança de toda uma concepção, uma prática e uma cultura; portanto, é uma questão geracional. Mas o momento é bastante oportuno e fecundo para essas mudanças, dado que existe um conjunto de iniciativas e campanhas de alertas sobre o perigo e as consequências dos agrotóxicos para a saúde humana. Isso indica sinais concretos do esgotamento do modelo do agronegócio. Ademais, os alertas feitos por cientistas e organismos

internacionais, instituições, igrejas, programas educacionais, mídias e redes alternativas de comunicação têm chamado a atenção para a necessidade de se repensar o cuidado com a Terra, com a biodiversidade, do consumo, enfim, do modo de vida em geral.

Por outro lado, existe um conjunto de iniciativas e experiências de produção de alimentos sendo desenvolvidas; umas ainda tímidas e outras mais ousadas; algumas ainda em escala menor e outras já mais consolidadas e articuladas em redes. Pode-se afirmar que está nascendo um novo projeto de campo, de agricultura com novos sujeitos, os camponeses, as mulheres, jovens como protagonistas desse processo. Isso se dá pelo fortalecimento dos movimentos de camponeses e a construção de uma estratégia de alianças de projetos, de ações e de lutas para garantir conquistas econômicas e políticas; pela aliança com as forças e a organização das cidades, com os consumidores; pela negação do modelo da morte e a afirmação do projeto da vida, que vai ganhando força e criando as condições para uma superação sistêmica (Fotografia 3 e 4).

Fotografias 3 e 4 - Acampamento produtivo, novas estratégias dos acampados e a construção da identidade dos novos sujeitos sociais na luta pela terra (2016).



Outro elemento importante da questão agrária e da luta pela Reforma Agrária Popular está relacionado aos sujeitos envolvidos e se envolvendo com a luta pela terra. Em pesquisa anterior, desenvolvemos estudos sobre o novo sujeito que está surgindo, sendo criado na/e através da luta pela terra. Vemos esse novo sujeito como

Principal protagonista na luta pela terra; trata-se de uma pessoa que trabalha e mora nas cidades e parte deles sem nenhum vínculo com a agricultura, os quais denominamos: Novo Camponês em Movimento. Ao denominá-lo Novo Camponês em Movimento, não negamos nem anulamos o campesinato

tradicional; porém, em nosso entendimento ao analisar a realidade do nosso objeto pesquisado, observamos que esse sujeito carrega um conjunto de características que se diferenciam do campesinato tradicional, principalmente no que se refere às habilidades técnicas e ao modo de vida. Desse modo, seria um erro tratar igual o que é diferente. Em nosso trabalho denominamos camponês tradicional quando nos referimos àqueles agricultores camponeses familiares que se constituíram criaram e recriaram na lida no campo vivendo do fazer agricultura independente da condição social de possuir ou não a sua própria terra. (MISNEROVICZ, 2011, p. 8).

Ao iniciar uma reflexão sobre o Novo Camponês em Movimento, compreendendo que esse novo sujeito compõe um dos elementos fundamentais da questão agrária e da reforma agrária contemporânea. Existe um conjunto de elementos que justifica a tese da existência de um novo sujeito social envolvido em todo processo. Processo este que vai desde a organização e a luta para a conquista da terra e do território via criação dos assentamentos, criando, ao mesmo tempo, um camponês de novo tipo. Portanto, um sujeito novo, sujeito político coletivo.

O ponto de partida desta análise persiste na ideia de que há relação estreita entre a criação de um Novo Camponês e a luta pela terra. Ou seja, há uma relação entre a luta pela terra e o novo sujeito. A luta pela terra é determinante na criação dos assentamentos e os assentamentos tornaram-se o principal instrumento de criação de comunidades camponesas, do território camponês. Ao mesmo tempo, houve uma mudança na origem do público envolvido na luta pela terra.

Misnerovicz (2011, p. 99) ressalta que “o novo camponês se constitui como novo por ser originário da cidade e por incorporar, no seu cotidiano no campo, elementos do modo de vida urbano, sendo criado em um movimento constituído por ex-operários.” A presença dessas pessoas na luta pela terra é algo ainda recente, uma vez que a existência formal do MST é datada de 1984, 32 anos portanto, em cuja origem a base social era composta tão somente por camponeses, filhos de pequenos agricultores com pouca terra, e ou sem terra que viviam na e do fazer agricultura. No entanto, atualmente a base social é predominantemente urbana. Ao analisar essa presença e precisar em que momento no MST esta foi identificada, no início do século XXI, após 20 anos de existência do Movimento, Misnerovicz (2011, p. 96) afirma que

O MST, só percebeu a presença do público da cidade nos acampamentos e assentamentos, e com participação significativa, quando organizou, em novembro de 2002 o mutirão denominado “Vamos Ouvir Nossa Base.” Esta iniciativa teve como objetivo, conhecer melhor a base social do movimento que vive nos acampamentos e nos assentamentos rurais. Esta atividade se justificava por um conjunto de motivações que estão na cartilha com o título:

“Vem Ai o Mutirão do MST”- Vamos Ouvir Nossa Base.

Assim, com a decisão de organizar um mutirão nacional a fim de realizar uma pesquisa interna do MST nos acampamentos e assentamentos, teve-se como objetivo identificar os aspectos positivos e os limites organizativos. Ao mesmo tempo em que buscava conhecer melhor sua base social, para que, a partir dessa pesquisa, pudesse planejar a continuidade da luta e superar outros limites. O conjunto dos objetivos está explicitado por inteiro na cartilha de orientação do Movimento:

a) Uma organização social classista só é forte e faz história se tiver sustentação de base. b) Já temos uma longa caminhada, mais de 20 anos de lutas, atingimos a maioria e grandes desafios e decisões [se] nos apresentam neste momento histórico. c) Não podemos retroceder, pois na luta do povo caminhar é preciso. d) É preciso conhecer muito bem o nosso povo, cada família, seus problemas, suas dúvidas, sua força e suas fraquezas. e) Saber o que pensa o que acha certo e errado. f) O que propõem e o que esperam do MST e das lutas (MST, 2000, p. 7).

Ao desenvolver esse trabalho de pesquisa em toda a base do Movimento, uma das constatações importantes é que este trouxe um conjunto de implicações, tanto nas formas organizativas para a luta pela terra como também nas formas organizativas de produção. Viu-se, então, que estava havendo uma mudança importante na composição da base social do MST. Mudança de origem da base social, deixando esta de ser formada apenas por filhos de camponeses sem terra, trabalhadores da lida com a terra, na condição de sem terra e economicamente empobrecidos, para contar também com a presença de pessoas que, diretamente, não viviam nesse universo, sendo moradores urbanos.

No aspecto da luta pela terra, as mudanças estão já no trabalho de base, aquele trabalho que é considerado principio de tudo na luta pela terra, geralmente feito por militantes do Movimento com objetivos de organizar, de convencer e animar as pessoas a participar. Esse trabalho de base é feito na forma de reuniões de pequenos grupos ou assembleias com participação massiva dos sujeitos envolvidos.

As Fotografias 5, 6, 7 e 8 se referem a duas experiências de trabalho de base, em Goiânia e Trindade, em preparação para a ocupação da fazenda Santa Mônica, realizada no dia 31 de agosto de 2014. Os participantes são trabalhadores de Goiânia e seu entorno. São trabalhadores de várias categorias, autônomos e desempregados. Este é o público predominante nos acampamentos fazendo a luta pela reforma agrária. Outra experiência é com trabalho de base em Buenos Aires, organizado pelo Movimento

Fotografia 5 - Reunião realizada pelo Movimento Nacional Campesino e Indígena Argentino, assessorado pelo MST – 2014



Fonte: Arquivo pessoal de J. V. Misnerovicz – 2014

Fotografia 6 – Reunião realizada pelo Movimento Nacional Campesino e Indígena Argentino, assessorado pelo MST - 2014



Fonte: Arquivo pessoal de J. V. Misnerovicz - 2014.

Fotografia 7 – Reunião de trabalho de base realizada em Goiânia, em preparação para 1ª ocupação da Fazenda Santa Mônica – Corumbá de Goiás, pelo MST - 2014.



Fonte: Arquivo pessoal de J. V. Misnerovicz - 2014

Fotografia 8 – Reunião realizada com sujeitos sociais mobilizados pelo Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Trindade-GO, Brasil - 2014



Fonte: Arquivo pessoal de J. V. Misnerovicz - 2014.

Nacional Campesino e Indígena, em preparação da primeira ocupação de terra, organizada com objetivo de dar início à construção do movimento de luta pela terra. As reuniões realizadas nas periferias de Buenos Aires aconteceram com migrantes bolivianos, paraguaios e argentinos; migrantes das cidades do interior e o camponês expulso do campo pelo modelo do agronegócio. Essas duas experiências têm em comum o fato de tratar-se um público urbano em busca de terra. Uns nunca foram camponeses e outros têm alguma referência e, ou experiência de fazer agricultura. A luta pela terra é vista como possibilidade de um novo projeto de vida.

Outro elemento importante e similar é a participação das mulheres, jovens e crianças, tendo também como fator comum a migração. Esse novo sujeito da luta pela terra, migrante vê a terra como possibilidade de se estabelecer em um território. Essa nova fase da luta pela terra em Goiás, no restante do Brasil e em outros países, a exemplo da Argentina, indica que estamos vivendo um novo e importante momento da luta pela terra e da reforma agrária, um desafio para a academia e para os movimentos socioterritoriais camponeses. Nessa nova fase, há uma mudança importante passando da ideia da “luta para quem nela trabalha” para a “terra pra quem nela trabalha ou queira trabalhar”, com novas elaborações conceituais e novas estratégias de luta e de organização, desde o trabalho de base dos acampamentos, das lutas e dos assentamentos.

Este trabalho que na origem do Movimento era realizado predominantemente em comunidades camponesas passa a ser realizado nas cidades: pequenas, medias e grandes, centros de concentração demográfica. Principalmente nos bairros populares e periferias das grandes cidades.

Essa mudança de território a ser trabalhado traz um conjunto de implicações e de desafios que precisam ser considerados. Se nas décadas de 1980 a 2000 o trabalho de base era realizado nas comunidades camponesas que tem uma estrutura padronizada, composta por uma igreja católica, uma escola, pequenos comércios, um cemitério e espaços de entretenimentos. Isto era possível dado que estes eram o ponto de encontro, nos finais de semana ou em ocasiões especiais de celebrações religiosas, festas e casamentos ou morte de um membro da comunidade.

Nas comunidades todas as pessoas se conhecem pelo nome, apelido, têm uma história de vida muito parecida entre as gerações. Quando um membro da comunidade muda ou chega um novo morador, todos ali ficam sabendo. Existe uma relação de parentesco na formação da comunidade. Suas lideranças são conhecidas, geralmente

vinculadas à igreja. Assim, há estratégia para entrar em um território camponês com uma ação externa e fazer o trabalho de base para luta pela terra, conquistar a confiança e obter resultados. Era preciso considerar esses elementos do modo de vida, do ritmo da formação cultural. Quando o trabalho de base tem bons resultados as pessoas aceitam o convite para participar da luta pela terra, vão em grupos, mantêm-se em grupos nos acampamentos e, quando são assentados, continuam ficando juntos.

A partir do momento em que este trabalho de base passa a ser realizado nas cidades maiores, que têm outra dinâmica, incorporam-se outros elementos e desafios e há implicações em todo processo de trabalho de base, nas formas organizativas e de lutas, como por exemplo:

- Não existe um só ponto de referência, existe uma pulverização de igrejas neopentecostais disputando com a igreja católica, cada uma com sua dinâmica de atividades.
- Escolas, associação de moradores, bairro e um conjunto de iniciativas, que vão depender de cada local.
- Separação entre local de moradia e local de trabalho.
- Diversidade de atividades de trabalho.
- Uma vida bastante agitada, com lógica diferente do tempo das comunidades camponesas.
- Um processo migratório intenso.
- Um território disputado por muitos interesses e com métodos diferentes.

Em Goiás, existem particularidades que precisam ser consideradas para além dos elementos já apontados. Entre eles, o fato de se tratar de um estado com correntes migratórias de praticamente todo o país; inclusive Goiânia e as cidades do entorno, concentram mais da metade da população do estado, perante uma economia predominantemente agropecuária, concentrada, dependente e, ou de serviços. Esses fatores socioeconômicos e de formação cultural que caracterizam a sociedade goiana têm implicações que precisam ser consideradas ao se pensar a questão agrária e reforma agrária local.

De fato, houve uma mudança, do público camponês para gente da cidade. Este, agora, é um público migrante de formação profissional e de experiência bastante heterogênea, e modo de vida difuso. Aqui apresentamos a composição do novo público nos acampamentos e assentamentos e suas implicações, que ficam demonstradas ao se

analisar um dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Neste caso, vamos tratar da Mesorregião do Centro Goiano, na Microrregião de Anápolis, no município de Itaberaí, no assentamento Dom Fernando. Este está sob jurisdição da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Goiás (INCRA-SR/04), Resolução de Criação/INCRA/SR-04/Nº. 25 - de 26 de Setembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União nº. 187 - de 28 de Setembro de 2006. Dos 68 titulares entrevistados, apenas oito pessoas, que representam 11% dos entrevistados, atuavam na agricultura antes de ingressar no assentamento (Tabela 7).

Tabela 7 – Origem profissional dos assentados do Acampamento Dom Fernando em Itaberaí-GO – 2008

5. Antes de vir para o assentamento, qual era a sua profissão?	Quantidade	%
1 – agricultor / trabalhador rural	8	11,76
2 – motorista de táxi	3	4,41
3 – comerciante	3	4,41
4 – Do lar	5	7,35
5 – Soldador	4	5,88
6 – doméstica	6	8,82
7 – motorista de caminhão	5	7,35
8 – pedreiro	8	11,76
9 – servente	7	10,29
10- Costureira	5	7,35
11- Serviços Gerais	3	4,41
12- Outras	11	16,18
TOTAL	68	100

Fonte: SILVEIRA, André Luiz Rodrigues da, et al. 2008.

Outra pesquisa analítica realizada sobre o perfil do novo sujeito da luta pela terra aconteceu a partir da ficha cadastral do Acampamento Dom Tomás Balduino, que teve início em 2014. O acampamento está localizado no Município de Corumbá de Goiás, porém as famílias provinham de vários municípios da região metropolitana da grande Goiânia e do entorno de Brasília. O acampamento nasceu resultado do trabalho de base feito por militantes do MST-GO com o objetivo de organizar a ocupação e iniciar a luta pela fazenda Santa Mônica um dos maiores latifúndios do estado, de propriedade do Senador Eunício de Oliveira. Teve início no dia 31 de agosto de 2015 quando da realização da primeira ocupação. O acampamento chegou a reunir mais de três mil famílias no seu período de auge. O acampamento Dom Tomás foi considerado um dos maiores acampamentos da história da luta pela terra em Goiás. Nosso trabalho

de análise do perfil dos acampados dos quais selecionamos uma amostra de 64 cadastros internos, utilizados para controle e organicidade interna do acampamento (Tabela 8).

Tabela 8 - Origem profissional dos acampados em Corumbá-GO – 2014

Antes de vir para o acampamento, qual era a sua profissão?	Qtde	%
1 – Agricultor / trabalhador rural	04	6,25%
2 – Auxiliar de Produção	01	1,56%
3 – Auxiliar de Mecânico	01	1,56%
4 – Do lar	12	18,75%
5 – Mecânico	02	3,12%
6 – Carpinteiro	03	4,68%
7 – Mestre de Obra	02	3,12%
8 – Pedreiro	03	4,68%
9 – Vigilante Patrimonial	03	4,68%
10- Costureira	03	4,68%
11- Serviços Gerais	02	3,12%
12 – Motorista	11	17,18%
13 – Secretaria do Lar	01	1,56%
14 – Sapateiro	02	3,12%
15 – Supervisor	01	1,56%
16 – Operador de Caixa	01	1,56%
17 – Autônomo	03	4,68%
18 – Vendedora	01	1,56%
19 – Caminheiro	01	1,56%
20 – Enfermagem	02	3,12%
21 – Operador de Máquina	02	3,12%
22 – Serrador de Pedra	01	1,56%
23 – Garimpeiro	01	1,56%
24 – Engenheiro Ambiental	01	1,56%
TOTAL	64	100 %

Fonte: MST, Acampamento Dom Tomais Balduino, Corumbá de Goiás-GO - 2014

Ao se analisarem comparativamente os dados do assentamento e do acampamento, conclui-se que há diminuição do número de pessoas de origem profissional rural que ingressaram na luta por um pedaço de terra, ao passo que houve aumento do número de frações de categorias profissionais vinculadas ao mercado de trabalho urbano. Essas constatações vão ao encontro de nossa análise relativa ao aumento do público de origem urbana na luta pela terra, na pesquisa realizada para o trabalho monográfico por ocasião da graduação em que iniciamos este debate do novo camponês em movimento, criado coletivamente como resultado da luta pela terra.

A escolha dos assentamentos se deu por se tratar de duas experiências formadas por um público de origem urbana. Um dos assentamentos escolhidos foi o Dom Fernando Gomes, do Município de Itaberaí-GO e o outro, o Dom Tomais Balduino, no Município de Franco da Rocha, São Paulo-SP. Em ambos os assentamentos, todas as famílias estavam fora da atividade da agricultura havia mais de 20 anos e parte delas não tinham qualquer experiência.

No trabalho de campo que realizamos nos dois assentamentos todos os entrevistados estavam fora da agricultura há mais de 20 anos. Conforme o mapa da pesquisa feito no assentamento Dom Fernando Gomes, das 10 famílias entrevistadas no trabalho de campo, identificamos que cada família saiu de um município do interior de Goiás; somente uma das entrevistadas é advinda do Ceará. O destino de nove das dez entrevistadas foi Goiânia e de uma Aparecida de Goiânia, ou seja, seu entorno. Todas as famílias estavam há mais de 20 anos fora da atividade agrícola. A saída das famílias para o acampamento foi de Goiânia e Aparecida de Goiânia (MISNEROVICZ, 2011, p. 111).

Mesmo que esse sujeito tenha experiência ou tenha vivenciado parte de sua vida na e da agricultura, podemos afirmar que há duas mudanças significativas que precisam ser consideradas: uma delas relacionada às mudanças no jeito de fazer agricultura.

Este novo camponês quando tem a oportunidade de se reencontrar novamente com a agricultura, encontra-se sob novas condições, pois as mudanças resultado do avanço das forças produtivas, que vai inserindo novas técnicas e tecnologias na agricultura, fazem parte da evolução da humanidade (MISNEROVICZ 2011, p.122).

O segundo aspecto é que, mesmo se tratando de pessoa que já viveu na/da agricultura, o fato ter saído do campo e vivido na cidade faz com que ela tenha incorporado um conjunto de elementos do modo de vida urbano. Ou seja, há um *habitus* urbano e rural que, conforme explica e define Bourdieu (1983), trata-se de um sistema de disposições duráveis que os seres humanos vão acumulando em sua trajetória de vida. “Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionam a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações que se realiza em determinadas condições sociais” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

O conceito de *habitus*, de Bourdieu, contribui para o entendimento da trajetória do *Novo Camponês em Movimento*. O camponês tradicional, que não acumulou experiência do modo de vida urbano, tem sua forma de recriação num processo natural e familiar. O Novo Camponês em Movimento é uma criação nova, em movimento

coletivo e resultado do conflito organizado. Portanto, compõe uma fração do campesinato, porém com características próprias, de modo que muitos desses novos camponeses precisam aprender a fazer agricultura. Sua criação se dá como resultado da disputa territorial, da desterritorialização do capital representada pelo latifúndio. Ao ser criado, cria-se concomitantemente um território camponês com autonomia relativa. A partir do *habitus* urbano, já formado, tem início a formação de um *habitus* rural, mas que traz a marca do urbano no padrão e modo de vida que vai sendo recriado. Somente esse novo camponês reuniu elementos do modo de vida urbano e rural a este novo camponês tudo, ou, quase tudo é novidade no fazer agricultura, uma vez que precisa aprender a compreender o tempo da natureza, o tempo do plantio, do desenvolvimento e da colheita. Coisa que para o camponês tradicional já está naturalizada, é parte de seu cotidiano.

A criação do Novo Camponês em Movimento tem seus elementos a serem considerados como a questão dos protagonismos, o papel das mulheres que agora têm presença maior nos acampamentos.

Entre os elementos que consideramos importantes ao estudar o novo campesinato em movimento, a questão das mulheres e as relações de gênero são fundamentais, uma vez que na tradição e história camponesa que discutimos no segundo capítulo, a divisão natural do trabalho e a subordinação ou dominação das mulheres aos homens “chefes de famílias” é bastante forte. A dominação se dá de diversas formas, mas, principalmente, pelo aspecto econômico, pois geralmente são os homens que controlam a economia da família, mesmo que todos sejam responsáveis e trabalhem para produzir a renda familiar. Também sejam as mulheres que na maioria dos casos, mais trabalhem, que, geralmente fazem tripla jornada de trabalho. Além de serem vítimas de muitas formas de violência e violação humanas (MISNEROVICZ, 2011, p. 127).

Ao fazer a pesquisa monográfica e analisar o papel das mulheres nesse processo de criação do Novo Camponês em Movimento, deparamos com a presença das mulheres no cuidado dos filhos, da produção, nas organizações coletivas (associação, sindicatos, cooperativas) entre outros:

O conjunto de observações [contribui] para entender o papel e a participação das mulheres. Constatamos que elas desempenham [...] papel fundamental, pois permanecem mais tempo no assentamento; já os homens, na sua maioria, fazem trabalho acessório para complementar a renda. Percebemos que a maioria das iniciativas de cooperação agrícola é realizada pelas mulheres. As campanhas de sementes e o debate da soberania alimentar têm participação maior das mulheres. São as mesmas que ficam com os filhos mais tempo; portanto, vão formando uma nova geração de camponeses (MISNEROVICZ, 2011, p. 136).

A mudança do perfil da base social, o surgimento da origem urbana na luta pela terra e a presença das mulheres tanto no processo da luta como nas atividades econômicas nos assentamentos, contribui de forma decisiva na transformação das relações de gênero. O fato de as mulheres atuarem na economia e na política contribui de forma decisiva para quebrar, romper com a lógica machista e patriarcal, bastante forte na estrutura da sociedade e do núcleo familiar nos costumes do campesinato tradicional. A presença das mulheres nas atividades produtivas contribui para desenvolver a produção dos alimentos saudáveis da agroecologia, a produção de semente, o fortalecimento da economia popular. Também atuam na saúde popular com alternativas de cuidados; com a ecologia; no estímulo à troca de variedades de sementes, receitas de culinária e remédios alternativos; ou seja, fazem importante no trabalho com a cultura e o saber popular. Na presença ativa das mulheres na política, na economia camponesa de produção de alimentos saudáveis e incorporação dos elementos do saber popular, acreditamos que estão os indicativos para o reequilíbrio socioeconômico e socioambiental em áreas de assentamentos campesinos.

3.4 - Acampamentos, lutas, assentamentos: novos elementos da questão agrária.

Existe uma relação entre acampamentos, lutas e assentamentos; um não existe sem os outros. Os acampamentos como forma de luta são resultado da decisão política de determinada organização que faz a luta pela terra de forma organizada. Assim, não é algo naturalizado, factual, mas resultado de uma intencionalidade política. No caso brasileiro, o acampamento, com raríssimas exceções, é caminho quase obrigatório para se chegar ao assentamento. Ao mesmo tempo, os assentamentos são resultados dos acampamentos, das lutas e conflitos organizados. Quanto mais conflitos e mais gente envolvida, mais quantidade de assentamentos e pessoas conquistando a terra em menos tempo.

Fernandes (2012, p. 21) assim define o acampamento:

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupação da terra; outra parte, está se organizando para preparar a ocupação da terra.

Pensar a questão agrária brasileira e a Reforma Agrária Popular

necessariamente implica pensar o papel dos acampamentos, dos conflitos organizados e dos assentamentos que vão sendo conquistados. Nesse processo, cumprem o papel de acumular forças e formação humana do *Novo Camponês em Movimento* e nas experiências de organização, experiências de produção de alimentos saudáveis e fortalecimento da economia popular. As circunstâncias históricas do processo de luta pelo acesso à terra no Brasil passam necessariamente pelas iniciativas coletivas desenvolvidas pelas organizações que fazem a luta pela terra. Os assentamentos são resultados dos acampamentos (Fotografias 9 e 10). Ou seja, para um camponês ter acesso à terra, é necessário ingressar em um acampamento e aguardar até que o assentamento seja realizado, o que, em geral, só se materializa se houver luta e pressão sobre os governos e o Estado.

Os acampamentos como forma de organização, de luta, como ponto de encontro das pessoas que desejam conquistar um pedaço de terra foram assimilados por todas as organizações que fazem a luta pela terra e são reconhecidos pela sociedade e pelos governos. Essas formas de luta não são criações dos movimentos contemporâneos, mas fazem parte da longa trajetória da luta camponesa, indígena, de negros e de pobres. Conforme texto de circulação interna do MST, retratamos essa situação, explicando que

A forma de luta através da organização de acampamentos para conquistar a terra para trabalhar pode-se considerar como uma forma clássica, que ao longo da história sempre foi utilizada pelo campesinato de toda [a] América Latina. O sentido maior de organizar um acampamento é de que assim, as pessoas tomam posse e controle de um território, e demonstram a vontade política de resistir nele, para poder trabalhar na terra. (Quando falamos em Território estamos falando em poder, em controle de determinado espaço geográfico.) Na história das lutas sociais do campesinato de todos os países Latino Americanos, sempre aparecem os acampamentos como uma forma de luta. E por ser uma forma tão comum e usual, não se pode atribuir a ninguém a sua origem, nem ideia. Ou seja, parece ser uma forma tão natural dos despossuídos da terra organizarem-se, reagirem e obterem a conquista de seu objetivo que é a terra. No Brasil, desde que os pobres do campo se constituíram como classe do campesinato e passaram a ter consciência, ainda que ingênua, também passaram a utilizar a forma de acampamento. Se voltarmos no tempo histórico, poderíamos dizer que até a luta dos trabalhadores escravos, quando fugiam da escravidão e das fazendas, iam para as terras públicas, inóspitas, lá formavam novas comunidades que eles apelidaram de quilombolas, no idioma africano. E no início um quilombo, era na prática um acampamento. Ou seja, um aglomerado de barracos, feitos com materiais da natureza (palha, barro, madeira...) construídos em círculos, para se protegerem melhor de possíveis ataques dos senhores de escravos ou de animais silvestres (MISNEROVICZ, 2009, p. 2).

Fotografia 9 - Estado de Goiás – Manifestação realizada pelos acampados do Acampamento produtivo Padre Josimo, em Santa Helena de Goiás, no sudoeste goiano - 2015



Fonte: Arquivo pessoal de J. V. Misnerovicz – 2015.

Fotografia 10 - Estado de Goiás - Reunião dos acampados do acampamento produtivo Padre Josimo em Santa Helena, no sudoeste goiano – 2015



Fonte: Arquivo pessoal de J. V. Misnerovicz – 2015.

No atual contexto da luta pela terra, os acampamentos incorporaram novos elementos e funções que dependem da intencionalidade de cada organização social a partir de suas concepções de reforma agrária, políticas e ideológicas. No caso do MST, os acampamentos são considerados espaço fundamental no processo de formação, qualificação dos trabalhadores e de transição para os assentamentos. Por isso, explica Misnerovicz (2009, p. 9):

A luta desenvolvida pelo MST, através da organização das famílias sem-terra que se aglutinam nos acampamentos nos diversos estados brasileiros, coloca neste momento conjuntural e de perspectivas para o avanço da luta de classe e enfrentamento aos inimigos da classe trabalhadora, uma importante questão: como potencializar as formas organizativas para acumular forças? Esse debate passa, necessariamente, por uma compreensão de como estamos formando as pessoas que chegam ou que são trazidos para nosso Movimento, na perspectiva de desconstruir um “vício cultural” e reconstruir novos valores, ressignificando a vida dessas pessoas. Aqui é possível pensar o acúmulo de forças para mais do que números, mas de qualidade/capacidade de intervenção política de quem já está no MST.

Os acampamentos servem como ponto de encontro das pessoas que têm como projeto de vida o campo, a agricultura. São os acampamentos que cumprem papel fundamental no processo de criação do Novo Camponês em Movimento e da proposta de Reforma Agrária Popular defendida pelo MST. Nele se reúnem as pessoas, de lugares, origem, culturas e histórias de vida diferentes, tendo em comum a necessidade da terra e trabalho, historicamente negada, e a possibilidade de um projeto que mude sua condição de vida. O surgimento de um acampamento é resultado de um trabalho de base realizado por militantes do Movimento, que tem como objetivo reunir o maior número de pessoas, uma vez que a força do Movimento está no número de pessoas e na organização implementada. Fernandes (2012, p. 21) explica como surgem um acampamento e a importância do mesmo na vida das pessoas, na luta pela terra e território:

A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. Com este ato, as famílias demonstram também que estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra, na construção do *território camponês*.

O acampamento como espaço de produção/construção da luta é o espaço fundamental para o exercício da conquista do território sob controle dos acampados, pois existe controle de permanência. Para morar no acampamento é necessário o consentimento da organização e ou das pessoas que o iniciaram. Um espaço de transição

na luta pela terra é uma realidade de transformação e formas de materialização da organicidade dos Sem-terra, pois nem todos que entram em um acampamento nele permanecem até a conquista da terra, mas quem permanece por mais tempo que possa, sai do acampamento para o assentamento definitivo.

O tempo necessário para que um acampamento se transforme em assentamento vai depender de um conjunto de fatores como, por exemplo, o número de pessoas e sua força; a localização do acampamento, no caso, se fica em beira de estrada e com pouca gente tende a permanecer por mais tempo, até deixar de existir sem conseguir chegar ao assentamento. Já acampamentos que têm maior número de pessoas, mais de mil famílias, e conseguem permanecer produzindo dentro das áreas ocupadas, tendem a chegar ao assentamento em menos tempo. A escolha da área reivindicada ou do latifúndio a ser ocupado para pressionar sua desapropriação ou a situação de documentação de endividamento, ou de pessoas que representem uma força política e econômica no lugar, no estado ou nacionalmente, são variáveis importantes e podem ser decisivas para a diminuição do tempo de duração do acampamento. A conjuntura política e governamental também influencia no tempo, sobretudo em situações em que o governo está mais fragilizado e pressionado, quando tende a atender as reivindicações como forma de se livrar da pressão, ou em casos que o governo está forte e toma uma decisão política de fazer assentamentos. A capacidade de articulação empregada pela organização que coordena o acampamento também contribui para encurtar o tempo; quanto mais forças organizadas são envolvidas na defesa e na pressão, mais rápido sairá o assentamento. Por conta desse conjunto de variáveis, é que se torna difícil precisar o tempo que uma pessoa fica acampada até ser assentada. Mas quem permanece e persiste chegará ao assentamento, mesmo que demore! Pois durante o período em que fica acampado vai preparando-se para o assentamento.

O processo de luta na forma de acampamentos passa a cumprir um papel importante na preparação desses novos camponeses tanto para lida na agricultura como também para formação da nova comunidade camponesa no assentamento. A demora no assentamento obriga as pessoas a viver mais tempo nos acampamentos e, contraditoriamente, cria as condições para uma convivência e proporciona um melhor conhecimento e fortalece as relações de amizade e de cooperação, que contribuem para superação das dificuldades que aparecem. Além de que, durante o período de acampamento, as pessoas têm oportunidade e mais tempo para participar de cursos de capacitação quando oferecidos pela organização (MISNEROVICZ, 2011, p. 122).

No acampamento, quando a organização trabalha com intencionalidade política e em boas condições de localização, torna-se possível organizar a produção, a escola e os espaços de atividades de esportes. Além de um programa e momentos de formação mais intensa, que contribuem para a elevação do nível cultural e de crítica para ajudar a sustentar política e ideologicamente a luta pela terra e pela reforma agrária na superação sistêmica. O acampamento desenvolve uma dinâmica organizativa que envolve todos em tarefas, compartilhando responsabilidades nas decisões e em sua execução. É nesses compromissos que as pessoas (crianças, jovens e adultos) se tornam sujeito de todo o processo que contribui para a emancipação humana e para a edificação da nova territorialidade camponesa. Aí, transforma-se em espaço de vivência e formação humana, de vivência de valores humanistas, de mudanças de concepção de mundo, com uma visão crítica da realidade, com uma identidade social reconhecida. Por isso, o acampamento é experiência de vida que marca para sempre. Ao desenvolver as experiências de produção de alimentos saudáveis, por mais que seja em pequenas quantidades, isso lhes serviu como referências e elementos objetivos para pensar o futuro assentamento.

3.5 Os assentamentos como espaço de luta e territorialização das conquistas

Pode-se afirmar, pela trajetória histórica da luta pela terra no Brasil, que o assentamento é um território camponês em construção, conquistado e criado como resultado da iniciativa e da organização social na luta pela terra. As pessoas se organizam e pressionam o Estado e governos para que sejam criados os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária; por isso, estes não são iniciativas de governos, mesmo que exista toda uma regulamentação jurídica. Vimos que todos os governos estabelecem compromissos e metas, mas na prática os assentamentos só acontecem como resultado da pressão dos que buscam, através das organizações, organizar as lutas⁹.

Os assentamentos resultam da luta dos movimentos sociais, da luta pela terra; pela força da organização coletiva, pressionam o governo federal e os governos estaduais para realizar o assentamento das famílias acampadas. Do ponto de vista legal,

⁹ No “Brasil, o termo assentamento rural esteve atrelado, por um lado à atuação estatal direcionada ao controle e à delimitação do novo “espaço” criado e, por outro às características dos processos de luta e conquista da terra empreendida pelos trabalhadores rurais” (LEITE, 2012, p.108).

cabe ao governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a responsabilidade pelos assentamentos das famílias acampadas, e aos governos e judiciários estaduais administrar juridicamente as disputas de classes expressas nas ocupações, conflitos e acampamentos em condição de ocupação. A força dos acampados está na sua capacidade de organização e da resistência ativa, única estratégia que viabiliza a maioria dos assentamentos rurais no Brasil (Fotografia 11).

Fotografia 11 - Estado de Goiás – reunião dos acampados do acampamento produtivo Padre Josimo em Santa Helena, no sudoeste goiano – 2015



Fonte: J. V. Misnerovicz – 2015.

Os acampamentos vêm ganhando novos contornos e conteúdo e incorporando novas estratégias, como parte da luta de resistência, e novos sujeitos sociais advindos de cidades médias e de regiões metropolitanas. Têm vínculo urbano os últimos acampamentos, como o acampamento Dom Tomais Balduino, em Corumbá (2013-2014), e o acampamento Padre Josimo, no município de Santa Helena, que apresentam esse perfil. São grandes acampamentos, produtivos e resgatam práticas solidárias do campesinato e experiência de cooperação, como a produção agrícola e não agrícola por ajuda mútua, uma das formas de organização do trabalho e da produção, que estabelece sentido a essas ocupações e cria vínculos afetivos entre sujeitos sociais que se conhecem na luta. O acampamento é lugar de produção e construção de vínculos entre os sujeitos sociais acampados – lugar de resistência ativa (Fotografias 11, 12, 13,

14, 15 e 16). Outro aspecto importante é o resgate das festas comunitárias realizadas entre os membros dos núcleos organizativos do acampamento e internuclear, como almoço coletivo, festas religiosas, celebrações, místicas etc.

A criação do assentamento é, ao mesmo tempo a criação de uma comunidade e um território camponês, sendo que, uma vez criado, passa a ser oficialmente uma área definitiva e delimitada pelo Estado. Cada assentamento tem suas características e dinâmica. Não existe um modelo único, uma vez que também vai depender de um conjunto de variáveis como: origem e perfil dos assentados; formas organizativas; atividades de produção; forma de cooperação desenvolvida.

Os assentamentos assumem, então, configurações distintas – coletivas/individuais: agrovilas/pluriativos; habitações em lotes/em agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais /federais; com poucas/muitas famílias; organizados e/ou politicamente representados por associações, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais, etc., -, mas significarão sempre, malgrado as precariedades que ainda caracterizam número expressivo de projetos, um ponto de chegada e um ponto de partida na trajetória das famílias beneficiadas/assentadas (LEITE, 2012, p. 111).

No assentamento, a coletividade acampada cria vínculos, estabelece relações de compromisso coletivo e solidário, pois deve compreender que, na luta de classes, o individualismo não pode prevalecer sobre as ações coletivas. O acampamento constitui-se numa etapa importante da conquista do território camponês. Na verdade, é um embrião da construção da comunidade camponesa, que nasce dessa convivência e prática de valores de cooperação e solidariedade. Pensar o território camponês como espaço constante de luta e de conquista cotidiana. A conquista da terra é uma das muitas etapas na luta contra o poder hegemônico.

Independente da forma de assentamento e/ou dos resultados socioeconômicos, eles são fundamentais e cumprem papel estratégico para o conjunto da sociedade. Cada assentamento criado é um latifúndio a menos; por isso, os assentamentos são fundamentais para a democratização da terra em nossa sociedade e a materialização da desterritorialização do latifúndio, com a consequente (re)territorialização do campesinato. Cada pessoa assentada é uma pessoa que sai da condição de sem-terra, da condição de trabalho subalterna e passa à condição objetiva de ter autonomia econômica, mesmo que com certa relatividade. Sem o assentamento, nenhuma política e programa oficial de reforma agrária podem ser aplicados. Portanto, é nos assentamentos que se materializam objetivamente os resultados das lutas.

Acampamento Padre Josimo, lugar de produção e construção de vínculos entre os sujeitos sociais acampados. lugar de resistência viva – 2015

Fotografia 12



Fotografia 13



Fotografia 14



Fotografia 15



Fotografia 16



Fotografia 17



Fonte: Arquivo pessoal – José Valdir Misnerovicz - 2015

O assentamento cumpre papel dinamizador da economia popular local, pois,

[...] é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, trabalhar e produzir, dando uma função social à terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais, que não são garantidos a todo o povo brasileiro, como casa, escola e comida. O impacto da criação de um assentamento marca a vida de um município, tanto do ponto de vista social como econômico. Em primeiro lugar, a terra ganha uma função social. Em segundo lugar, um conjunto de famílias ganha instrumentos para a sua sobrevivência. Depois de um período, constroem a casa, conquistam a escola e começam a produzir. A produção garante o abastecimento de alimentos aos moradores das pequenas cidades e gera renda às famílias assentadas. Buscamos, em cada assentamento, desenvolver uma mentalidade e uma atitude de Soberania Alimentar, compreendendo que a nossa função social é produzir alimentos, sendo esta a nossa primeira tarefa histórica, eliminando a fome do meio das famílias camponesas (MST, 2015, p.1).

As conquistas de assentamentos são fator fundamental para impulsionar e alimentar a luta pela terra, pois incentivam mais pessoas a participar dos acampamentos e fortalecer a luta. Existe uma unidade dialética entre assentamento e acampamento:

quanto mais acampamentos, mais assentamentos conquistados e quanto mais assentamentos conquistados, mais pessoas se envolvem na luta e mais acampamentos vão surgindo e alimentando a luta pela terra. Um não existe sem o outro. Os assentamentos são fundamentais para forçar e fazer avançar a Reforma Agrária Popular.

O atual estágio da luta pela terra e de uma Reforma Agrária de caráter popular precisa combinar acampamentos produtivos com maior número de pessoas e assentamentos em terras de melhor fertilidade natural com maior número de pessoas. Quanto maior for o assentamento maior será a possibilidade de implementar um conjunto de infraestruturas sociais e produtivas como: escola, posto de saúde, agroindústria. Quanto mais pessoas organizadas maior a força política e mais rapidamente as políticas e programas de Estado são acessadas. Por isso, é que os assentamentos pequenos e isolados têm mais dificuldade de se viabilizar economicamente e acabam ficando muito dependentes de prefeitos, do INCRA e demais órgãos que coordenam algumas políticas para estes territórios.

Os assentamentos cumprem um papel fundamental na luta pela terra e pela reforma agrária no diálogo com a sociedade, através da comercialização dos alimentos, principalmente quando são realizados via feiras e, ou vendas diretas nas residências dos consumidores ou quando os consumidores vão até o assentamento para adquiri-los. Um

assentamento, quando bem sucedido, serve de propaganda positiva para o fortalecimento do projeto de Reforma Agrária.

No âmbito da luta, a Reforma Agrária Popular vai sendo construída em cada assentamento conquistado e no apoio que vai tendo das pessoas do seu entorno ao perceberem que todos são beneficiados e que essa reforma agrária de caráter popular é para todos. É alimento saudável e acessível a todos, é a economia popular local dinamizada. Então, quando a população do entorno do assentamento começar a entender que os benefícios e os impactos positivos são para a maioria e passarem a defender a bandeira da luta por assentamento e pela Reforma Agrária Popular, criar-se-á uma rede nacional de territórios camponeses de apoio e força real. Formar-se-ão assim, as condições para transitar do atual estágio de criação de assentamentos pontuais para a criação de regiões reformadas e uma reforma agrária massiva, num amplo processo de transformação social.

Parafraseando Carlos Walter Porto Gonçalves (em suas diversas obras e falas) a partir de tudo isto, podemos dizer que a chegada do camponês ao assentamento é o processo de conquista do direito de lutar por um espaço de vida no campo. O tempo de permanência no assentamento é parte do processo de sua reconstrução como sujeito da luta, como pertencendo àquele movimento e portador de uma territorialidade que ali está sendo construída. A conquista da terra com o assentamento é a territorialização. O compromisso com a luta depois de assentados é a comprovação da introjeção de um *habitus* camponês, ou melhor, do *Novo Camponês em Movimento*.

3.6 - Os conflitos atuais como elementos da questão agrária contemporânea

Os conflitos em torno da Questão Agrária e da Reforma agrária fazem parte do processo histórico e nele cumprem papel fundamental. Do ponto de vista objetivo, o conflito organizado tem garantido conquistas de assentamentos e, do ponto de vista subjetivo, o conflito contribui para a formação política ideológica dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra. O conflito é necessário, pois a violência é a opção das forças contrárias à democratização da terra. Então, a natureza dos conflitos em torno da luta pela terra faz que esta adquira novos elementos que se relacionam com o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo, do Estado e das forças destrutivas no campo e na agricultura.

Para entender as mudanças na natureza dos conflitos, é necessário compreender e considerar que existe uma relação entre o avanço do capitalismo na agricultura e a natureza do enfrentamento envolvendo as forças opostas. Não há, pois, espaço para a Reforma Agrária nem para políticas pontuais de assentamentos no interior do modelo agrícola hegemônico brasileiro, quiçá goiano. Por isso, a conquista de assentamentos é fundamental para as forças que organizam a luta pela terra e pela reforma agrária, pois a conquista funciona como combustível para a luta. Porém, conquistas nesse estágio de disputa de projeto em que a tomada da terra é fundamental, dependem de lutas e conflitos mais contundentes e da combinação de formas de luta. A luta pela terra, por assentamento e, ou por reforma agrária, tornou-se uma luta de classes por um projeto social de vida no campo, na agricultura e na sociedade; portando, é disputa por poder na sociedade. Se o conflito é parte da existência da sociedade de classe e tem sido fundamental na disputa de projetos, a violência é decorrente da falta, da ausência e da negação da política verdadeira como instrumento mediador na luta da classe trabalhadora, dado que na atualidade essa política se volta para ações puramente mercadológicas, numa dimensão neoliberal. Tal sentido da disputa política e do conflito, explica Sauer (2010, p.15):

A política é o exercício permanente de relações de disputa, em torno do poder real na sociedade, em todas suas esferas. O conflito político, e entre as classes faz parte naturalmente do funcionamento de uma sociedade de classes. A violência ocorre na ausência de poder político - é o uso da força bruta para impor a sua vontade. A violência não é expressão do conflito.

Se o conflito é salutar, funciona como alimentador para as conquistas da terra e território. O conflito organizado é determinante para desbloquear os entraves impostos pelas forças contrárias à democratização da terra, em especial no que se refere à burocracia do Estado, funcional para manutenção da estrutura fundiária em concentração. Já a criminalização e a violência física com repressão do Estado ou do setor privado, nas formas de assassinatos, agressões físicas, prisão ou criminalização política são sempre instrumento repressor utilizado pelas elites econômicas e pelo Estado de natureza classista. A violência é um atentado à vida e a criminalização uma tentativa de tornar crime a legitimidade do conflito e de desmoralização e deslegitimação das lutas, que são inerentes à sociedade capitalista, ou seja, enquanto houver sociedade capitalista haverá lutas de classes.

Sauer (2010, p. 15) define conceitualmente as categorias *violência* e *criminalização*:

A violência é a agressão física. É o atentado à vida. A criminalização é uma tentativa política de induzir, tentar transformar as ações resultantes do conflito em Crime! As práticas de crime pelas elites são, no entanto “crimes”, diferente do processo de criminalização. A ação de “criminalizar” por parte das elites, visa objetivamente a deslegitimar, tirar “o direito” dos trabalhadores, sem usar a violência física. E com a criminalização querem tirar a moral e o direito dos subalternos fazerem ações políticas. Para isso, usam todos os mecanismos que a classe dominante tem no estado. Quando a CPMI da terra tentou impor o conceito de que ocupação de terra é um crime hediondo, isso é a prova maior da tentativa de criminalizar a ação política dos subalternos.

Os conflitos e as formas de violência envolvendo a questão agrária e a reforma agrária, independente da justificativa para seu uso, estão relacionados aos interesses antagônicos que envolvem o uso e a posse da terra. Por se tratar de interesses antagônicos, pode-se afirmar que não é possível a conciliação, uma vez que a terra foi transformada em mercadoria para reprodução capitalista, bem de troca, possibilidade de obtenção de renda. Assim, uma vez que a terra é um bem natural limitado (e não criação humana), a disputa é pela posse e uso; é a disputa pelo que existe, é arrancar de uns poucos o direito de uso apossado e distribuir para muitos. Nessa mesma perspectiva corroborando a ideia de Carvalho (2003, p. 3), quando reafirma que os conflitos sociais são decorrentes de disputas antagônicas:

Os conflitos sociais decorrentes da luta pela terra são consequências dos confrontos entre os interesses econômicos das classes e frações de classes sociais proprietárias ou usufrutuárias da terra rural com os interesses dos trabalhadores rurais sem terra na sua luta pela apropriação de parcelas da terra rural já privatizada. Estabelece-se uma correlação de forças sociais específica, relacionada com a posse e domínio da terra. Como essa disputa tem como objeto a transformação parcial da estrutura agrária, transformação essa representada pela apropriação da terra por outra classe social, colocando em questão a propriedade privada da terra dos grandes empresários, as demais classes sociais dominantes que constituem o bloco no poder acabam sendo envolvidas politicamente, senão diretamente, mas, sobretudo através da ação do Estado. E, ideologicamente, enquanto hegemônicas, induzem as demais classes sociais que possuam a propriedade da terra, como os agricultores familiares e os pequenos e médios empresários, e os povos indígenas a assumirem os interesses de classe das classes dominantes.

As forças antagônicas atuam e desenvolvem estratégias a partir de suas convicções e combinações de táticas que são usadas dentro de circunstâncias históricas e de elementos conjunturais. Existem fórmulas consideradas clássicas e usuais na atualidade em que se combinam a cooptação coletiva, e/ou individual, a divisão de uma força com finalidade de enfraquecimento e a repressão física, coerciva coletiva e seletiva. Essas formas clássicas podem ser utilizadas separadamente ou articuladas e combinadas. Numa sociedade dividida em classes, cujo modo de produção predominante

é capitalista, o Estado tem natureza classista. Nele, a classe dominante cumpre papel fundamental e funcional para as forças contrárias à democratização da terra.

Por outro lado há antídoto para essa fórmula clássica, contrário às forças que propugnam pela democratização da terra. Este está na combinação das seguintes formas de luta:

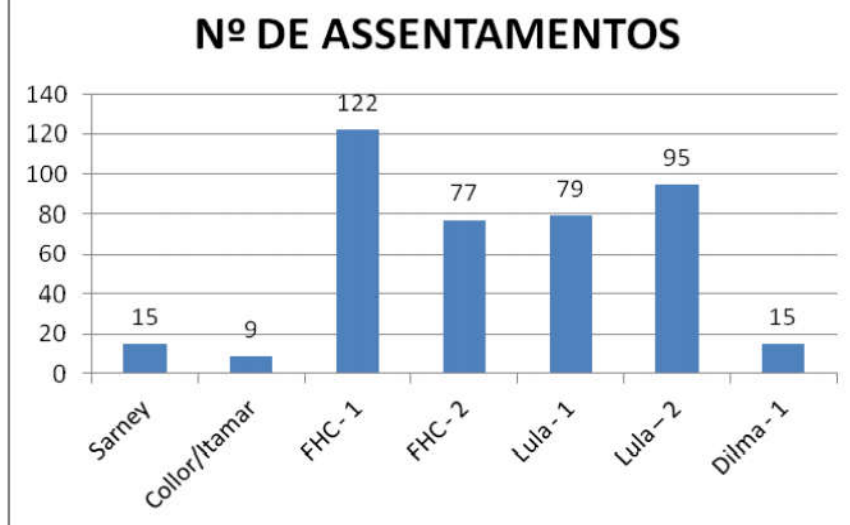
- Não substituir as negociações pelas lutas, mas combinar as duas.
- Não se pode separar luta econômica de luta política.
- Combinar dialeticamente a prática com a teoria.
- Não personalizar a causa, evitando a apropriação da causa coletiva por projeto e, ou interesse pessoal.
- Manter uma relação de tensionamento permanente com o Estado e uma relação de autonomia frente aos governos.
- Valorizar cada e todas as conquistas coletivas.
- Combinar a forma organizativa descentralizada e politicamente centralizada.

No Brasil, os assentamentos rurais são conquistas resultantes dos conflitos e das lutas de pessoas e famílias organizadas em inúmeros movimentos socioterritoriais. Portanto, a terra não se ganha, se conquista; não é dádiva de nenhum governo historicamente constituído. Independente do governo, é necessário lutar pela conquista da terra e das condições para nela produzir. Analisando-se os assentamentos conquistados em Goiás desde a década de 1980 até o primeiro Governo da Presidente Dilma (2011-2014) fica explícito que em todos os governos os assentamentos foram conquistados conforme as lutas e a pressão feita pelos trabalhadores e sua capacidade de articulação política com outras forças pró-reforma agrária.

Nos gráficos a seguir (Gráficos 13 14 e 15), nota-se que nem um governo assumiu, como decisão política, a implementação de medidas para realização de reforma agrária de caráter massivo. Está demonstrado nos gráficos que, mesmo em governos, considerados progressistas e populares, como Lula e Dilma, a opção foi pela manutenção da estrutura fundiária concentrada e pelo fortalecimento do modelo de agricultura hegemônico. Reafirmamos assim que a reforma agrária se efetivará mediante a conquista resultante da capacidade dos movimentos socioterritoriais na organização de lutas, enfrentamento de conflitos e construir alianças. Isso se efetiva com o apoio das forças organizadas da sociedade, que contribuem com a luta pela

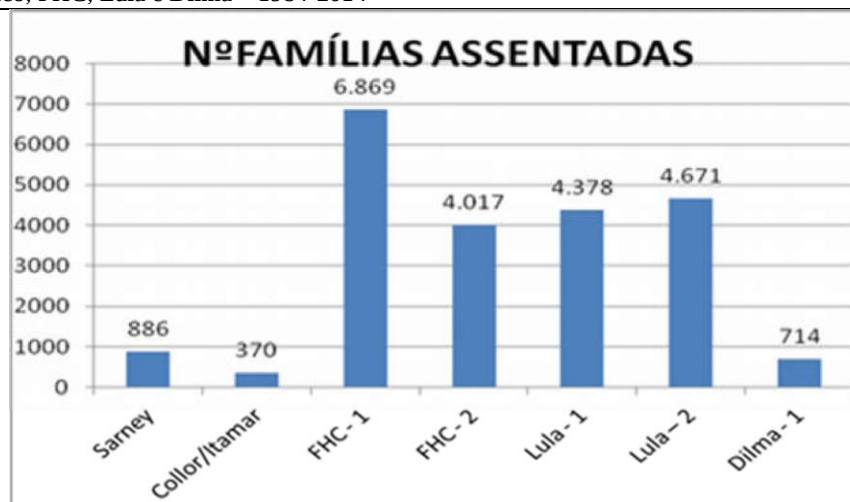
democratização do acesso à terra, via reforma agrária, que no caso brasileiro terá suas próprias características sendo realizada no seu tempo, a partir de lutas geracionais.

Gráfico 13 – Estado de Goiás – Número de assentamentos nos governos Sarney, Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma – 1984-2014



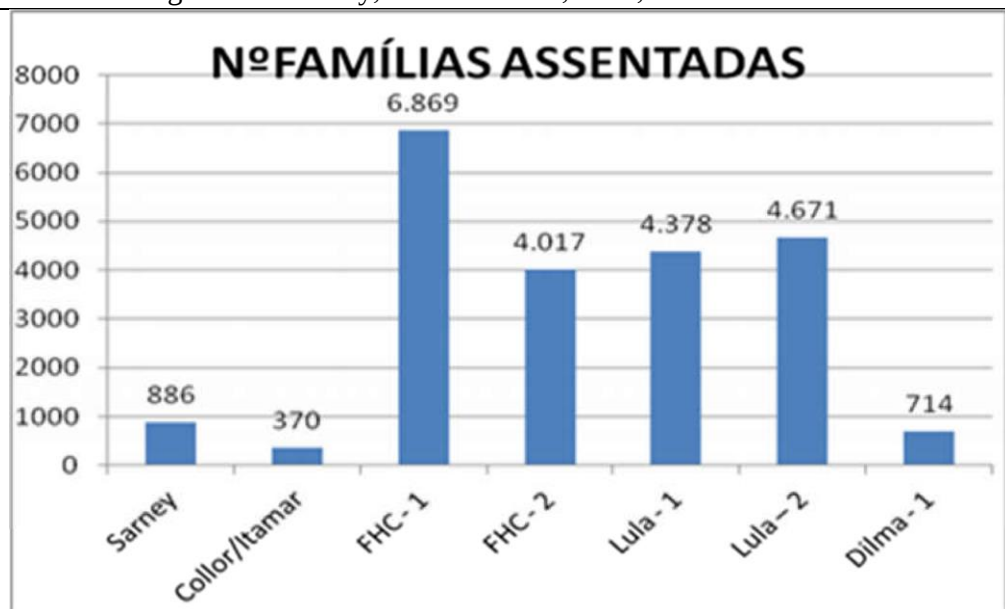
Fonte: Superintendência Regional do INCRA de Goiás e do DF (2015).

Gráfico 14 – Estado de Goiás – Número de famílias assentadas nos governos Sarney, Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma – 1984-2014



Fonte: Superintendência Regional do INCRA de Goiás e do DF – 2015

Gráfico 15 - Estado de Goiás – Área (ha) ocupada pelos assentamentos rurais nos governos Sarney, Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma - 1984 – 2014



Fonte: Superintendência Regional do INCRA de Goiás e do DF – 2015

Os dados históricos analisados por governo mostram que não foi fácil conquistar terra em todos eles. Analisando-se o primeiro e o último governo foram 15 assentamentos criados em Goiás, em cada um e, em número de famílias assentadas, no caso do Governo Dilma foram assentadas 172 famílias a menos. Esse dado nos permite afirmar que não está havendo, no Brasil, um processo de reforma agrária, mas sim de política de assentamentos pontuais que dependem de um conjunto de fatores combinados entre os quais podemos destacar, do ponto de vista da subjetividade, a capacidade de pressão e de estratégia e as formas de lutas que os trabalhadores conseguem desenvolver, de modo organizado, em cada momento conjuntural. No aspecto objetivo, esses fatores se referem, fundamentalmente, à força, em quantidade, das pessoas envolvidas na luta concreta, que depende, geralmente, da situação da economia, pois em período de maior oferta de empregos e renda, diminui a procura pela terra; em período de pouca oferta de trabalho, ao contrário, aumenta a procura por terra. Quando é conquistado um assentamento, a procura pela luta aumenta. Cada conquista serve, pois de estímulo a que outros lutem. Nos últimos anos a situação de crise nas cidades tem aumentado a disposição de pessoas de lutar pela terra, na perspectiva de construir um novo projeto de vida que tenha o campo/terra como base. Essa procura de trabalhadores pela terra traz um novo desafio de reconceitualização das próprias

organizações de sem-terra e de seu lema, que desde a década de 1980, tem orientado o lema da defesa da reforma agrária, de “terra para quem nela trabalha” para “terra para quem nela queira trabalhar”.

As formas de lutas no atual contexto da disputa pela terra e pelo território podem ser as mais diversas, e todas podem e devem ser utilizadas. Contudo, isso vai depender da leitura de conjuntura e da clareza a respeito de qual é o objetivo principal, que é o de acumular forças para o projeto anti-hegemônico. Isto, mesmo não havendo uma hierarquia das formas de luta, já que depende do objetivo e da análise conjuntural¹⁰.

Ademais, mesmo que existam várias formas de lutas e todas sejam importantes, as ocupações de latifúndios continuam sendo a principal forma de luta e estratégia para avançar na conquista da terra e do território.

As ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma reforma agrária no Brasil. Para entender sua principal característica, é importante conhecer também o contexto histórico que contribuiu para a adoção desta forma consagrada de reivindicar terra. De forma mais específica, daremos atenção ao fato de, no último quartel do século XX, as ocupações terem se transformado, por meio da ação de movimentos sociais, em um instrumento fundamental para a reivindicação, no país da estrutura da propriedade rural, em seus diversos aspectos (ROSA, 2012, p. 509).

Assim, a ocupação do latifúndio continua sendo a principal forma de luta e meio para conquistar a terra, sendo, ao mesmo tempo, uma denúncia da existência do latifúndio social e economicamente improdutivo. Então, por se tratar de uma forma de luta contundente e coletiva, é polêmica, uma vez que atinge o coração do sistema e do modo de produção capitalista – a propriedade privada. Cria-se então uma polêmica e um debate que levam as pessoas a se posicionarem sobre a questão.

Para Stédile, (2012), “é uma forma de luta contundente, não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim oportunidade para escamotear o problema social” (*Idem*, p.115). E, ainda, acrescenta: “outro aspecto da ocupação, este do ponto de vista de nossa organização, é que é fundamental, é a essência do movimento” (*Idem*, p.116). E para concluir afirma que “as ocupações de terra continuam a ser a principal forma de pressão

¹⁰Neste contexto, o MST, considerado o movimento social popular de luta pela terra de maior expressão nacional, desenvolve um conjunto de formas de lutas.

de massa que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e acesso direto à terra para trabalhar. Trabalho, escola para seus filhos e a oportunidade de produzir” (*Idem*, p. 119).

Por isso, o desafio maior para os movimentos sociais é a estratégia da ocupação do latifúndio para conquistar a terra e dela utilizar-se para criar o território camponês. As experiências da trajetória da luta demonstram a realização da ocupação e permanência independente das decisões judiciais e da tentativa de despejos com uso da força a partir das liminares de reintegração de posse, que geralmente são expedidas, assim que ocorre uma ocupação. Os principais desafios estão no convencimento e na organização do maior número de pessoas para participar da ocupação e permanecer no território e em realizar ocupações em latifúndios de grande dimensão territorial, geograficamente bem localizados; ademais, ainda em criar um conflito de natureza de grandes proporções, que obriga os governos e o Estado a buscar uma solução que seja tratada no campo da política e não como caso de justiça e polícia.

Ao analisar o contexto da luta em Goiás, podemos afirmar que as ocupações são a mudança da natureza dos conflitos. Essa foi a situação vivida a partir da experiência do acampamento Dom Tomás Balduino no Município de Corumbá de Goiás, de 30 de agosto de 2014, um latifúndio de aproximadamente 21 mil hectares de terra, que pertencia a um Senador da República pelo Estado do Ceará, Sr. Eunício de Oliveira (PMDB). Sua origem é resultado de um processo de expulsão de dezenas de pequenos e médios agricultores, Essa experiência tem servido como referencial de luta pela terra no estado de Goiás e também para o Brasil e, assim, está inaugurando um novo momento da luta pela terra, compondo então como um dos novos elementos da questão agrária contemporânea.

Por final, as marchas como forma de luta complementar são fundamentais e cumprem o papel de apresentar a questão da terra e as contradições no campo brasileiro. A marcha é mais que caminhar! Marchar é um gesto de determinação e convicção. Os sujeitos que participam de uma marcha estão colocando, emprestando seus corpos ao sacrifício pela causa. A beleza da marcha está na combinação da forma e do conteúdo. A marcha é uma forma de luta simpática. Por onde passa as pessoas recebem, acolhem, registram, se posicionam. Cria, por onde passa, um debate em torno da questão da reforma agrária. Assim, pauta na sociedade, nos governos, nos meios de comunicação. É a mais bela forma de luta, de solidariedade entre os marchantes e a classe trabalhadora.

Portanto, a justeza da causa é apresentada nos valores humanistas, nos símbolos, no sacrifício do corpo. As marchas como estratégia da luta pela terra são utilizadas, geralmente, em momentos de bloqueio da política de assentamento e reforma agrária, em momentos conjunturais de tentativas de isolamento das lutas, de ofensiva e de perseguição pelas forças contrárias. Por tudo isso, pode-se afirmar que as ocupações de latifúndios e as marchas são as principais formas de combates experimentadas pelos movimentos de luta pela terra sendo as primeiras complementares às segundas. As demais formas de lutas cumprem uma função intermediária, complementar e de caráter mais emergencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de elementos teóricos, de análises de dados oficiais obtidos, a pesquisa documental e a experiência empírica que serviram para as reflexões abordadas neste trabalho, deram-nos base para afirmar que há necessidade de mudança na forma de uso dos solos, posse da terra, das águas e da biodiversidade do Cerrado em Goiás. Com isso, pode-se afirmar, então, que o modelo capitalista da agricultura do Cerrado foi imposto pela força, a partir da década de 1960, resultado da aliança entre capitalistas brasileiros e estrangeiros, do Estado Nação, estados imperialistas e do latifúndio, com base no modelo e na fórmula do pacote da Revolução Verde. Como consequência, deu-se mais intensivamente a introdução dos produtos químicos, defensivos agrícolas (venenos), sementes e maquinário pesado, responsável pela consumação de uma agricultura sintética homogeneizada, altamente dependente de insumos, tecnologia, do comércio e financiamento estatal, numa forte dependência do capital privado nacional e internacional.

Esse modelo econômico e agrícola hegemônico incorporou um novo dinamismo a partir da dinamização do capitalismo em fase neoliberal como projeto de classe. Sendo assim, a partir da década de 1990 e 2000, com o advento do agronegócio como modelo de agricultura em escala mundial, é imposto em cada território, aproveitando das suas especificidades. Isso, como resultado, redefine (ou reconfirma) no âmbito da nova divisão internacional do trabalho, o lugar e a função do Brasil, da América Latina e de Goiás, inseridos nesse rearranjo do processo produtivo do capitalismo neste início de século. A opção por esse modelo não foi uma escolha dos camponeses goianos, mas, antes, uma imposição a partir dos interesses do grande capital, representados pelas empresas nacionais e internacionais que atuam na agricultura, sob a lógica acumulativa de ganhar dinheiro em quantidade maior e em menor tempo para garantir lucros extraordinários. Isso demonstra claramente que o modelo de agricultura imposto está articulado à mesma lógica sistêmica do capital, no âmbito de sua ampla circulação no mercado, do espaço local ao global.

Por tudo isso, entendemos que esse modelo é causa principal e responsável pela destruição do Cerrado (vegetação, solos, água, biodiversidade), da agricultura, da cultura e do modo de vida camponesa. São irreparáveis as consequências ecológicas, econômicas e sociais impostas pelas forças destrutivas, a partir de uma lógica e de um padrão tecnológicos predadores da natureza e dos seres humanos. Tais situações

também nos colocam face a esse modelo como responsáveis pela migração forçada dos campos para as cidades, ampliando os graves problemas, especialmente das grandes e medias cidades em Goiás. Por isso, vemos que essa lógica, por uma ação sistêmica do capital no campo e na cidade, cria um conjunto de contradições que se materializam: ao se concentrar a terra à renda; a substituir alimentos de autoprodução por mercadorias; ao substituir a renda por lucros; ao esvaziar o campo e ao concentrar a população em poucas cidades, gerando um desequilíbrio na sociedade e na natureza. Além disso, mais especificamente, no âmbito da sociedade geram-se problemas como: violência; doenças; dependência alimentar; padronização dos alimentos como mercadorias industrializadas; proletarização; precarização e espoliação do trabalho; mobilidade urbana; separação socioespacial de classe entre condomínios de luxo *versus* aglomerados populacionais populares sem as mínimas condições de moradia e. ou ocupações vivendo sobre ameaças constantes de despejo.

No tocante ao uso do espaço, impõe-se a lógica e o tempo do capital, desconsiderando-se o tempo da natureza, ao qual a se vem gerando desequilíbrio e do qual se tem alterado o metabolismo e a lógica. Por isso, afirmamos que esse padrão de modernizante do agronegócio, que é ainda doloroso e conservador, é um modelo esgotado, socioeconomicamente inviável e socioambientalmente insustentável. Sua lógica, que visa tão somente o lucro, que beneficia apenas latifundiários e as corporações capitalistas que atuam no ramo dos insumos, na agroindústria e na indústria, na comercialização e no sistema financeiro que controla todo esse processo. Isso, pois, apesar de ser visto aparentemente como imutável e forte, é carregado de contradições e fragilidades, uma vez que não resolve e não atende às necessidades da população local, é voltado apenas para o mercado internacional (espaço das redes de corporações nacionais e internacionais) e não ao território (espaço local, ambiente em que as pessoas se localizam e produzem, reproduzindo-se dentro das contradições apontadas). Assim, quanto maior o investimento desse capital espoliativo, mais aumentam a desigualdade e os problemas locais.

Cabe ressaltar que esse modelo só se viabiliza tendo o Estado como principal sustentáculo e os governos de plantão como articuladores. Essa instância do poder público age aliada aos interesses do capital, atuando como guardião do modelo hegemônico propondo normas, leis que atendam a seus interesses, tais como isenções fiscais e subsídios, logística, criando políticas e programas, numa ação articulada com as entidades de classe que lhes dê segurança jurídica, financeira e, até mesmo, militar.

Vemos isso como o padrão hegemônico, pois, no caso de Goiás, não existiu qualquer governo e ou iniciativa para dificultar essa hegemonia do capital e fortalecer um projeto alternativo de campo, agricultura, desenvolvimento e de democratização do acesso à terra. Em relação à luta pela terra, não faltaram repressão e perseguição. Também aqui, a luta pela terra foi sempre tratada como caso de polícia e do poder judiciário. O exemplo dessa situação é a criação da Comissão de Conflitos Fundiários, objetivando cumprir e dar legitimidade ao uso da força na efetivação das liminares de reintegração de posse frente às ocupações realizadas, como forma de pressão sobre os trabalhadores organizados, em torno da luta pela terra e do território camponês.

A estrutura fundiária, historicamente concentrada, nos últimos anos continuou concentrada. Há uma segregação espacial que atinge também o rural, ampliando o espaço para a empresa capitalista e excluindo os camponeses de seus lugares de vida. Em relação a isso, vemos as ações básicas de lutas de classes em que o Estado e o governo dão suporte às ações do capital, ao passo que, no que toca às lutas sociais da classe camponesa, atuam para garantir seus próprios espaços, sua própria territorialização. Nessa conjuntura, o Estado, age como tutor do modelo hegemônico, demonstrando a contradição entre o discurso governamental (forças que comandam o Estado) sobre sua representatividade social e suas atuação, que não dispensa o emprego de instrumentos de força coercitiva para sustentar esse modelo de segregação.

É notável que a disputa de projetos está cada vez mais clara. Os representantes do poder hegemônico propõem incorporar mais de cinco milhões de hectares de terra à expansão do agronegócio, mais variedade de transgênicos, mais venenos para cada hectare de soja são utilizados 12 litros de venenos. Caso essa incorporação de cinco milhões de hectares com soja seja concretizada, somente em território goiano serão despejados mais 60 milhões de litros de venenos por safra. Mais destruição da vegetação do Cerrado, mais intensificação do uso da água na agricultura.

Por outro lado, ganha força a resistência ativa dos camponeses na defesa dos territórios, na luta pela terra e na construção de iniciativas anti-hegemônicas. Essas últimas são fundamentais para se negar, combater o modelo hegemônico e, ao mesmo tempo, desenvolver um conjunto de iniciativas práticas de um projeto alternativo. É, bem verdade, contudo, a correlação de forças é desigual, mas o fato de existir resistência ativa organizada e dando caráter de luta de classe a essa disputa de projetos, constitui o elo fundamental para o exercício da luta política e pedagógica de sinalização para sociedade, no apontamento de caminhos alternativos.

Entre as iniciativas importantes tomadas para um projeto alternativo está a construção as várias forças, entre elas o MST, a CPT, a FETRAF, o MCP em torno da luta pela aprovação do Projeto Lei de Agricultura Familiar Camponesa, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Esse projeto prevê a destinação de 0,5% da arrecadação do estado para investimentos em programas de fortalecimento de iniciativas cooperadas e de produção de alimentos saudáveis. São exemplos de ações, fortalecimento da produção agroecológica, quintais agroecológicos, resgate e produção de sementes crioulas, feiras de produtos camponeses e outras formas de comercialização direta, além de atividades de formação técnica.

Nisso resulta a luta pela terra e pelo território perante o conjunto de assentamentos criados e de famílias assentadas, que se articulam em torno do projeto alternativo de sociedade. Como se viu, tais conquistas são, em Goiás, resultado das iniciativas de organização, das lutas e suas estratégias, que os movimentos socioterritoriais vêm desenvolvendo. Em relação ao período analisado, ficou constatado que a fase neoliberal e a ofensiva do capital no campo em Goiás incluíram novos desafios à luta pela democratização do acesso à terra e à reforma agrária. Entre eles, o fato de ter havido uma mudança na natureza do enfrentamento, com o abandono do confronto direto como latifúndio economicamente improdutivo, para um enfrentamento de modelos articulados em torno do agronegócio e seus arranjos econômicos, políticos e ideológicos. A luta pela terra adquire um caráter de classe, de disputa de projeto, de terra e de território como unidade dialética inseparável.

Por tudo isto, os novos elementos da questão agrária e da reforma agrária contemporânea são um desafio a ser enfrentado tanto no campo teórico/conceitual como na ação prática dos sujeitos diretamente envolvidos com esta causa. Aqui, em toda análise sobre estas questões, buscamos identificar a existência de uma questão agrária no Brasil e em Goiás não resolvida, estando esta em aberto, justamente por não ter havido qualquer tipo de reforma agrária.

A questão agrária é histórica e socialmente construída em nossa sociedade, o que se nota na causa principal dos conflitos em torno da luta pelo acesso à terra, que vêm aumentando em Goiás e no Brasil, juntamente à não solução do conflito, o que leva à violência física e psíquica, nas mais diversas formas. A solução para a questão agrária passa pela reforma agrária e por um conjunto de medidas, programas e políticas estruturantes no campo e para o campo. Por isso, assumimos o conflito como processo fundamental na disputa de um projeto de campo, pois entendemos que o conflito

organizado cumpre o papel de evidenciar e revelar as contradições, contribuindo para que, a partir delas, possa-se encontrar soluções concretas. Mesmo que seja pontual, ao resultar na criação de assentamentos, isso é de fundamental importância para o acúmulo de forças para o projeto antissistêmico, fazendo com que a reforma agrária seja percebida com uma necessidade da sociedade brasileira e goiana.

Portanto, a reforma agrária contemporânea não é uma necessidade apenas dos camponeses sem terra, nem estes têm forças suficientes para realizá-la. A reforma agrária está diretamente relacionada ao projeto de campo e de sociedade, ou seja, precisar ser entendida, compreendida na sua totalidade, não apenas como acesso à terra. Conceitualmente, assumimos a “reforma agrária popular” concebida coletivamente pelo MST, já que esta é resultado de estudos, debates e compreensão de que a reforma agrária clássica está superada, conforme apresentamos no segundo capítulo deste trabalho.

Assim, compreendemos que a *reforma agrária popular* se trata de uma estratégia transitória de acúmulo de forças para uma reforma agrária do tipo socialista. Ela tem como elementos fundamentais a unidade na luta pela terra e pelo território camponês, a produção de alimentos saudáveis numa relação de equilíbrio ecológico, o respeito ao tempo e à dinâmica da natureza e da compreensão de sua totalidade e os seres humanos como parte da natureza. Cabe ainda destacar, como elemento mais fundamental, um campo com camponeses cumprindo com a missão milenar de produzir alimentos saudáveis, como guardiães de todas as formas de vida.

Deve-se considerar, do ponto de vista geoestratégico, que essa *reforma agrária popular* precisa sinalizar para uma aliança popular entre a classe trabalhadora do campo e a da cidade. Os camponeses participando com a produção de alimentos saudáveis e os trabalhadores das cidades consumindo e apoiando as lutas camponesas pela reforma agrária. Essa aliança tem como objetivo central acumular forças na sociedade, para sustentar o acirramento da luta em torno da disputa pela terra, que tende a elevar o grau de acirramento com o latifúndio como modelo hegemônico e com o Estado, seu parceiro. E, ao mesmo tempo, pressionar os governos de plantão para conquistar, manter e melhorar as políticas públicas que fortaleçam o projeto alternativo de campo. Dessa forma, essa proposta de reforma agrária, para se viabilizar, precisa estar relacionada à luta pela terra, que contemplaria os seguintes aspectos:

- Destinação das terras com maior fertilidade natural e localização geográfica, preferencialmente mais próxima dos consumidores e de vias de circulação.

- O processo de pesquisas que contribua para o fortalecimento da agroecologia como matriz tecnológica e a policultura como prática massiva.
- Agroindústria de pequeno e médio porte de forma cooperada e universal.
- A comercialização e fortalecimento da economia popular em escala local, regional e estadual, potencializando todos os canais e formas de comercialização direta aos consumidores, tendo a comercialização dos alimentos como instrumento de diálogo, de aliança de classe e ideologia da reforma agrária popular.
- A construção de novas relações de gênero, ou seja, a superação do patriarcado e do machismo.
- A educação do campo e no campo que cumpra a função de formação humana integral e de seres humanos críticos.

O processo de construção dessa proposta popular nasce do trabalho de base realizado pelo MST como estratégia de luta pela terra. Os acampamentos como espaços de formação, organicidade e lutas, de desconstrução e construção de referenciais humanos solidários críticos. Isto, vindo como novo embrião da construção desse projeto societário a partir da “reforma agrária popular”. Nesse processo, os novos sujeitos da luta pela terra, de origem urbana, são um potencial para a *reforma agrária popular*; pois, uma vez que os mesmos não estão diretamente *contaminados* com o modelo agroquímico imposto à maioria dos camponeses tradicionais, não terão maiores dificuldades de romper com esse modelo e adotar a agroecologia como base fundamental de sua produção. Então, os atuais sujeitos da luta pela terra já vão para o acampamento em busca de mudança e de um novo projeto de vida, incluindo a qualidade de vida em que o alimento saudável é fundamental. Ademais, geralmente, esses sujeitos têm mais informações sobre as consequências dos venenos na vida das pessoas e no ambiente como um todo. São pessoas que têm junto às metas de produzir para viver preocupação com a questão da ecologia.

Acrescenta-se a tudo isso que quem sai da cidade para iniciar a luta pela conquista da terra vai com ideias inovadoras e, inclusive, possuem contatos nas cidades, o que pode contribuir para se pensar a questão da comercialização no futuro assentamento.

Os acampamentos cumprem papel fundamental na organização, potencialização e criação das bases para formação de um tipo novo de camponês. com uma visão de mundo e sociedade que repense as práticas do uso e cuidado com a terra e

com a ecologia. Quando um acampamento desenvolve um processo de formação com atividades práticas de produção agroecológicas, está contribuindo para a criação, no futuro assentamento, de um território livre de agrotóxicos e produtos químicos e a consequente territorialização de uma comunidade camponesa com outras bases de produção e de relação com a ecologia, numa visão integrada.

Portanto, defendemos aqui que, na perspectiva da disputa de projetos, da luta pela terra, os sujeitos diretamente envolvidos e a intencionalidade política da organização contribuem para saltos qualitativos na construção do projeto anti-hegemônico na totalidade social em que estão inseridos. Então, das experiências de unidade de produção agroecológica surgem bases para criação de territórios agroecológicos, formando-se uma conexão territorial por intermédio dos assentamentos em que se vão acumulando forças, experiências, fazendo surgir novas demandas e mostrando, na prática, que é possível produzir alimentos saudáveis aumentando a renda dos camponeses, proporcionando uma nova cultura camponesa do lidar e fazer a agricultura e, ainda, estabelecendo um diálogo e/ou relação com os consumidores das cidades como forma de criação de uma lógica e cumplicidade da classe trabalhadora na perspectiva do projeto maior. Em suma, pode-se dizer que essa combinação de fatores políticos, econômicos, culturais, sociais e ecológicos forma uma base com força social e política para combater o modelo hegemônico e construir um novo projeto de campo, com gente e com vida.

Assim, vemos o projeto da “reforma agrária popular” como uma construção contra-hegemônica ao modelo neoliberal. Naquele se aponta para outra lógica social de enfrentamento no contexto da questão agrária neste início de século XXI, na realidade brasileira em geral. O modelo *doloroso e conservador* implantado pela chamada *revolução verde* em passado recente, somente pode ser superado, por uma construção na luta camponesa e da luta camponesa, tendo nela um campo fértil de revisão de concepções e valores sociais e políticos para a sociedade em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

AGRODEFESA – AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA. **Produtos Agrotóxicos e Afins Cadastrados no Estado de Goiás**. Goiânia: AGRODEFESA, 2014. Disponível em: www.agrodefesa.go.gov.br Acesso em: 08 Abr. 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BARBOSA, Altair Sales, SCHMITZ, Pedro Ignácio, TEIXEIRA NETO, Antônio, GOMES, Horieste. **O piar da Juriti Pepena** – narrativa da ocupação humana do cerrado. Goiânia: Ed.PUC, 2014.

BENAYON, Adriano. Destruição econômica e social. S.l. **Portal www.inacreditavel.com.br**, 15/05/2015. 1p. In: <http://inacreditavel.com.br/wp/destruicao-economica-e-social/>

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos pelos Brasileiros**. Brasília: Portal Brasil, 24/07/2015. In: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>.

_____. Presidência da República do. **Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002**. Brasília: Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. 1p.

_____. Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano ABC Agricultura de Baixo Carbono**. Brasília: Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento, S.d. 9p. (Slides)

BOFF, Leonardo. **A cultura do capital é anti-vida e anti-felicidade**. Rio de Janeiro, leonardoBoff.com, 17/04/2015. 1p. In: <https://leonardoboff.wordpress.com/2015/04/17/a-cultura-do-capital-e-anti-vida-e-anti-felicidade/>

CALAÇA, M. A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. Congresso Brasileiro de Geógrafos. VII. 2014. **Anais eletrônicos**. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404606477_ARQUIVO_AEXPANS_AODOAGRONEGOCIOEMGOIASEASUBORDINCAODOCAMPESINATO_CMB_2014.pdf Acesso em: 2 dez 2015.

_____. Territorialização do capital: biotecnologia, biodiversidade e seus impactos no cerrado. **Ateliê Geográfico** – EDIÇÃO ESPECIAL Goiânia-GO v. 1, n. 9 fev/2010 p.06-23.

CALAÇA, M.; INOCENCIO, M. E. Estado: o articulador do processo de modernização territorial no **Cerrado**. **Espaço em revista**, v. 13, p. 81-106, 2011.

CARNEIRO, Fernando Ferreira, et al. (Orgs) . **Dossiê ABRASCO** – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil. Presidente Prudente, **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira**, NERA/UNESP – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: janeiro de 2010. In: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>

CNBB – Conferência Nacional do Bispo do Brasil. **Documento 101** – A Igreja e a questão agrária brasileira no início do século XXI. Brasília: Edições CNBB, 2014.

DELGADO, Guilherme. Questão Agrária hoje. **Revista da ABRA**, Campinas, Ano 35, Volume 01, Nº 02, Out/2014. p.27-40.

_____. **A estrutura agrária sem limite exacerbada: a questão agrária**. S.n.t, 2013. 4p.

DIAS, Elder. Entrevista a Altair Sales Barbosa: “O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e reservatórios de águas”. **Jornal Opção**, Goiânia, 22/10/ 2014. 1p. In: <http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>.

DIAZ, Gabriel. “Ospolíticosencobremosconflitosda água comosefossem religiosos étnicos”. Entrevista com a ativista Vandana Shiva. Barcelona, **El Diário.es**, 07-08-2014. In: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/534143-os-politicos-encobrem-os-conflitos-da-agua-como-se-fossem-religiosos-e-etnicos-entrevista-com-a-ativista-vandana-shiva> (Tradução CEPAT)

ESTEVAM, Luis. **Noções de Agronegócio**. Goiânia, Sem Publicação, 2014. 8p. (mineo).

_____. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação de Goiás**. 2.ed., Goiânia: Ed.UCG, 2004.

FACCHINI, Luis Augusto, SOUZA, Luis Eugênio de. Apresentação do Dossiê ABRASCO. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira, et al. (orgs) . **Dossiê ABRASCO – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015. p.37-40.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Texto de Apoio. 2004. In: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf. 57p.

GI–GLOBO. Estudo diz que contaminação da água por inseticidas é subestimada- Aumento da poluição por inseticidas reduz biodiversidade aquática. Integridade dos recursos hídricos está ameaçada, dizem pesquisadores. **Globo, Natureza**, 14/04/2015. 1p. In: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/04/estudo-diz-que-contaminacao-da-agua-por-inseticidas-e-subestimada.html>

GOIÁS, Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de. **Atlas do Estado de Goiás**. Goiânia: IMB - Instituto Mauro Borges, 2014.

_____³, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. **Plano estadual de mitigação / adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono. Goiânia:** Superintendência de Política Agrícola e Agronegócio, fev. 2011b. 20.p. (Slides). (2ª aproximação)

_____², Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. **Plano estadual de mitigação / adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono. Goiânia:** Superintendência de Política Agrícola e Agronegócio, jan;2011. 16.p. (Slides).

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: STÉDILE, João Pedro. A questão agrária hoje. 3.ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2002. p.15-44.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HARVEY, D. **O enigma do capital ; e as crises do capitalismo**. Tradução de: João Alexandre Peschanki – São Paulo: Boitempo, 2011.

HAUN, José Manuel Caixeta. Perspectiva do Agronegócio. Goiânia: SEAGRO – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Irrigação de Goiás, 2014. 33p. (Slides).

IHU – Instituto Humanistas Unisinos. As commodities ambientais e a financeirização da natureza. Entrevista especial com Amyra El Khalili. **IHU On-line**, São Leopoldo, 20/01/2014. 1 p. In: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/527511-as-commodities-ambientais-e-a-financeirizacao-da-natureza-entrevista-especial-com-amyra-el-khalili>

IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia – 1964/1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octavio. “O Estado-Nação na época da globalização”. **Revista Econômica**, Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 1, no1, jun/1999. P. 105-118. In: <http://www.uff.br/cpgeconomia/v1n1/octavio.pdf>

IHU¹ – Instituto Humanistas Unisinos. Igreja e Questão Agrária no início do século XXI. Um retumbante silêncio. Entrevista especial com Guilherme Delgado. **IHU On-line**, São Leopoldo, 01/07/2014. In: In: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/532818-a-igreja-e-a-tentativa-de-romper-com-uma-cortina-de-silencio-entrevista-especial-com-guilherme-delgado>

IMB – Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos . Mapas das Microrregiões de Goiás – IBGE. Goiânia: IMB, SEGPLAN/Goiás. S.d. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/viewmapa.asp?mapa=Mapas%20das%20Microrregi%F5es%20de%20Goi%E1s%20-%20IBGE>

_____. **Goiás em dados 2014**. Goiânia: IMB, SEGPLAN/Goiás, 2015.

JURGENFELD, Vanessa. Crise vai durar mais de dez Anos, afirma economista (Gerard Duménil). São Paulo , **Valor Econômico**. Pagina Brasil, 16/04/2014. 1p. In: <http://www.valor.com.br/brasil/3518816/crise-vai-durar-mais-de-dez-anos-afirma-economista>.

LOBO, Thais. Brasil exporta cerca de 112 trilhões de litros de água doce por ano - Atuação no mercado de commodities coloca em pauta a exportação indireta de recursos hídricos. **O GLOBO**, 11/09/2012. 1p. In: <http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/brasil-exporta-cerca-de-112-trilhoes-de-litros-de-agua-doce-por-ano-6045674> <http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/brasil-exporta-cerca-de-112-trilhoes-de-litros-de-agua-doce-por-ano-6045674>

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Agrobiodiversidade. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro,: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.46-51.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro, MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: Contribuição para um mundo sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MALVEZZI, Roberto. Conflitos por águas nos últimos 10 anos. CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no campo**. Goiânia: CPT/Nacional, 2014. p.98-107.

MARCOS, V. de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. , p. 191-212.

MARÓSTICA, Alécio, et al. **Projeto de desenvolvimento do agronegócio no norte de Goiás (PRODEAGRON.GO)**. Goiânia: Grupo de Trabalho - FAEG, FIEG, OCB e Governo de Goiás, 17 de novembro de 2010. 29p. (Slides).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Karl Marx; 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro I. (Tradução de Reginaldo Sant'Anna).

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo – do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MERGULHÃO, Alfredo. Com 64 novos casos, Goiás lidera lista nacional de trabalho escravo: Adultos e crianças em condições precárias foram resgatados em Olaria de Gouvelândia. **Jornal O Popular**, Cidades, Goiânia, 20/04/2011. In: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/com-64-novos-casos-goi%C3%A1s-lidera-lista-nacional-de-trabalho-escravo-1.86774>.

MENDONÇA, S. R.; STÉDILE, J. P. (Org). **A questão agraria no Brasil: a classe dominante agraria – natureza e comportamento 1964-1990**. 1. Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MISNEROVICZ, José Valdir. **A Criação do Novo Camponês em Movimento nas Lutas pela Terra e Reforma Agrária no Final no Século XX e Início do XXI.** Presidente Prudente, 2011. Monografia (Graduação em Geografia). Curso de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) Convênio: UNESP/INCRA/Pronea. Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP.

MISNEROVICZ, J. V. **Acampamentos:** Espaço de Organização, Formação e de Lutas! 2010. (mineo).

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Página Eletrônica.** 2015 In: <http://www.mst.org.br/> (acessado em 11/2015).

_____. **Acampamento Dom Tomaz Balduino.** Corumbá de Goiás – GO, 2014. S.n.t.

_____. **Cartilha “Programa agrário do MST”.** São Paulo: Secretaria Geral do MST, 2013.

_____. **Considerações sobre o Campo Brasileiro e Gaúcho.** Relatório de estudos. Porto Alegre, junho de 2010.

_____. **Acampamentos: espaço de organização, formação e de lutas. Texto de discussão interna – MST,** 2009. 17. (mineo).

_____. **Cartilha MST - Vamos ouvir nossa base.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2002.

MITSUE, Morissawa. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOONEY, Pat Roy. **O século 21:** erosão, transformação tecnológica e contemporânea do poder empresarial. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOORE, Elaine. Esqueça os bancos e o ouro, o futuro virá da terra. **SLC Agrícola,** Porto Alegre, 24/07/2013. 1p. In: http://www.mzweb.com.br/slcagricola2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=31013&conta=28&id=177635#

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Curso de Introdução à obra de Marx.** Brasília: Escola Nacional Florestam Fernandes, 2014.

_____, BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução a crítica. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2007. V.1.

NOBREGA, Camila. Compra-se terra em busca de água - No Brasil, 4,5 milhões de hectares estão documentados em nome de outros governos ou corporações estrangeiras. Os dados são do INCRA. Rio de Janeiro, **O globo** - Revista Amanhã, 20/03/2013. In:

<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/revista-amanha/compra-se-terra-em-busca-de-agua-7891727>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. Bogotá, **XXII Colóquio Internacional de Geocrítica**, Universidad Nacional de Colômbia, 2012, p.1-15.

_____. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista USP**, São Paulo, v. 64, p. 156-172, 2005

_____. Dossiê Brasil Rural. **Revista USP**, São Paulo, n.64, p. 156-172, dezembro/fevereiro 2004-2005. In:
<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13398/15216>

_____. **Geografia das lutas no campo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989 (Col. Repensando a Geografia).

PAULINO, E.T.; FABRINE. E. (Org.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. **O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999)**. Uberlândia, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

PEREIRA JÚNIOR, Lindolfo Caetano. NICÁCIO, Patrícia Pereira da Silva. **Demanda hídrica para irrigação por pivôs centrais no estado de Goiás. Boletim Goiano de Geografia. (Online)**. Goiânia, v. 34, n. 3, , set./dez. 2014. p. 443-463

PETERSEN, Paulo. Um novo grito contra o silêncio – Prefácio do Dossiê ABRASCO. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira, et al. (org.). **Dossiê ABRASCO** – um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2015.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. Fortaleza, **Revista Econômica do Nordeste** (REN 40 anos), V.40, Nº 03, p. 411-424 Jul./Set./2009. . In:
<http://www.clickpb.com.br/noticias/politica/bnb-comemora-40-anos-de-ren-no-aniversario-da-instituicao/>

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

POMAR, Wladimir. Questões do desenvolvimento brasileiro. São Caetano do Sul. **Correio da Cidadania**. 07/082014. 1p. In:
http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9915&Itemid=79

REIS, Léa Maria Aarão. Stédile: "o neodesenvolvimentismo chegou ao seu limite". São Paulo, **Carta Maior**, Política, Entrevista, 16/04/2014. 1p. In:

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Stedile-o-neodesenvolvimentismo-chegou-ao-seu-limite-/4/30740>

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro,: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.509-512.

SADER, E.; PABLO G. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático/organizadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO, Plinio Arruda. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.85-102.

SAMPAIO JR., Plinio Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.89-240.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SAUER, S. O processo de criminalização dos movimentos sociais. In: A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais no Brasil. **Fórum Social Mundial**, Porto Alegre – Salvador: 2010.

SCHARF, Regina. Quase 14% da biodiversidade perdida em 500 anos. São Leopoldo, – Instituto Humanistas Unisinos – **IHU Online**. 16 de abril de 2015. 1.p. In: <http://ihu.unisinos.br/noticias/541806-quase-14-da-biodiversidade-perdida-em-500-anos>

SHIVA, Vandana. Agronegócio, um modelo esgotado. **III Encontro Internacional de Agroecologia**, em Botucatu, por Péricles Oliveira, Brasil de Fato, São Paulo, 06/08/2013. 1p. In: <http://www.brasildefato.com.br/node/15564>

SILVA, Edson Batista da; MOURA, Luiz Henrique Gomes de. **A produção do silêncio e a ruína da vida pelo agronegócio goiano**. S.n,t., 2015. (não publicado)

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa** – estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVEIRA, André Luiz Rodrigues da, et al. **PDA**. Goiânia, 2008. p. 82.

SINDAG – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal. **Estimativa do SINDAG**. 2014.

STÉDILE, João Pedro. Tem veneno no tomate, no abacaxi e até na pinga. São Paulo, **Revista Rede Brasil Atual** – RBA. N. 104, 09/03/2015. In:

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/104/tem-veneno-ate-na-pinga-acusa-stedile-sobre-o-uso-de-agrotoxicos-no-brasil-3910.html>

_____. (Org.). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1. ed. São Paulo : Expressão popular, 2013.

_____. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro,: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.657-666.

_____. **Questão Agrária no Brasil**. 11 ed. (revisada), São Paulo: Atual, 2011.

_____. **A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. (Org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. O latifúndio. In: SADER, Emir. **7 pecados do capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.163-213.

TEIXEIRA, Gerson. **Estado, Questão Agrária e Eficiência Econômica das Fazendas do Agronegócio**. Brasília: Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, 2014. 10p. In: file:///C:/Users/Docente/Downloads/ARTIGO_FAZENDAS_PARAESTATAIS.pdf

TEUBAL, Miguel. O campesino frente a expansão dos agronegócios na América latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi, FABRINI, João E. (org.). **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo, Expressão Popular, 2008. p.139-160.

THOMAZ, Edivaldo Lopes. Geomorfologia e agrossistemas: indicadores de degradação de solo. In: NUNES, João Osvaldo Rodrigues, ROCHA, Paulo César (org.). **Geomorfologia: aplicação e metodologias**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.33-56.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operaria inglesa**. 4.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOUSSAINT, Eric. **Os bancos especulam com as matérias primas e os alimentos**. Lisboa, **Esquerda.net**. 18/03/2014. 10p. In: <http://www.esquerda.net/artigo/os-bancos-especulam-com-mat%C3%A9rias-primas-e-os-alimentos/31782>

TUBINO, Najar. **Crônica da destruição do Cerrado** - A ideologia mórbida do capitalismo rural detonou o bioma mais antigo no país - responsável por quase 20 mil nascentes - e isso impacta o Brasil inteiro. **Carta Maior**, Meio Ambiente, São Paulo, 24/02/2015, In: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Cronica-da-destruicao-do-cerrado/3/32935>.

VIVAS, Esther. **Monsanto, a semente do diabo. Brasil de Fato**, São Paulo, 30/05/2014. In: <http://www.brasildefato.com.br/node/28707>.